

A Irrracionalidade  
do Desenvolvimento no

# Capitalismo

Acumulação, Desigualdade e Crise



## **Comissão Científica – Edital 01/2020**

Adriana de Carvalho Alves Braga

Alessandro Messias Moreira

Aline de Lima Rodrigues

Ana Thereza Basilio Vieira

Angela Maria de Souza

Camila Serafim Daminelli

Célio Juvenal Costa

Cristina Maia

Evandro Luis Gomes

Fábio Lanza

Iracema Campos Cusati

João Paulo Pereira Coelho

Kenia Erica Gusmão Medeiros

Marcelo Camacho Silva

Marcelo Gonçalves

Marcos Pereira Coelho

Reginaldo Bordin

Rodrigo Pedro Casteleira

Roseli Gal

Samilo Takara

Thiago Coelho Silveira

Vanda Fortuna Serafim

Vanessa Freitag de Araújo

Verônica Müller

## **EDITORA **FECILCAM****

CNPJ: 75.365.387/0001-89

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733

Campo Mourão, PR, CEP 87303-100

(44) 3518-1838

[campomourao.unespar.edu.br/editora/](http://campomourao.unespar.edu.br/editora/)

[editorafecilcam@unespar.edu.br](mailto:editorafecilcam@unespar.edu.br)

Diretora: Suzana Pinguello Morgado

Vice-Diretora: Fabiane Freire França

Coordenadora Consultiva: Ana Paula Colavite

Secretário Executivo: Jorge Leandro Delconte Ferreira

Fábio Rodrigues da Costa

**A IRRACIONALIDADE DO  
DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO:  
acumulação, desigualdade e crise**



**EDITORA **FECILCAM****

Valdemir Paiva  
EDITOR-CHEFE

Éverson Ciriaco  
DIREÇÃO EDITORIAL

Katlyn Lopes  
DIREÇÃO EXECUTIVA

Paula Zettel  
DESIGN DE CAPA

Brenner Silva  
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Wilson Rodrigues de Moura  
REVISÃO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINASZ, CRB9 / 626

---

Costa, Fábio Rodrigues da  
C837i A irracionalidade do desenvolvimento no capitalismo: acumulação, desigualdade e crise / Fábio Rodrigues da  
Costa – 1.ed. – Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.  
238p.; 23cm

ISBN 978-65-88090-30-5

1. Capitalismo. 2. Desigualdade. 3. Crise. I. Título.

CDD 330.122 (22.ed)

CDU 330.14

---

1ª edição – Ano 2022

Fica terminantemente proibido qualquer tipo de comercialização de exemplares deste livro, conforme o Edital 01/2020 Editora Fecilcam, por se tratar de uma publicação com financiamento público.

Não encontrando nossos títulos na rede de livrarias conveniadas e informadas em nosso site, contatar o Editorial Casa.



---

Praça Generoso Marques, 27, 14º andar – Centro | CEP 80020-230 | Curitiba-PR  
Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br  
www.editorialcasa.com.br

## Agradecimentos

A elaboração de um livro nunca é uma atividade individual, visto que envolve uma longa caminhada na qual trocamos expertises com muitas pessoas. No transcorrer da jornada somos nutridos e fortalecidos pelas leituras, pelas experiências de vida e pelos debates que realizamos.

Assim, considero que organizar uma lista de agradecimentos é uma tarefa difícil, pois é impossível listar todas as pessoas e instituições que colaboraram com a pesquisa, cujo resultado se expressa no formato de livro. A trajetória de um pesquisador é repleta de aprendizados e ensinamentos que recebe desde a pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação. A curiosidade é sempre um estímulo para seguir em frente.

Cada professor e professora com quem estudei, no transcorrer da jornada, se esforçaram para transmitir o seu conhecimento da melhor forma possível. Isso contribuiu imensamente com a minha formação. Os agradecimentos são muitos.

A minha trajetória começou na cidade de São Paulo, onde nasci e morei até a adolescência. Foi na zona leste que frequentei a escola pela primeira vez, também foi lá que conclui o ensino fundamental e posteriormente o médio. Deixo aqui o meu forte abraço e agradecimento a todos os meus mestres daquela época.

Chegando ao Estado do Paraná, especificamente na cidade de Campo Mourão, iniciei a graduação no curso de Geografia na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, lugar onde aprendi o que é Geografia e qual o seu objetivo social. Tais ensinamentos críticos constituíram a base da minha formação acadêmica. Sou imensamente grato a todos os professores e professoras com quem tive a oportunidade de conviver e aprender durante a graduação.

Agradeço à Universidade Estadual do Paraná, local na qual trabalho como professor, por estimular o pensamento crítico e propiciar as condições para a realização das atividades de pesquisa, ensino e extensão que foram fundamentais para as reflexões presentes no livro.

Agradeço aos colegas do Colegiado do curso de Geografia da Unespar – *campus* de Campo Mourão, sempre dispostos ao diálogo criativo, a reflexão crítica e a indicação de novos textos para leitura.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, lugar no qual aprofundei os meus estudos sobre as múltiplas dimensões do desenvolvimento e a importância crescente da interdisciplinaridade na ciência. No PPGSeD agradeço especialmente o professor Marcos Clair Bovo, coordenador do programa, e a professora Maria Izabel Rodrigues Tognato, pelas reflexões, debates e apoio.

Também agradeço aos companheiros do Núcleo de Mobilidade e Mobilização – NEMO, da Universidade Estadual de Maringá, onde tenho muitos amigos que sempre colaboram com indicações de leituras e provocações críticas.

Por fim, agradeço especialmente aos professores Henrique Manuel da Silva, Elaine Cristina Domingues e Fred Maciel que realizaram a leitura do manuscrito do presente livro e muito contribuíram para a sua melhoria apontando lacunas, indicando correções e novas leituras.

Mas o sistema é tão irracional para com todos os demais que, quanto mais se desenvolve, mais se tornam agudos seus desequilíbrios e tensões, suas fortes contradições. (Eduardo Galeano, 1987, p. 16)

A acumulação de capital, através do trabalho escravo ou de baixos salários, é uma forma real de antropofagia; os economistas, como os sacerdotes astecas, conseguem explicar e legitimar todo absurdo. (Cristovam Buarque, 1990, p. 19)

Simulando não haver outro caminho possível, a demência passa por racionalidade. E a maldade por necessidade. (Plauto Faraco de Azevedo, 2005, p. 132)



## Prefácio

Eis um livro que transcende a aparência do convencional à geografia econômica. Com uma linguagem concisa e ao mesmo tempo objetiva o autor elabora de modo coerente e didático, o que perfaz seu objetivo, a trajetória histórica do processo de construção, expansão e consolidação do capitalismo global a partir de uma análise crítica e multidimensional. Não bastante, conduz o leitor de modo instigante a uma discussão pormenorizada da concepção de desenvolvimento e de seu uso na modernidade. Tal noção constituída historicamente balizou-se por uma visão positivista de progresso e evolucionista em termos sociais.

O sentido basilar do presente estudo induz a um posicionamento reflexivo e ao mesmo tempo provocativo dos preceitos fundantes da modernidade no capitalismo e de seu desiderato “o progresso”. Nesse sentido, desenvolvimento e progresso como decorrentes do crescimento e da expansão econômica são desnudados a partir de suas nuances e efeitos deletérios. Valendo-se de ampla constatação empírica e com acurada observância das contradições sistêmicas o autor enumera as mazelas e o sofrimento imposto à imensa população ao redor do mundo, cuja crença e partilha nos frutos da prosperidade econômica se mostram cada vez mais quiméricos.

Essa acurada observância acerca da constituição desse processo se faz considerando as contradições internas dos países e os conflitos políticos e sociais decorrentes, para além das percepções teóricas dualistas do economicismo, calcado numa visão etapista de progresso e numa hierarquização valorativa entre norte desenvolvido e sul atrasado.

Fruto também de uma sociologia conservadora, construída sobre uma apologética weberiana na qual os povos do norte/ocidente são pretensamente superiores cultural e moralmente aos povos pré-

-modernos do sul/oriente, predispostos a toda ordem de vicissitudes morais e éticas.

Tal percepção delirante deitou raízes profundas em nosso imaginário e que recorrentemente se traduzem por golpes de estado embalados pelas elites do dinheiro e por seus acólitos da classe média mais reacionária.

A aparente dualidade envolvendo os modelos teóricos explicativos sobre os níveis de desenvolvimento e seu corolário atraso, entendidas como formas distorcidas e inconclusas de formações históricas pretéritas e anômalas cujo concerto deve obedecer às regras e aos preceitos da boa gestão, da boa governança e da aplicação correta do receituário liberalizante, são aqui debatidos e desnudados criticamente à luz da luta de classes enquanto paradigma explicativo tanto das dimensões simbólicas quanto materiais no capitalismo.

Uma ordem clínica e disciplinar em direção ao sucesso, por vezes aparente, que o autor disseca com refinada erudição e domínio teórico tendo como pano de fundo as crises que se repetem no capitalismo global, como um inebriante *dejá vu*.

Revisitando o debate sobre o desenvolvimento como lócus privilegiado tanto da geografia como da história econômica contemporânea, o que aparentemente se converteria num esforço acadêmico a mais no rol de tais estudos, se mostra inovador e profundo, pontuando através de um encadeamento discursivo abrangente e ao mesmo tempo esclarecedor os dilemas e os fracassos sociais e econômicos decorrentes das políticas e dos planos econômicos de inspiração neoliberal.

Essa noção, embora hegemônica em termos do pensamento político-econômico, tem dado mostras irrefutáveis do seu fracasso sistêmico e social, e é justamente nesse sentido que Fabio Rodrigues da Costa mais avança ao colocar na ordem do dia a problemática contemporânea da desigualdade e da hiperconcentração da riqueza em escala global e local, como faces da mesma moeda. Destarte a contribuição fundamental da obra está justamente nesse esforço

chamativo à tomada da consciência crítica, como designo mesmo da própria modernidade inspirada no esclarecimento e na ação transformadora que o senso de justiça e de solidariedade nos impõe.

Henrique Manoel da Silva  
Universidade Estadual de Maringá



# Sumário

<b>Introdução</b> . . . . .	<b>15</b>
<b>1. As contradições no paradigma de desenvolvimento no capitalismo</b> . .	<b>21</b>
1.1 O significado de progresso . . . . .	21
1.2 O paradigma de desenvolvimento no capitalismo. . . . .	42
1.3 O discurso dominante sobre desenvolvimento e suas limitações . . . .	54
1.4 O desenvolvimento e as contradições do subdesenvolvimento. . . . .	67
1.5 A teoria do sistema mundo moderno e o conceito de sistema interestatal capitalista . . . . .	97
1.6 Por uma análise multidimensional do desenvolvimento . . . . .	109
<b>2. Globalização, desenvolvimento e desigualdade</b> . . . . .	<b>117</b>
2.1 As bases do processo de globalização atual . . . . .	117
2.2 Uma globalização perversa . . . . .	127
2.3 Uma sociedade em crise permanente . . . . .	143
2.4 A geografia da desigualdade. . . . .	179
2.5 Articulações entre o global e o local . . . . .	194
2.6 As possibilidades para o desenvolvimento territorial local . . . . .	201
<b>Reflexões sobre desenvolvimento</b> . . . . .	<b>215</b>
<b>Referências</b> . . . . .	<b>229</b>



## Introdução

A palavra desenvolvimento carrega em si uma grande expectativa em praticamente todas as regiões do mundo, pois ainda é associada a uma mudança estrutural com potencial para promover melhorias importantes na vida das pessoas. Quem não deseja viver em um lugar melhor, onde as condições sejam mais adequadas, a educação tenha qualidade, a esperança de vida seja longa, a renda elevada e exista a sensação de justiça social. Essas promessas foram feitas tanto nos países ricos que ocupam uma posição mais central na economia e na política mundial, como nos países pobres que desempenham funções mais periféricas.

O desenvolvimento foi associado no imaginário popular a uma vida melhor. No entanto, na prática, o modelo de desenvolvimento produzido pela sociedade ocidental está longe de transformar para melhor a vida de todos os que habitam nos países que adotaram o capitalismo como modo de produção. O paradigma de desenvolvimento elaborado no transcorrer dos três últimos séculos, mostrou-se até agora irracional, pois não foi capaz de resolver as desigualdades sociais. Ao contrário do que prometeu, tal modelo produziu acumulação de capital nas mãos de poucos e instituiu a perversidade socioeconômica para muitos, além de se demonstrar insustentável ambientalmente. Vamos procurar atentar para tais questões ao longo do livro.

Temos observado que para os habitantes dos países periféricos o desenvolvimento é a promessa de um futuro que não se realizará. Uma promessa, que por sinal, vem de longa data. Ainda assim, muitos estão apegados de maneira consciente ou inconsciente a ela. As pessoas estão esperando o tão almejado desenvolvimento, sempre lembrado nos discursos políticos (incluindo falas e projetos repletos de soluções enigmáticas ou especulativas). Contudo, nos países periféricos o que se materializa no tempo e no espaço é a

concentração da renda, a elevação do desemprego, a exploração da força de trabalho, a miséria, as moradias em estado precário, a violência urbana, o feminicídio, os preconceitos, a fome, as guerras, a persistência do analfabetismo, a baixa qualidade do ensino escolar, a elevada mortalidade infantil, a baixa esperança de vida ao nascer, a corrupção, o egoísmo, o cinismo, a destruição dos ecossistemas, a poluição da água e do ar, a restrição na oferta de saneamento básico, entre outros graves problemas socioeconômicos e ambientais. Os problemas também são cada vez mais comuns nos países ricos (se é que lá um dia eles realmente foram sanados). Como assertivamente expôs o economista Luiz Gonzaga Belluzzo:

[...] se os pórticos da modernidade anunciavam o projeto de autonomia do sujeito, hoje pode se tornar intolerável para os indivíduos a sensação de que seu destino está submetido a uma 'racionalidade' opressora, antítese de uma vida emancipada e digna (BELLUZZO, 2013, p. 11).

Com base no exposto, o objetivo principal do presente livro é introduzir uma discussão crítica com relação ao modelo de desenvolvimento produzido pela modernidade ocidental. No transcorrer do livro, explicamos porque entendemos como irracional o paradigma de desenvolvimento elaborado em consonância com as ideias liberais e neoliberais, as quais afirmam que o livre mercado é capaz de se autorregular e, com isso, resolver naturalmente os problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais. Tais problemas são, na verdade, partes constitutivas do sistema e não da sua solução.

Assim, entendemos que nas primeiras décadas do século 21, analisar o desenvolvimento ainda continua sendo um grande desafio em virtude da complexidade existente em torno do conceito. Muitos pesquisadores – vinculados a importantes universidades ou centros de pesquisas – produziram um valioso arcabouço de conhecimento científico sobre o tema. No entanto, um percentual significativo dos trabalhos elaborados por economistas, sociólogos, administradores, cientistas políticos, geógrafos e historiadores ainda

mantêm a inclinação para realizarem as suas abordagens de forma disciplinar. Isso é o resultado da própria organização acadêmica, que se mantém pautada na divisão e fragmentação do conhecimento em áreas específicas. Herança da sistematização científica universitária do século 19.

Com isso, outro problema que pretendemos discutir no livro é a crescente especialização disciplinar no âmbito da ciência moderna. Isso dificulta a elaboração de uma visão integrada e multidimensional do desenvolvimento. Frente à elevada quantidade de problemas existentes no paradigma de desenvolvimento dominante é preciso romper com o distanciamento e com o isolamento existente entre as áreas de pesquisa, para (re)significar o conceito com base em um olhar multidimensional, relacional e interdisciplinar. Isso pode contribuir para a sua renovação a partir de novos olhares e práticas.

Uma nova proposta de desenvolvimento precisa ser construída de maneira interdisciplinar em razão das várias dimensões que compõem a totalidade. As múltiplas dimensões estão dialeticamente articuladas, visto que uma única dimensão isolada não é capaz de dar as respostas esperadas. Os maiores desafios são romper com a visão linear (pautada no modelo causa-consequência), bem como com o evolucionismo (que vislumbra o desenvolvimento por meio de um caminho único que para ser atingido exige uma sequência de etapas pré-definidas).

O desenvolvimento como resultado da modernidade ocidental tem embasamento na visão eurocêntrica que prioriza a razão, a observação, a experimentação e a inovação técnica. Tal visão de mundo acabou limitando o conceito de desenvolvimento a certos critérios. O principal deles foi a necessidade de crescimento econômico a ser atingido via industrialização. Contrariando tais ensinamentos, enxergamos a existência de caminhos distintos e alternativos capazes de levar a diferentes tipos de desenvolvimento. Acreditamos não ser mais possível visualizar o desenvolvimento a partir de um único caminho. Os caminhos estão em aberto e as possibilidades de novas

propostas pautadas nas experiências da América Latina, da África e da Ásia podem agregar muito. A organização espacial e a organização social das sociedades pré-colombianas, por exemplo, que foram consideradas inferiores pelos colonizadores europeus, deixaram ensinamentos capazes de contribuir para o estabelecimento de outras formas de relações com o meio ambiente, pautadas no respeito à natureza e na solidariedade entre as pessoas.

Assim, na tentativa de discutir os problemas levantados, organizamos o livro em duas partes principais. Na primeira parte do livro, procuramos: verificar o conceito de progresso elaborado pela racionalidade ocidental; apresentar as contradições existentes no paradigma de desenvolvimento construído no modo de produção capitalista; analisar criticamente o discurso dominante sobre desenvolvimento na sociedade ocidental e compreender as contradições existentes no subdesenvolvimento. Feito isso, oferecemos aos leitores uma abordagem interdisciplinar e multidimensional do desenvolvimento, indicando as dimensões que precisam ser consideradas na análise. Trata-se de um caminho aberto e repleto de possibilidades.

Na segunda parte do livro tratamos do desenvolvimento em suas múltiplas relações com o processo de globalização. A globalização é compreendida em nossa análise como o ápice da expansão do capital pelo espaço geográfico mundial. As suas contradições estabelecem profundas desigualdades. Também procuramos compreender a crise social, a crise de representação política e a crise ambiental que afligem a sociedade e o mundo do trabalho. Os contínuos problemas resultantes das crises permitem-nos considerar que a população de menor poder aquisitivo vive um período de crise permanente. Na sequência do livro, abordamos a lógica dialética da desigualdade existente nos territórios com embasamento na teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para avançar no debate foi necessário atentar para as relações existentes entre o global e o local. Por fim, defendemos o desenvolvimento territorial local como um percurso pautado na cooperação, cuja proposta deverá estar voltada para a emancipação dos seres humanos.

Um fato surpreendente na atualidade é que o debate sobre qual(ais) o(s) modelo(s) de desenvolvimento que melhor atende(em) aos interesses da população quase não vem(vêm) sendo feito. Isso preocupa, pois uma significativa parcela da população mundial não tem clareza sobre como se chega ao desenvolvimento, por isso são facilmente iludidos com falsas promessas. Nesse aspecto, os organizadores e beneficiários do sistema financeiro e produtivo global têm usado da grande mídia para convencer a população da necessidade de uma política de austeridade, de redução da participação do Estado, de mais liberdade econômica e menos impostos para as grandes fortunas. No entanto, os dados atuais têm mostrado que tal modelo não é capaz de reduzir as desigualdades. Esse modelo tem de fato concentrado a renda. Para combater a alienação ideológica é necessário ampliar o debate com relação ao desenvolvimento.

Destarte, esperemos que o livro ultrapasse os limites da universidade (muitas vezes ainda fechada em seus próprios muros) e atinja um maior número de pessoas, contribuindo para que a discussão chegue onde também é necessária: nos espaços públicos; nas comunidades tradicionais; nos sindicatos; nas associações; nas entidades de classe; nos movimentos sociais; nos movimentos estudantis; nas redes sociais espalhadas pela internet; nas escolas; nas casas das pessoas; nas praças públicas; nas ruas; entre muitos outros lugares possíveis.

Defendemos no livro que é preciso pensar criticamente e atuar coletivamente em atividades práticas capazes de melhorar a vida das pessoas. Para a efetivação de um novo paradigma de desenvolvimento, especialmente nos países que desempenham funções periféricas no espaço mundial, faz-se necessário produzir ideias originais e autônomas pautadas nas necessidades da maioria das pessoas e não nos anseios de uma minoria.

Torna-se cada vez mais evidente que o paradigma de desenvolvimento proposto pelo capitalismo liberal atende ao desejo de uma minoria, historicamente já privilegiada, que concentra a riqueza

.....

za à custa da miséria, da violência, da corrupção, do egoísmo e da destruição do meio ambiente. O desafio para promover a ruptura de paradigma é grande, mas não podemos fugir da responsabilidade. Os caminhos são múltiplos e algumas alternativas já existem. Para colocá-las em prática temos que reverter a lógica da irracionalidade perversa produzida pela sociedade ocidental e olhar para todos os seres humanos com a devida prioridade.

# 1

## As contradições no paradigma de desenvolvimento no capitalismo

### 1.1 O significado de progresso

Progresso e desenvolvimento são duas palavras complexas, porém inúmeras vezes são usadas pelas pessoas sem os devidos esclarecimentos e explicações. No uso cotidiano elas aparecem atreladas aos mais diversos assuntos e transitam com certa facilidade por quase todas as áreas: esporte; política; arte; ciência; economia; saúde; educação; tecnologia; informática; engenharia; arquitetura etc. No dia a dia é comum encontrarmos em jornais, revistas, *blogs* ou até mesmo na fala das pessoas frases prontas que se julgam autoexplicativas, tais como: “o progresso da medicina e os benefícios para a sociedade” ou “o desenvolvimento da técnica faz o homem viver cada vez melhor” ou ainda “o progresso na ciência nos últimos dois séculos beneficiou toda a sociedade”. Será isso uma verdade absoluta? Para não ficarmos somente amparados no senso comum, temos que analisar criticamente o significado e o uso atribuídos a essas duas palavras.

Com base no exposto, começamos o presente livro debatendo qual é o significado de progresso e como tal conceito adquiriu representatividade política e aderência social a ponto de ser vinculado a um conjunto de melhorias sociais e econômicas capazes de serem estendidas à maioria da população que vive no espaço mundial. Iniciaremos a discussão pelo conceito de progresso porque o seu uso e difusão precedem o do conceito de desenvolvimento.

Dupas (2012) avaliou que o conteúdo geral de progresso pode ser encontrado desde a Grécia antiga, passando pela Idade Média, até a Modernidade, com um significado que ora se aproxima e ora se distancia da definição predominante atualmente. Uma parte do conteúdo que caracteriza o conceito de progresso, que é utilizado hoje, já estava presente em textos elaborados na antiguidade, especialmente pelos filósofos gregos.

Segundo constatou Buarque (1990), para alguns filósofos gregos, como Tucídides e Platão, a definição de progresso estava atrelada ao aperfeiçoamento cultural dos seres humanos. A Escola estoica, por exemplo, fundada em Atenas, no século III a. C., cujas ideias foram difundidas no Império Romano, defendia, entre outros aspectos, fazer o bem e a melhoria ética do indivíduo. Já no judaísmo progresso aparece com o sentido de ascensão espiritual do homem. Nas duas noções, a filosófica e a religiosa, é possível observar a presença da ideia de melhoramento e aperfeiçoamento.

Mais adiante no tempo, nos séculos 18 e 19, também podemos observar alguns traços oriundos do conceito de progresso que foi elaborado na antiguidade nos textos de Kant, na dialética idealista de Hegel, bem como no materialismo histórico de Karl Marx.

Historicamente a concepção de humanidade já estava implícita na proposição estoica sobre o Estado universal, que pelo menos objetivamente remetia à ideia de progresso, por mais alheia que de resto ela fosse à antiguidade pré-cristã. A adequação dessa proposição estoica às reivindicações imperiais romanas revela algo do que ocorreu ao conceito de progresso por força da sua identificação com as emergentes “destrezas e conhecimentos”. A humanidade existente insinua-se no lugar da ainda não nascida e a história converte-se sem mais em história da redenção. Este foi o protótipo da concepção de progresso até Hegel e Marx. Na *civitas dei* agostiniana ela está vinculada à redenção por Cristo, entendida como a historicamente bem sucedida; só uma humanidade já redimida pode ser vista como se movendo, após o juízo e pela graça que mereceu, rumo ao reino do céu através

do contínuo do tempo [...]. Cabe-lhe, também no dualista Kant, avançar conforme seu princípio intrínseco, sua "natureza". Neste iluminismo contudo, que pela primeira vez coloca nas mãos da humanidade o progresso rumo a ela e com isso concretiza sua ideia como algo a ser efetivado, espreita a reafirmação conformista daquilo que meramente existe (ADORNO, 1992, s.p.).

Em algumas culturas orientais, como na crença hindu, o tempo é compreendido como um processo circular, o que inviabiliza o progresso como um movimento linear. Por sua vez, na concepção ocidental, construída desde a antiguidade, a tendência linear do tempo é um elemento fundamental para a formulação de progresso como a projeção de um futuro melhor para a humanidade. Esse futuro melhor poderá ocorrer no reino do céu (como prega o cristianismo), ou na própria Terra pelas mãos dos homens (como defendem alguns filósofos). A referência usada no conceito de progresso está ancorada na concepção de evolução linear temporal, que parte de uma situação pior para outra melhor, ou seja, um processo histórico em evolução.

O filósofo prussiano Immanuel Kant, no texto: Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? Publicado em 1783, defende que: "esclarecimento (*aufklärung*) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é o responsável" (KANT, 1783, p.1). Mais adiante afirma o filósofo: "Esse Esclarecimento não exige todavia nada mais do que a liberdade; e mesmo a mais inofensiva de todas as liberdades, isto é, a de fazer um uso público de sua razão em todos os domínios". Podemos observar na análise do kantiana que o próprio homem é o responsável pela sua saída da minoridade, o que coloca nas mãos da humanidade o seu destino. Nesse contexto, as ideias de liberdade e razão, em eminência, vão contribuir para a definição teórica do conceito de progresso no mundo ocidental.

A palavra progresso, segundo Raymond Williams (2007), teve origem na palavra latina *progressus*, de *pro* (em frente), e do participio passado *gradi* (marchar, caminhar). O seu uso inicial se referia a uma marcha física e, mais tarde, foi ligado a uma série de acontecimentos

mais amplos e associados, especialmente, com a modernidade nascida na Europa.

A especialização fundamental do sentido, fora de certos contextos limitados, dependia da compreensão do movimento como algo que ia do pior para o melhor. Foi a abstração desse movimento, como um padrão histórico passível de descoberta, que produziu progresso como uma ideia geral, em associação estreita com as ideias de civilização e melhoramento (WILLIAMS, 2007, p. 327).

O progresso foi associado à capacidade das sociedades ocidentais modernas de promoverem melhorias constantes (a marcha para frente) em um amplo número de setores, como: artes; moral; costumes; produção industrial; ciência; tecnologia; educação; economia; saúde; habitação; infraestrutura; qualidade de vida; entre outros. É preciso pontuar que o significado dado ao progresso na modernidade está vinculado ao pensamento eurocêntrico.

[...] o eurocentrismo é a perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Em outros termos, como expressão das experiências de colonialismo e de colonialidade do poder, das necessidades e experiências do capitalismo e da eurocentralização de tal padrão de poder. Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes, como a única racionalidade legítima. Em todo caso, como a racionalidade hegemônica, o modo dominante de produção de conhecimento (QUIJANO, 2002, p. 5).

A racionalidade eurocêntrica, construída a partir do século 17 e dominante nos séculos seguintes, foi disseminada para outras partes do mundo por meio do colonialismo e do imperialismo (esses temas serão abordados posteriormente no livro). Estabeleceu-se um padrão dominante de pensamento orientado pela ciência moderna e, mais adiante, pela economia liberal capitalista. Esse padrão, visto

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

como o melhor caminho a ser seguido, foi decisivo para a difusão do conceito de progresso em quase todo o mundo.

Corroborar com o argumento apresentado a definição elaborada pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, no qual podemos observar que o progresso foi vinculado aos avanços promovidos pelas novas conquistas tecnológicas em sociedades que passava por um processo de industrialização e urbanização:

1 ação ou resultado de progredir 2 movimento para frente; avanço 3 fato de propagar-se, expansão 4 mudança de estado (de algo) que o move para um patamar superior; crescimento [...] 5 incorporação, no dia a dia das pessoas, das novas conquistas no campo tecnológico [...] 6 processo de enriquecimento de uma cidade, uma região, um país etc., com a instalação de indústrias e casas comerciais, transporte urbano, estradas, meios de comunicação [...] 7 evolução da humanidade, da civilização, modernização (HOUAISS, 2009, p. 1558).

O texto apresentado no Dicionário Houaiss para definir o significado de progresso reflete bem o domínio estabelecido pela racionalidade eurocêntrica. Tais ideias foram consolidadas com as revoluções ocorridas entre o final do século 18 e o início do século 19 (com destaque para a Revolução Industrial e a Revolução Francesa). A partir desse contexto, o progresso passou a ser entendido como: 1) um melhoramento social e histórico; 2) um movimento para frente; 3) um avanço pautado em conquistas técnicas e até mesmo como; 4) uma lei da história: “não se pode deter o progresso” (WILLIAMS, 2007, p. 328). Nesse aspecto:

O progresso, como ideia generalizada, exigia uma acumulação de capital, um acervo tecnológico e um poder de organização social que permitissem eficiência crescente, capaz de acelerar o processo produtivo, a uma velocidade que todos os homens pudessem percebê-lo, como uma experiência diária (BUARQUE, 1990, p. 48).

A percepção do progresso como uma experiência real capaz de ser observada e constatada pelas pessoas ganhou materialidade a partir da Revolução Industrial. Essa revolução promoveu mudanças significativas na forma de produzir mercadorias e na organização política e social. Entre as principais transformações estão: o surgimento das primeiras fábricas; o uso das máquinas para produzir mercadorias (tear mecânico, máquina a vapor etc.); o aprimoramento das técnicas de produção; a expansão da produção industrial; a transição da população do meio rural para o meio urbano (início da urbanização); o crescimento significativo das cidades; o enfraquecimento político da monarquia absolutista; o fortalecimento econômico e político da burguesia; a transição do camponês para a situação de proletariado industrial; a exploração da força de trabalho assalariada e a intensificação da luta de classes.

Hobsbawm (2009) citou alguns avanços tecnológicos ocorridos em alguns Estados do mundo a partir dos anos de 1870, que ofereciam às pessoas a sensação da existência de um progresso linear:

[...] os vários tipos de turbinas e motores de combustão interna, o telefone, o gramofone e a lâmpada elétrica incandescente (todos sendo inventados), o automóvel, que Daimler e Benz tornaram operacional nos anos 1880, sem falar do cinematógrafo, da aeronáutica e da radiotelegrafia, produzidos ou pesquisados nos anos 1890? (HOBBSAWM, 2009, p. 53).

Além do mais, a esperança de vida ao nascer começava a aumentar e a alfabetização estava em expansão. No entanto, no referido período, somente poucos países estavam se transformando em fortes economias capitalistas industrializadas.

A passagem de uma sociedade predominantemente rural, na qual o tempo da produção agrícola é cíclico e atrelado às estações do ano, para uma sociedade urbana e industrial capaz de compreender o tempo como linear (em virtude da produção industrial contínua ao longo de todo o ano), promoveu profundas transformações na paisa-

gem que indicavam a ascensão para uma sociedade moderna. Isso contribuiu para a disseminação da ideia de progresso, pois a população observava e percebia as modificações promovidas pela expansão industrial, pela urbanização, pelo aprimoramento da infraestrutura e a utilização dos novos utensílios recentemente inventados. As grandes cidades da época, como Paris e Londres, são exemplos esclarecedores da nova paisagem urbana que se configurava.

Os fatos elencados estimularam a difusão da ideia de progresso como um caminho pautado na racionalidade, na modernização, na tecnologia e no conhecimento científico. Esse caminho, segundo os seus defensores, conduziria ao crescimento econômico e proporcionaria melhorias efetivas na vida das pessoas. O progresso também passou a ser fortemente defendido no campo político.

Na França, nenhum político sensato em campanha e nenhum partido significativo se definiram como “conservadores”; nos Estados Unidos, o “progresso” era uma ideologia nacional; até na Alemanha imperial – o terceiro grande país a adotar o sufrágio universal masculino nos anos 1870 – os partidos que se diziam “conservadores” recebiam menos de um quarto dos votos nas eleições gerais daquela década (HOBSBAWM, 2009, p. 57-58).

Na perspectiva de Robert Nisbet (1980), o progresso diz respeito ao acúmulo de conhecimento e de melhorias morais e espirituais que proporcionariam ao homem mais felicidade. Tal pensamento encontra respaldo na concepção de progresso elaborada a partir do século 18, por alguns filósofos iluministas, com destaque para as ideias desenvolvidas por Voltaire (1694 - 1778) e Condorcet (1743 - 1794).

O conceito de progresso vigente no século 18 é marcado pela compreensão de que o homem passa por estágios de desenvolvimento no transcorrer da história, sendo que os estágios posteriores são superiores aos estágios anteriores. Podemos encontrar essa noção na obra do Marquês de Condorcet, especificamente no texto: “Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano”. Segundo Oliveira (2013), na perspectiva de Condorcet:

A continuidade da história é fundada nessa necessidade e se traduziria pela superioridade dos estágios posteriores em relação aos anteriores. Ela define também a direção e o sentido da história: a afirmação progressiva da razão humana e suas realizações. Assim, é a acumulação dos conhecimentos humanos que forma a dinâmica histórica (OLIVEIRA, 2013, p. 10).

Para Condorcet (2013, p. 21), os homens seguem uma marcha histórica pautada no progresso contínuo. “Sem dúvida, esses progressos poderão seguir uma marcha mais ou menos rápida, mas ela deve ser contínua e nunca retrógrada [...]”. Assim, propôs o princípio de que a humanidade progride de um período bárbaro para outro civilizado. Para a conclusão dessa travessia, possuem um papel relevante as artes, a razão, a ciência e a tecnologia.

No referido livro organizou a história dos progressos do espírito humano em dez períodos. Primeiro Período: Os homens estão reunidos em povoados. Segundo Período: Os povos pastores. Passagem desse estado àquele dos povos agricultores. Terceiro Período: Progressos dos povos agricultores até a invenção da escrita alfabética. Quarto Período: Progresso do espírito humano na Grécia até a época da divisão das ciências por volta do século de Alexandre. Quinto Período: Progressos das ciências desde a sua divisão até sua decadência. Sexto Período: Decadência das luzes até sua restauração por volta da época das cruzadas. Sétimo Período: Dos primeiros progressos das ciências, quando de sua restauração no Ocidente, até a invenção da tipografia. Oitavo Período: Da invenção da tipografia até a época em que as ciências e a filosofia abalaram o jugo da autoridade. Nono Período: De Descartes até a formação da República Francesa. Décimo Período: Dos futuros progressos do espírito humano.

[...] trata-se da afirmação da superioridade do presente em relação às épocas do passado. Pela primeira vez, diz Condorcet, o sistema geral dos conhecimentos humanos foi desenvolvido, o método de descobrir a verdade tor-

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

nou-se uma arte que se pode aprender, a razão encontrou, enfim o seu caminho. O gênero humano não cairá mais na obscuridade (NASCIMENTO, 2013, p. 13).

Condorcet, a partir de uma perspectiva otimista, procurou associar as ciências da sociedade (que estavam ainda em uma fase inicial de consolidação) ao método usado pelas ciências da natureza (já consolidadas no século 18). Isso seria necessário para dar respaldo e independência às ciências da sociedade, frente ao controle exercido pela nobreza e pelo clero sobre a produção do conhecimento.

Condorcet pensa que a economia política pode estar submetida à “precisão do cálculo” e ao método das ciências da natureza. Mas não se limita aos fatos econômicos e passa a generalizar está *démarche*: o conjunto dos fenômenos sociais está submetido “às leis gerais... necessárias e constantes” parecidas com as que regem as operações de natureza. Daí, a ideia de uma ciência natural da sociedade [...] (LÖWY, 2000, p. 19).

Existe no pensamento elaborado por Condorcet, segundo análise feita por Löwy (2000, p. 19–20), um significado utópico-crítico, visto que o seu intuito era separar o conhecimento social dos interesses das classes dominantes da sua época (clero e nobreza), por isso a associação com as ciências da natureza. Trata-se de uma luta contra as doutrinas teológicas, os dogmas e a política feudal, ou seja, a ideologia tradicionalista. A finalidade seria libertar o pensamento humano das amarras doutrinárias institucionalizadas pelas classes dominantes. Daí a necessidade de aproximar a economia e a política da neutralidade exigida pelas ciências da natureza e a sua “precisão” matemática.

O Marquês de Condorcet acreditava na inevitabilidade do progresso, pois com o passar do tempo a humanidade acumularia uma quantidade cada vez maior de conhecimento, isso possibilitará a construção de um futuro melhor do que o presente, com mais democracia, instituições laicas, liberdade de imprensa e comércio.

Só restaria um último quadro a traçar, aquele de nossas esperanças, dos progressos que estão reservados às gerações futuras e que a constância das leis da natureza parece lhe assegurar [...] a partir do momento em que as luzes tenham ao mesmo tempo atingido um certo termo em um maior número de nações e que tenham penetrado a massa inteira de um grande povo, cuja língua estaria universalmente difundida, cujas relações comerciais envolveria toda a extensão do globo. A partir do momento em que essa revolução já tiver sido operada na classe inteira dos homens esclarecidos, entre eles só contaríamos homens amigos da humanidade, ocupados de comum acordo em acelerar seus progressos e sua felicidade (CONDORCET, 2013, p. 26).

Ao analisar o conteúdo geral presente no discurso otimista de Condorcet, é possível perceber que a razão, as artes, a política e a ciência existentes na Europa eram, no final do século 18, um modelo do progresso humano (que continuaria evoluindo) e deveria servir de inspiração para os demais povos. Trata-se do eurocentrismo ganhando cada vez mais corpo e folego. Isso com o objetivo de se impor como uma visão de mundo dominante.

No século 19, com o filósofo francês Auguste Comte (1798 - 1857), a ideia de progresso contínuo da humanidade foi sistematizada em uma proposta positivista e conservadora para a ciência, pautada na visão de que a ciência é o ápice da evolução humana. Tais pensamentos estão presentes, especialmente, no livro: “Curso de Filosofia Positiva”.

Essa visão de progresso contínuo da humanidade pode ser exemplificada, de maneira típica, a partir da “Lei dos Três Estados” de Auguste Comte, segundo a qual o homem passou e passa por três etapas em seu modo de conceber as ideias: a primeira, teológica; a segunda, metafísica ou filosófica; e a terceira, positiva ou científica, sendo a primeira a menos evoluída e a última o ápice da evolução humana [...] (ALVARENGA *et al.*, 2011, p. 7).

Auguste Comte, afastando-se da teologia e da metafísica, defendeu uma orientação científica pautada na observação, na experimentação, na neutralidade e na quantificação para a investigação dos fenômenos da sociedade. Defendeu a existência de uma marcha progressiva do espírito humano. Comte (1983), na Lei dos Três Estados, definiu que:

[...] o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: o primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo [...] a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição (COMTE, 1983, p. 4).

De acordo com Löwy (2000, p. 17), as premissas que orientam o positivismo são: 1) a sociedade é regida por leis naturais que não dependem da ação humana; 2) a sociedade pode ser estudada pelos métodos e procedimentos utilizados pelas ciências da natureza; 3) as ciências que estudam a sociedade devem pautar-se na observação e explicação causal dos fenômenos de maneira neutra, objetiva e livre de julgamentos de valor e preconceitos.

Na filosofia positivista, o conhecimento obtido por meio da ciência, com o objetivo de descobrir as leis dos fenômenos naturais e sociais, seria a expressão máxima da evolução humana. O pensamento elaborado por Comte obteve grande repercussão e penetração no âmbito das ciências da sociedade, assim como conquistou espaço no campo político.

Na avaliação de Löwy (2000, p. 18), o positivismo surgiu: “[...] como uma utopia crítico revolucionária da burguesia antiabsolutista” e se transformou, ao logo do tempo, em: “[...] uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida”. Nesse aspecto, podemos dizer que o conceito emergente de progresso se alinha, no século 19, com os interesses da burguesia industrial.

Segundo Löwy (2000, p. 23, grifo do autor), Comte defendeu: “[...] uma nova ordem, uma ordem *industrial*, contendo o progresso – isto é, o desenvolvimento da indústria e das ciências”. Auguste Comte, ao defender que a sociedade funciona e pode ser explicada de acordo com as leis da natureza, naturalizou as desigualdades sociais, bem como a concentração de riqueza nas mãos da burguesia industrial.

O “cientismo”, resultante do extraordinário desenvolvimento científico do século XIX, exprime a convicção de que as ciências constituíam “o caminho para resolver os problemas humanos e sociais do mundo”. A ciência “é, não só um método do conhecimento e de domínio da natureza e do homem, mas também um saber de salvação que redimirá a humanidade das suas misérias e a conduzirá à felicidade” (AZEVEDO, 2005, p. 34).

Com isso, o conceito de progresso conquistou inúmeros defensores na Europa e no mundo, entre o final do século 18 e o transcorrer do século 19. Com ele caminha junto a noção de ordem, entendida como fundamental para que os planos da burguesia (pautados na industrialização, no conhecimento científico e na tecnologia), sejam atendidos.

O que surpreende na ideia de progresso não é sua juventude, mas a rapidez com que ela se consolidou como um valor intrínseco, impregnado à imaginação dos homens, em todos os continentes, praticamente em todos os povos, com exceção de alguns poucos que reagem por opção filosófica ou religiosa [...]. Surpreende como adquiriu primazia sobre todas as demais ideias socialmente aceitas, a ponto de que as outras, como felicidade, paz, igualdade, liberdade, justiça, soberania, embora mais antigas, passaram a ser vistas como consequência do progresso (BUARQUE, 1990, p. 48).

Conforme análise elaborada por Capra (2006), o paradigma científico que ofereceu sustentação para o conceito de progresso está ancorado na racionalidade cartesiana e na mecânica newtoniana. Nesse modelo o universo é visto como:

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

[...] um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a *crença no progresso material ilimitado*, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico [...] (CAPRA, 2006, p. 25, grifo nosso).

Além da defesa do crescimento econômico e tecnológico, também ganhou força no século 19, a ideia de nação, associada ao progresso. Ortiz (2007, p. 48) verificou que: “[...] o conceito de nação encontra-se intimamente vinculado à ideia de progresso”. Ainda segundo o autor: “O pensamento evolucionista estabeleceu uma sequência linear do desenvolvimento das pequenas unidades – família, tribo, região – a uma totalidade complexa”.

A nação seria a forma mais evoluída e adequada da vida social. Dessa feita, o modelo de Estado-Nação emergiu na Europa como o mais pertinente para promover o progresso. No final do século 19, a civilização ocidental (diga-se europeia), cada vez mais representada pelo modelo de Estado-Nação, tem como característica:

[...] uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 16).

A formação do Estado moderno ocorreu em uma Europa capitalista, cujo poder político está nas mãos da burguesia, que deposita as suas esperanças no avanço do conhecimento científico. Uma Europa convencida da sua centralidade (religiosa, cultural, artística, industrial, política, militar etc.) constituiu o alicerce para a expansão do conceito de progresso.

Nesse sentido, Furtado (1980) identificou em seu estudo a ideia de progresso em três correntes do pensamento originárias na Europa. A primeira corrente compreendia a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda corrente se pautava na acumulação de riqueza e na promessa de um melhor bem-estar futuro. A terceira corrente defendia que a expansão geográfica europeia levaria para os povos dominados uma forma de “civilização superior” que melhoraria as suas vidas.

O entendimento da história como uma marcha progressiva e linear para a racionalidade, bem como a concepção de acumulação de riqueza no momento presente para uma distribuição no futuro, obteve representatividade no continente europeu e foi levada para outras partes do espaço mundial. Com relação à terceira corrente identificada por Furtado (1980), foi durante o imperialismo, a partir do final do século 19, que ela ganhou força no discurso político.

O imperialismo exercido pelas potências industriais europeias (especialmente Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Portugal, Espanha, Alemanha e Itália), bem como pelos Estados Unidos, Rússia e Japão, conduziu ao controle territorial de extensas áreas do planeta. Os países imperialistas usaram, como uma das justificativas para executar os seus planos de invasão e dominação a alegação de que estavam levando o progresso para os povos denominados de “atrasados” ou de “primitivos”. Os povos “atrasados” ou “primitivos” deveriam cumprir, segundo os dominadores, determinadas etapas para progredir e avançar rumo a uma “civilização moderna”.

No período entre 1880 e 1914, uma parte expressiva do espaço mundial foi dividida em territórios governados direta ou indiretamente por outro Estado. De acordo com Hobsbawm (2009) duas regiões do mundo foram inteiramente divididas: África e Pacífico.

Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e – ainda em escala modesta – japoneses. Por volta de 1914, a África

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa. A Ásia [...] a Grã-Bretanha, anexando a Birmânia ao seu Império Indiano e implantando ou reforçando a zona de influência nas áreas do Tibete, da Pérsia e do Golfo Pérsico: a Rússia, avançando sobre a Ásia Central e (com menos êxito) sobre a Sibéria e a Manchúria do lado do Pacífico: os holandeses, implementando um controle mais firme nas regiões mais distantes da Indonésia (HOBSBAWM, 2009, p. 100).

A invasão das potências imperialistas europeias na África é um dos exemplos mais característicos (a Libéria e a Etiópia foram os únicos territórios que escaparam da dominação). A partir da Conferência de Berlim realizada entre 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885, foi imposto um projeto de colonização.

Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas. Era a chamada doutrina das *esferas de influência*, à qual está ligado o absurdo conceito de *hinterland*. A doutrina foi interpretada da seguinte forma: a posse de uma parte do litoral acarretava a do *hinterland* sem limite territorial (UZOIGWE, 2010, p. 33).

A África, de acordo com Albert Adu Boahen (2010), tinha até 1880 cerca de 80% do seu território governado pelos próprios africanos. Em 1914, praticamente quase todo o continente já estava submetido à dominação das potências imperialistas europeias, que dividiram a África em colônias, de acordo com os seus interesses econômicos. Para Boahen (2010, p. 3): “[...] a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais”. Os colonizadores imperialistas tinham como

objetivo retirar os recursos naturais existentes no território para sustentar o seu projeto de industrialização.

A geração de 1880-1914 assistiu a uma das mutações históricas mais significativas dos tempos modernos. Com efeito, foi no decorrer desse período que a África, um continente com cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa. Os historiadores até agora não têm a dimensão real das consequências desastrosas, quer para o colonizado quer para o colonizador, desse período de guerras contínuas, embora em geral sublinhem que se tratou de uma época de transformações revolucionárias fundamentais (UZOI-GWE, 2010, p. 23).

O continente africano foi invadido e retalhado pelo imperialismo europeu. Uzoigwe (2010) argumenta que não há registros na história em que um grupo de Estados negociou com tamanha arrogância a partilha de outro continente e usou da violência e do derramamento de sangue para promover a invasão e a conquista em um período de tempo tão curto.

As potências imperialistas também dominaram, direta ou indiretamente, partes expressivas da Ásia (como a Índia, o sudeste asiático e a China). O economista Paul Baran (1984), teceu forte crítica à exploração imperialistas realizada pelos ingleses na Índia, entre 1858 até 1947, com o intuito de extrair um excedente econômico:

A catástrofe que adveio à Índia pela invasão do capitalismo britânico assumiu, portanto, proporções alarmantes. [...] O excedente econômico da sociedade não foi apenas transferido de um a outro uso, com todas as revoltas, lutas e privações correspondentes; foi obtido, principalmente, das massas subalimentadas, mal vestidas, mal alojadas e esgotadas por excesso de trabalho [...]. Não pode haver dúvida de que se o montante do excedente econômico que a Inglaterra extraiu da Índia tivesse sido investido nesta última, o desenvolvimento econômico indiano teria hoje pouca semelhança com o sombrio quadro que constitui a realidade (BARAN, 1984, p. 141, grifo do autor).

No extremo oriente as guerras do Ópio, também denominadas como Guerra Anglo-Chinesa (1839-1842 e 1856-1860), envolveram a Grã-Bretanha e a China. Os britânicos vitoriosos, forçaram os chineses a permitirem a venda de ópio em seu território. Essa imposição tinha como objetivo relativizar os prejuízos existentes nas relações comerciais dos ingleses com a China. O ópio, uma droga extraída da papoula, causou sérios problemas sociais na China.

Conforme argumentação tecida por Hobsbawm (2009), a repartição do mundo por um número pequeno de Estados (cerca de um quarto da superfície do planeta distribuído entre meia dúzia de Estados), marca a divisão do planeta entre fortes e fracos, em “avançados” e “atrasados”. Com base nos dados apresentados pelo autor, a Grã-Bretanha aumentou em aproximadamente 10 milhões de Km<sup>2</sup> o seu território, a França em 9 milhões de Km<sup>2</sup>. No entanto, o imperialismo não foi somente um fenômeno ligado a questões econômicas e políticas.

[...] a Era dos Impérios não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também cultural: a conquista do globo pelas imagens, ideias e aspirações de sua minoria “desenvolvida”, tanto pela força e instituições como por meio do exemplo e da transformação social (HOBSBAWM, 2009, p. 127).

O resultado real da invasão territorial (direta ou indireta) realizada pelas potências imperialista foi caótico para as populações de cada localidade explorada, com exceção de uma pequena elite local que se beneficiou economicamente da riqueza produzida e da educação ocidental. Atualmente, uma parte dos problemas produzidos pelos invasores ainda estão presentes. Porém, mesmo com os resultados catastróficos para as populações dominadas e toda a crítica elaborada por eminentes pesquisadores, entre o final do século 19 e o início do século 20, a ideia de progresso continuou conquistando defensores em distintos lugares do espaço mundial, visto que atendia aos interesses das classes dominantes.

Os defensores do progresso continuam acreditando que a sua linha de pensamento seria fundamental para “libertar” as sociedades “primitivas” do “atraso” em que se encontravam. No entanto: “Se o pensamento europeu encaminhou-se por distintas vias para produzir uma visão otimista da história – visão que encontrava a sua síntese na ideia de progresso –, a realidade social da época estava longe de ser confortante [...]” (FURTADO, 1980, p. 3-4).

Os trágicos resultados da política e da economia colocados em prática pelos defensores do progresso na África, Ásia e América Latina levaram alguns pensadores críticos, como é o caso de Heide-  
mann (2010), a entenderem o progresso como um mito.

[...] No século 19, o conceito de progresso atingiu seu ápice, tornando-se bandeira do romantismo e assumindo o caráter de necessidade. A realização material do progresso seria uma condição necessária para que as pessoas comuns pudessem superar seu destino de danação social [...]. O mito do progresso dominou todas as manifestações da cultura ocidental durante aquele século. E não foi por mero acaso que o lema do progresso acabou então estampado na bandeira do Brasil (HEIDEMANN, 2010, p. 24).

O lema ordem e progresso, atribuído ao positivismo de Auguste Comte, foi colocado na bandeira nacional do Brasil. A ideia estava atrelada à necessidade de modernização interna (progresso) que somente poderia ser atingida com base na ordem (disciplina). Também para Dupas (2012), o progresso como uma evolução para o melhor é um mito que não encontra respaldo na realidade.

O progresso foi considerado como um mito porque a promessa de construção de uma sociedade melhor e mais justa (a marcha para frente) era apenas a aparência de um movimento maior, que tinha na sua essência a expansão de capitais e todo o seu conjunto de contradições, tais como: exploração da força de trabalho; dominação imperialista; concentração da riqueza; disseminação da pobreza; degradação da natureza (que passou

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

a ser vista apenas como “recurso natural”); guerras; violência; corrupção; entre tantos outros problemas.

Foi somente na primeira metade do século 20 que foi abalada a confiança depositada no progresso, em virtude da ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). No período entre as duas guerras deu-se a grande depressão (crise de 1929), com a quebra da bolsa de Nova York, nos Estados Unidos da América, com fortes desdobramentos econômicos no mundo ocidental. Com relação aos motivos da Primeira Guerra Mundial:

O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites [...]. Mais concretamente, para os dois principais oponentes, Alemanha e Grã-Bretanha, o céu tinha de ser o limite, pois a Alemanha queria uma política e posição marítima globais como as que então ocupava a Grã-Bretanha [...]. Era uma questão de ou uma ou outra (HOBSBAWM, 1995, p. 37).

As duas grandes guerras mundiais foram traumáticas tanto para os vencedores como para os vencidos. Conforme verificou Dupas (2012), os resultados cruéis das guerras mundiais levaram a um tom pessimista com relação ao progresso e a fortes críticas à divisão do trabalho, ao militarismo e ao culto à modernidade tecnológica.

É propício argumentar que as guerras mundiais foram o fruto do próprio funcionamento do modo de produção capitalista em sua fase imperialista que conduziu a constantes disputas com a finalidade de expansão e controle de novos territórios e mercados. Vladimir Lênin (1987) já havia manifestado a sua preocupação com a expansão capitalista no livro: “O imperialismo: fase superior do capitalismo”. Os países europeus industrializados começaram a disputar no interior do próprio continente a hegemonia econômica.

É difícil imaginar o funcionamento desse modelo de desenvolvimento sem guerras, até porque a lógica da economia capitalista (e não de qualquer economia, diga-se de passagem) implica uma lógica de guerra permanente por conquista de mercado (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25).

Para contextualizar o fato citado podemos observar o caso da Inglaterra. De acordo com Fiori (2014, p. 69), do início do século 18, até meados do século 20, a Inglaterra: “participou de 110 guerras, dentro e fora da Europa”. Fiori avaliou que as guerras ocupam um lugar de destaque na estratégia de desenvolvimento dos ingleses. As guerras e a expansão territorial estão entre as principais estratégias utilizadas pela maioria das potências europeias para promover o seu desenvolvimento.

No final da primeira metade do século 20, a sequência de guerras mundiais e a forte crise econômica experimentada levaram ao enfraquecimento da tendência romântica e entusiasmada com um futuro promissor para toda a humanidade. A economia internacional foi severamente afetada pelas guerras e pela crise (porém é preciso lembrar que a reconstrução no pós-guerra aqueceu a economia).

Como resultado das guerras milhões de pessoas (militares e civis) perderam as suas vidas, o desemprego cresceu em muitas regiões do planeta, as migrações internacionais aumentaram e as esperanças depositadas em um futuro melhor para a humanidade estavam ameaçadas.

Se por um lado o conhecimento científico produziu técnicas capazes de melhorar a vida das pessoas, por outro lado o uso político desse conhecimento, contraditoriamente, também criou formas de exploração e destruição em massa. Como exemplo de perversidade podemos citar o bombardeamento da cidade de Guernica, situada na comunidade autônoma do País Basco em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, na qual o avião foi utilizado como arma de destruição. A tragédia foi imortalizada na obra nominada Guernica, elaborada pelo pintor espanhol Pablo Picasso. Outro exemplo são os campos

de concentração nazistas que durante a Segunda Guerra Mundial promoveram o assassinato em massa por fuzilamento ou por meio de câmara de gás. Os maiores campos de concentração nazistas foram Auschwitz, Belzec, Buchenwald e Sachsenhausen (os dois primeiros localizados na Polônia e os outros dois na Alemanha).

Também se faz necessário mencionar os bombardeamentos com armas nucleares, ocorridos nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, organizados pelos Estados Unidos da América. A bomba atômica lançada na cidade de Hiroshima era composta por urânio-235, e a lançada em Nagasaki, de plutônio-239. O maior avanço científico-tecnológico do período, a energia nuclear, foi utilizado para matar seres humanos em massa. As bombas nucleares mataram crianças, jovens e idosos; destruíram famílias inteiras, acabaram com os sonhos de muitos e assustaram o mundo inteiro. Resta fazer a pergunta: que tipo de progresso é esse que a sociedade ocidental acredita ter produzido? E quem se beneficia desse modelo?

O resultado da disputa pelo controle do espaço mundial conduziu à humanidade a duas guerras mundiais terríveis. O foco das guerras tinha uma base econômica e política pautada na necessidade de expansão de capitais, que só beneficiavam uma pequena parcela da população mundial, em detrimento da maioria, que enfrentava sérios problemas sociais.

Na tentativa de manter a confiança no paradigma da modernidade ocidental capitalista, em um período pós-guerra de crise e marcado pela necessidade de reconstrução e ressignificação, as esperanças no progresso foram transferidas e assumidas por outro conceito emergente, o de desenvolvimento. É necessário mencionar que a ideia de progresso e toda a sua carga conceitual não desapareceu, pelo contrário, continua presente. Ocorreu que em grande parte do discurso dominante a ideia geral contida no conceito de progresso foi depositada no conceito de desenvolvimento.

O desenvolvimento, na visão crítica de Amaro (2017, p. 80), torna-se a “palavra de ordem” para a construção de uma “nova era

de paz e progresso”, capaz de suceder a perversidade destrutiva das guerras mundiais e da crise dos anos 1930. Segundo o referido autor: “[...] o desenvolvimento tornou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, um conceito de referência, um objetivo a atingir, um caminho a prosseguir, um sonho para muitos povos”.

O controle exercido pela técnica e pela razão, orientados por uma econômica a serviço de poucos, produziu um espaço mundial no qual o verdadeiro progresso humano é apenas uma miragem para a maioria da população.

## 1.2 O paradigma de desenvolvimento no capitalismo

Atualmente o desenvolvimento aparece como uma palavra-chave tanto no discurso político, como nas análises econômicas, sociais e ambientais. Em alguns casos é visto como uma meta a ser atingida, em outros casos como um sonho improvável. Às vezes chega a ser revestido com uma aura mágica capaz de solucionar todos os problemas de uma sociedade. Por essas razões, para avançarmos no debate com a finalidade de compreender o significado de desenvolvimento, vamos procurar elaborar uma reflexão sobre a origem da palavra e o seu entendimento na visão de diferentes autores.

A palavra desenvolvimento, segundo Raymond Williams (2007), veio do francês antigo *desveloper*, tendo a sua raiz o sentido de desenvolver ou desenrolar, o contrário de envolver ou empacotar. Deveria significar, conforme constatou a pesquisa elaborada por Amaro (2003):

[...] a libertação dos ‘invólucros’, ‘envolvimentos’, ‘envelopes’, ‘rolos’, ‘embrulhos’, que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades ‘embrulhadas’ nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades (AMARO, 2003, p. 66).

Desenvolver é uma ação relacionada a desembulhar ou desempacotar, cujo sentido é retirar os embrulhos para liberar a potência existente internamente. A primeira grande ampliação da palavra ocorreu na nova Biologia, relacionada com as ideias de evolução. Na Biologia o conceito de desenvolvimento foi empregado como: “[...] processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas”, ou seja, “[...] visto como um movimento na direção da forma mais apropriada” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 46).

O significado original da palavra desenvolvimento está atrelado à libertação das potencialidades internas para a realização das capacidades dos indivíduos e da coletividade. No entanto, o uso mais comum tem sido aquele elaborado pelos economistas e associado, direta ou indiretamente, ao crescimento econômico.

Na Economia alguns estudos dedicados ao crescimento econômico são considerados como precursores dos estudos com relação ao desenvolvimento. Tais estudos podem ser encontrados, especialmente, a partir do século 18. As primeiras reflexões voltadas para compreender o crescimento econômico estão atreladas aos pensadores da corrente teórica nominada Fisiocracia, cujo principal expoente foi o francês François Quesnay (1694 - 1774). A principal: “[...] contribuição dos fisiocratas à noção moderna de desenvolvimento foi à noção de fluxo da riqueza, em oposição à noção de estoque de riqueza do Estado, advogada pelos mercantilistas” (DALLABRIDA, 2017, p. 18). Os fisiocratas combatiam a visão mercantilista de acúmulo de riqueza e enfatizaram a produção gerada pela agricultura como fundamental. A agricultura era vista como a principal fonte de riqueza das nações, pois a origem da riqueza estava na terra (na propriedade e produção agrícola da terra).

Para os fisiocratas a produtividade da terra poderia contribuir mais para o crescimento econômico se fossem aumentados os investimentos na agricultura. Investir na produção agrícola desencadearia a expansão dos demais setores, como a indústria e o comércio (SOUZA, 2012). Daí a ideia de priorizar o fluxo de riqueza e não a sua acumula-

ção, visto que o investimento tem a capacidade de gerar mais riqueza e propiciar o crescimento econômico de uma sociedade.

As preocupações com o crescimento econômico e com as transformações sociais também estão presentes nas obras dos economistas britânicos clássicos. As principais discussões estão nos trabalhos de: Adam Smith (1723 - 1790); Thomas Robert Malthus (1766 - 1834); David Ricardo (1772 - 1823) e John Stuart Mill (1806 - 1873).

Adam Smith foi um dos primeiros pesquisadores a tratar com profundidade o papel do crescimento econômico para uma nação. Sua grande obra foi: "Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações", mais conhecida como: "A riqueza das Nações", publicada originalmente em 1776. Adam Smith procurou explicar como ocorre a formação da riqueza, como opera o mercado, qual a importância do aumento do tamanho dos mercados e como a expansão dos mercados aumenta a renda e o emprego (SOUZA, 2012).

Adam Smith (1985) analisou a produção em seu aspecto social para compreender a elevação de riqueza das nações. A produção depende do trabalho dos homens e o aumento da produção depende da divisão do trabalho. Um exemplo citado pelo autor para ilustrar a importância do trabalho e da divisão do trabalho foi a fabricação de alfinetes. Um operário sem treinamento e pouco adaptado com as ferramentas e máquinas utilizadas para a produção é capaz de fabricar, provavelmente, um único alfinete depois de um dia de trabalho. Com muito empenho, talvez fabrique vinte alfinetes. No modelo que utiliza a divisão do trabalho, no qual cada operário realiza uma determinada atividade (desenrolar o arame, endireitar, cortar, fazer pontas etc.) pode-se obter a produção de mais de 4.800 alfinetes por operário diariamente (SMITH, 1985).

A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos parece haver-se efetuado em decorrência dessa vantagem. Essa diferenciação, aliás, geralmente atinge o máximo nos países que se carac-

terizam pelo mais alto grau da evolução, no tocante ao trabalho e aprimoramento (SMITH, 1985, p. 42).

A origem da divisão do trabalho está na tendência da natureza humana à troca. “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado” (SMITH, 1985, p. 53). Estabelecida a divisão do trabalho são poucas as pessoas que vivem da sua própria capacidade de produzir tudo o que necessita. A maioria das necessidades das pessoas é atendida por meio da troca, o que estimula a produção e o comércio.

Adam Smith (1985) analisou os fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural. Esse modelo de organização do pensamento provém da Física. Dessa feita, elevou à economia a categoria de ciência, pois era possível usar a metodologia empregada pelas ciências naturais (especialmente a Física) para o estudo da economia. Também defendeu uma maior liberdade individual tanto nos negócios particulares, como no comércio internacional. A partir das diretrizes elaboradas por Smith:

[...] os economistas liberaram-se dos preconceitos religiosos que os tornavam instrumentos dos teólogos, mas, acreditando em uma mão tão invisível quanto aquela que movia os corpos celestes, não se preocuparam em intervir. Como nos céus, para os físicos, o processo econômico seguiria delineamentos e normas ditados pela ordem natural, cuja lógica seria o objeto de seus estudos. Concentraram-se em explicar. A ciência seria neutra em relação aos comportamentos dos atores econômicos. Da mesma forma que os demais cientistas, os economistas buscavam eliminar os juízos de valor nas explicações do processo econômico [...] (BUARQUE, 1990, p. 22).

Pautados na racionalidade oriunda das ciências naturais, inúmeros economistas posteriores a Adam Smith vão defender a neutralidade, o equilíbrio e a existência de uma ordem econômica natural. Na tentativa de eliminar o juízo de valor, utilizam da Mate-

mática para auxiliar na explicação dos fenômenos econômicos. As contradições sociais não são levadas em consideração.

A “mão invisível”, regulando todas as formas de ação dos agentes econômicos, retirava de cada um deles toda preocupação ética. O único valor de cada agente estava em realizar, da forma mais ambiciosa e egoísta possível, seu desejo de ampliar o consumo individual e de sua família. Mas esta realização não era fruto de um juízo de valor, uma vez que estava definida pelas leis naturais que se aplicam aos homens. O equilíbrio geral seria suficiente para legitimar o comportamento que, sendo eficiente, seria também ético (BUARQUE, 1990, p. 23).

No referido contexto, o foco de estudo foi direcionado para a eficiência da produção e para o crescimento econômico. Os problemas sociais, entre eles a fome e a miséria, não foram considerados como fundamentais, pois com a ação da “mão invisível” a sociedade atingiria o equilíbrio e os problemas seriam naturalmente resolvidos, desde que existisse plena liberdade para a ação da burguesia.

Foi no transcorrer do século 19, especialmente na Europa, em virtude da expansão da atividade industrial e do crescimento econômico obtido que a palavra desenvolvimento foi associada a uma mudança econômica quantitativa ligada a uma sociedade que passava por etapas evolutivas.

Nos anos 1880, a Europa, além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa. Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver (HOBSBAWM, 2009, p. 38).

Na Europa, a utilização da palavra desenvolvimento para caracterizar uma economia industrial e comercial moderna ganhou força no final do século 19 e tornou-se comum no transcorrer do século 20 (WILLIAMS, 2007). Segundo Theotônio dos Santos, surge toda uma literatura dedicada ao estudo do desenvolvimento.

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (SANTOS, s.d. p. 3-4).

O crescimento industrial entre o final no século 19 e início do século 20, em alguns países da Europa Ocidental, como a Inglaterra e a Alemanha, era significativo e chamava a atenção dos pesquisadores. Algumas fábricas passaram a contar com centenas ou até mesmo milhares de operários. O crescimento das cidades industrial também era evidente.

No entanto, para Singer (1975), Oliveira (2002), Amaro (2003, 2017), Sandroni (2004) e Ivo (2012), foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o conceito de desenvolvimento adquiriu grande importância em âmbito científico e no cenário político internacional. Ao longo da última metade do século 20, o conceito foi amplamente discutido nas universidades, nas instâncias políticas e nos órgãos de planejamento em âmbito regional, nacional e internacional.

O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material [...] e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais (SANDRONI, 2004, p. 169).

A ideia de que os países industrializados cresceram economicamente (atingindo o desenvolvimento) e que os países não industrializados permaneceram pobres, encontrou ressonância a partir da publicação, em 1955, da teoria das curvas de Kuznets, elaborada pelo economista Simon Kuznets. O autor citado defendeu em sua teoria que a desigualdade cresce no início do processo de industrialização,

porém reduz sistematicamente nas etapas seguintes. Conforme o desenvolvimento industrial progride, observam-se melhorias na qualidade da educação e, com isso, o crescimento da remuneração para o trabalho qualificado.

No começo do processo de industrialização seria observado mais desigualdade, no entanto no transcorrer do tempo a tendência seria a redução da desigualdade, a elevação da renda média e a melhoria das condições de vida. As ideias de Kuznets foram amplamente difundidas no meio acadêmico e político. Daí a ideia da industrialização como o caminho para o desenvolvimento.

Com base no exposto, verificamos a partir da década de 1950, duas correntes principais nos debates com relação ao crescimento econômico e o desenvolvimento: 1) as teorias tradicionais que consideravam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; e 2) as que distinguiam desenvolvimento de crescimento econômico.

A primeira corrente está relacionada com os estudos, inicialmente produzidos na área de economia, na qual o desenvolvimento foi compreendido como sinônimo de crescimento econômico. A argumentação majoritária na primeira corrente defendia que por meio do processo de produção e circulação de mercadorias deveria ocorrer o crescimento econômico, que por si só é o mesmo que desenvolvimento.

A ideia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e de desenvolvimento econômico. Contudo, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população (SOUZA, 2012, p. 5).

Podemos verificar que as ideias inicialmente produzidas na Economia foram baseadas em uma abordagem linear, fragmentada

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

e dimensional. Essa interpretação foi incapaz de abordar a totalidade e a complexidade dos processos envolvidos. Foi simplesmente difundida a noção de que o crescimento econômico (obtido via industrialização e inovação técnica) seria o caminho exclusivo para promover o desenvolvimento. Essa interpretação linear não considerava na análise as diferenças históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas, geográficas, ambientais e técnicas entre os países.

A segunda corrente, conforme dissertou Souza (2012, p. 6), compreende o: “[...] crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas”. O desenvolvimento foi associado à mudança de uma economia arcaica para uma economia moderna e capaz de melhorar a vida das pessoas. Com isso:

[...] o conceito de desenvolvimento desde início que tomou como referência, para a sua formulação e conteúdo, a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais, entendendo-se como “boas práticas” a sua evolução, a caminho de uma sociedade da abundância [...] (AMARO, 2003, p. 12).

No contexto de uma sociedade industrial e moderna, o economista austríaco Joseph Schumpeter procurou diferenciar crescimento de desenvolvimento. O desenvolvimento está ligado à existência de instituições eficientes e ao espírito empreendedor do empresário. O autor considerava fundamental o progresso técnico, os estímulos para a pesquisa e as inovações adotadas pelos empresários. Benko (1996) evidenciou dois aspectos principais na análise de Schumpeter: a destruição criadora e o papel do empresário-inovador:

O lugar preponderante atribuído à inovação baseia-se no conceito de “destruição criadora”: portadora de progresso, a inovação tecnológica é também fator de instabilidade do sistema por causa dos ritmos de apa-

recimento, difusão e esfalfamento que a caracterizam. É o empresário inovador, personagem-chave, que detém os meios de inovação e os emprega. Em seguida, a inovação é recuperada pelo empresário-imitador e se difunde progressivamente por “conjuntos” no âmbito da atividade econômica. A inovação é finalmente absorvida pelo tecido econômico e o sistema entra em fase de depressão, desenvolvendo os germes das novas inovações, o que permite recomeçar o ciclo (BENKO, 1996, p. 27).

Na análise elaborada por Schumpeter foi enfatizado o papel desempenhado pelo empresário-inovador (aquele que estimula a pesquisa e a inovação técnica) e da destruição criativa (que possibilita o final de um ciclo e o início de outro ciclo). As duas ações são consideradas pelo autor como fundamentais no processo de desenvolvimento.

Também ganhou notoriedade as discussões elaboradas a partir da teoria keynesiana (nominada em referência ao economista John Maynard Keynes). Com base na teoria keynesiana, segundo Souza (2012), teve início a comparação entre a renda *per capita* de diferentes países, bem como a sua classificação como “ricos” ou “pobres” em conformidade com sua renda média.

As discussões propostas pelo economista americano Walt Whitman Rostow, que propôs um modelo ideal de economia, também tiveram grande repercussão no meio acadêmico em virtude da ideia de decolagem ou arranco.

Ele definiu todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais. Este barbarismo histórico, que provocou os protestos dos historiadores sérios, era necessário para ressaltar os vários estágios do desenvolvimento que se iniciaria com o famoso “take-off”, a “decolagem” do desenvolvimento que teria ocorrido na Inglaterra de 1760, nos Estados Unidos pós-guerra civil, na Alemanha de Bismarck, no Japão da Restauração Meiji, etc. A questão do desenvolvimento passou a ser assim um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se

dessem as condições ideais à sua “decolagem” (SANTOS, s.d. p. 5).

É possível observar entre as principais correntes que pesquisavam o desenvolvimento no período referenciado um ponto em comum: a necessidade de crescimento econômico e modernização tecnológica. Nesse ensejo, a crença na industrialização e na modernização penetrou com potência no imaginário político. A industrialização foi definida como a etapa primordial para o desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas – ONU, por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, fundado em 1966, teve um papel relevante para a difusão dessas ideias em âmbito internacional.

No entanto, se observarmos com atenção os ensinamentos de Enrique Dussel (1995), vamos perceber que a falácia do desenvolvimentismo consiste em pensar que o caminho do desenvolvimento trilhado na Europa deve ser seguido à risca por todas as outras culturas.

Amaro (2003) fez uma avaliação crítica do conteúdo presente na concepção dominante de desenvolvimento que vigorou nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra Mundial: economicismo (o crescimento econômico como condição necessária ao desenvolvimento); produtivismo (estabelecimento de critérios para elevar a produção); consumismo (ampliação do consumo); quantitativismo (valorização da quantidade – economia de escala); industrialismo (a industrialização como o caminho a ser seguido para atingir o desenvolvimento), tecnologismo (defesa do progresso tecnológico); racionalismo (conhecimento e eficiência), urbanismo (o modo de vida urbano como símbolo do desenvolvimento); antropocentrismo (o homem no centro dos processos); uniformismo (estabelecimento de modelos únicos de boas práticas) e etnocentrismo (pautado em uma perspectiva eurocêntrica).

A própria definição contida no Dicionário Aurélio reforça o exposto ao descrever desenvolvimento como: “1. Ato ou efeito de desenvolver (-se); desenvolvimento. 2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso [...]”, e desenvolvimento econômico como:

.....

“crescimento econômico quando acompanhado por modificações na estrutura produtiva do país ou região, *como a industrialização*” (FERREIRA, 2009, p. 646, grifo nosso).

A ligação estreita entre crescimento econômico e desenvolvimento teve como consequência a necessidade de se considerar a elevação contínua da produção de bens e serviços como condição *sine qua non* para promover as melhorias de bem-estar à população, tais como: educação; saúde; habitação; infraestrutura; segurança etc. (AMARO, 2003, p. 48).

No Brasil, por exemplo, no período logo após a Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento elaborada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB incorporou os princípios da industrialização, do crescimento econômico e da modernização no seu discurso:

[...] a noção do desenvolvimento referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado em industrialização, crescimento econômico e progresso técnico, e modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional. A esse conjunto de mudanças costumou-se chamar de “modernização brasileira” (IVO, 2012, p. 191).

A proposta de desenvolvimento introduzida no Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek, procurou articular uma coalizão entre o Estado, as elites empresariais e os trabalhadores assalariados. O Plano de Metas (1956 -1961) colocou em prática um conjunto de investimentos que proporcionou o crescimento do ponto de vista econômico, porém à custa de elevado endividamento para o setor público (IVO, 2012). O elevado endividamento cobrou, poucas décadas depois, um grande preço do ponto de vista social, ou seja, ocorreu a ampliação das desigualdades socioeconômicas e o reforço do já histórico abismo entre ricos e pobres existente no país. O Brasil se tornou um país industrializado (ainda que dependente do exterior), mas a população em geral pouco se beneficiou da riqueza produzida.

Com o passar do tempo, a relação linear e unidimensional entre crescimento econômico e desenvolvimento foi se esgotando, visto que em países onde ocorreu o crescimento econômico (como foi o caso da Argentina, do Brasil e do México, para citar alguns exemplos), verificou-se a elevação da concentração de riqueza e a persistência dos problemas sociais.

O economista de origem francesa François Perroux foi um dos primeiros pesquisadores a demonstrar que o crescimento econômico não está necessariamente ligado ao desenvolvimento, visto que o crescimento econômico pode ocorrer descolado do desenvolvimento.

Destarte, em um modo de produção marcado por profundas contradições, como é o caso do capitalismo, Heidemann (2010, p. 27) alertou que é necessário fazermos o seguinte questionamento: “Que desenvolvimento nós queremos?” Para responder a essa questão é preciso pensar criticamente as diferentes possibilidades de desenvolvimentos, bem como romper com o eurocentrismo que dominou como forma de pensamento em muitas partes do mundo.

A realidade vivida por milhões de pessoas em todo o espaço mundial é muito diferente da promessa idealizada pelos defensores do livre mercado e do crescimento econômico infinito. Fome, miséria, pobreza, desemprego, analfabetismo e altas taxas de mortalidade ainda são observados em diferentes regiões do mundo. Encontrar os caminhos para mudar essa realidade perversa vivida por inúmeras pessoas em todo o planeta é um dos maiores desafios para o século 21.

Na tentativa de revalorizar o conceito de desenvolvimento outras dimensões da realidade estão sendo incorporadas na análise (meio ambiente, sociedade, justiça, cidadania, cultura etc.), o que permite a elaboração de novos olhares e novos discursos. Já existem alguns caminhos sendo abertos como: o desenvolvimento social; tecnológico; sustentável; justo; inclusivo; humano; harmônico e cultural (HEIDEMANN, 2010). Ainda assim, é preciso cautela, pois muito conteúdo ainda continua sendo produzido e divulgado na tentativa de alienar a população para manter os altos índices de acumulação e de

concentração da riqueza, à custa da exploração da força de trabalho e da miséria da vida cotidiana. Vejamos, na sequência, a construção do discurso atualmente dominante com relação ao desenvolvimento e as suas limitações teóricas e práticas.

### 1.3 O discurso dominante sobre desenvolvimento e suas limitações

O modelo de desenvolvimento atrelado a uma sociedade moderna, industrializada, cada vez mais urbanizada e pautada na racionalidade e na inovação tecnológica ganhou muitos adeptos, sendo tal ideia amplamente difundida no meio acadêmico, político e econômico. No entanto, Santos *et al.* (2012) questionaram e criticaram o conceito de desenvolvimento elaborado a partir da ótica da sociedade moderna ocidental. Os referidos autores verificaram que, do ponto de vista da racionalidade eurocêntrica, uma sociedade desenvolvida é aquela:

[...] capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade. A sociedade industrial e/ou desenvolvida passa a ser então um modelo ideal propagado pelo mundo ocidental e transmitido como uma possibilidade para regiões menos avançadas como África, Ásia e América Latina (SANTOS *et al.*, 2012, p. 51).

No discurso dominante de desenvolvimento, elaborado pela sociedade ocidental, o progresso técnico pautado na ciência e na inovação é aplicado na produção industrial e possibilita o crescimento econômico e a melhoria na vida das pessoas. Tais ideias estão fortemente presentes, conforme demonstramos anteriormente, nos trabalhos do economista austríaco Joseph Schumpeter.

Outro autor renomado que contribuiu para a construção do discurso dominante foi o economista estadunidense Theodore Schultz (1902 - 1998) que trouxe para o debate a necessidade de se considerar os investimentos no homem e na pesquisa, para compreender o crescimento econômico nas sociedades modernas. Suas principais ideias estão presentes na obra: "O capital humano: investimento em educação e pesquisa". Para Schultz (1973), os investimentos públicos e privados aplicados em educação e em pesquisa contribuem para alavancar o crescimento econômico em razão das mudanças tecnológicas que estabelecem.

Porém, quando avaliamos as questões sociais e ambientais, especialmente na parte mais pobre e periférica do mundo, verificamos que o crescimento econômico, nos países onde ocorreu, não foi seguido do desenvolvimento prometido. Segundo análise esclarecedora elaborada por Dupas (2012):

Aprendemos nas décadas finais do século XX que progresso técnico não conduz automaticamente ao desenvolvimento humano, que riqueza gerada não é repartida de modo que minimize a exclusão, as diferenças de renda e de capacidades (DUPAS, 2012, p.79).

Também podemos observar semelhante argumentação no dizer de Arrighi (1998, p. 209), "[...] é necessário abandonar o postulado de que industrialização é o equivalente de desenvolvimento". A promessa de que a industrialização seria responsável pelo desenvolvimento não foi cumprida na maioria dos países que seguiram o modelo defendido pelos norte-americanos no período pós Segunda Guerra. Com poucas exceções, como foi o caso do Japão, a maioria dos países que se industrializaram fora do eixo América do Norte, Europa Ocidental e Oceania, não atingiu o desejado nível de desenvolvimento.

[...] a expansão da industrialização não cumpriu o que prometia. Houve muita industrialização (e ainda mais urbanização) com incalculáveis custos humanos e ecológicos para a maioria das pessoas envolvidas. Mas

houve pouca “equiparação” com o padrão de riqueza estabelecido pelo Ocidente. A industrialização ou, mais geralmente, a modernização, não conseguiu cumprir suas promessas e esse fracasso está na raiz dos sérios problemas enfrentados atualmente pela maioria dos países do Leste e do Sul (ARRIGHI, 1998, p. 256).

Haddad (2009), também não encontrou em suas pesquisas nenhuma relação direta entre o crescimento econômico e a distribuição de renda e riqueza para a população. Ao contrário do que foi fortemente propagado no discurso dominante:

[...] a análise das experiências de expansão de diferentes economias nacionais e regionais, no Pós-guerra, não revela a existência de nenhuma correlação geral e sistemática entre o processo de crescimento econômico e a distribuição de renda e da riqueza geradas neste processo (HADDAD, 2009, p. 122).

O discurso e a promessa de desenvolvimento foram utilizados como um instrumento de dominação e controle exercido pelos países centrais (influência externa) e pelas elites nacionais (influência interna) que articularam, direta ou indiretamente, as ações para serem colocadas em prática nos países periféricos. As orientações dominantes vão ao encontro da modernização, do progresso, da industrialização, da exploração dos recursos minerais e da ampliação da agricultura e pecuária para exportação. Essas orientações, quando colocadas em prática, acabam reforçando as desigualdades já existentes, ao invés de cumprir a promessa de reduzi-las.

É necessário esclarecer que os caminhos percorridos pelos países ricos e centrais foram distintos daqueles impostos para a maioria dos outros países. Nos países centrais, que teoricamente alcançaram o desenvolvimento, ocorreu segundo Furtado (1999), maior concentração das atividades industriais e melhor repartição da renda. A concentração das atividades industriais se deu em virtude da existência de excedentes acumulados pela atividade comercial

e devido à vanguarda tecnológica. Já a melhor distribuição na renda veio como resultado das tensões sociais oriundas da organização e luta dos trabalhadores. Em virtude das intensas lutas promovidas pelos trabalhadores a renda foi mais bem distribuída e foram estabelecidas políticas de proteção social pelos estados nacionais (como, por exemplo, o Estado do bem-estar social).

Nos países centrais (Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, Austrália, Nova Zelândia e Japão), a expansão da atividade industrial foi favorecida, principalmente, pelo crescimento do mercado interno, pois com a melhor distribuição da renda, o consumo foi intensificado. O mercado externo comandado pelas exportações era importante, mas não determinante.

O aumento do poder de compra da massa dos trabalhadores desempenhou, portanto, um papel primordial no processo de desenvolvimento, ao qual só foi comparável ao da inovação técnica (FURTADO, 1999, p. 28).

Também é preciso mencionar o papel desempenhado pelas constantes guerras de posição e de dominação como elemento fundamental no desenvolvimento de alguns países, conforme explicou Fiori (2014). Retornaremos a esse assunto na segunda parte do livro. Porém, nos países periféricos existem inúmeros fatores de orientação internacional (subordinação e dependência externa), nacional (submissão aos interesses do capital interno), regional (oligarquias historicamente dominantes) e até mesmo local que dificultam as transformações capazes de promover as melhorias que a maior parte da população necessita.

Nos países periféricos a oposição de classes estabeleceu contradições ainda mais profundas, visto que as elites internas dominantes (que desejam manter sua elevada fatia da renda nacional, bem como os seus privilégios) estão organizadas em poderosos grupos (com forte representação política) e expressos em redes de poder e dominação que acabam orientando as ações políticas e

.....

econômicas para a manutenção do *status quo*. Isso dificulta a melhor repartição da renda e a efetivação de práticas transformadoras e inovadoras com o intuito de melhorar a vida da população de menor poder aquisitivo.

Assim, a extensão do modelo de desenvolvimento existente nos países centrais para as demais regiões do mundo foi considerada pelo economista Celso Furtado (1981, p. 75, grifo do autor), como um mito: “[...] a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável”. Para Furtado, a divulgação da ampliação do desenvolvimento é utilizada para mobilizar os povos das regiões periféricas a aceitarem os grandes sacrifícios que lhes são impostos.

Um sacrifício imenso é cobrado da população dos países periféricos com a promessa de um futuro melhor. O que se vê na prática é a manutenção ou até mesmo a ampliação da concentração da renda nas mãos das elites dominantes, a elevação do desemprego, a flexibilização das leis trabalhistas, o crescimento do emprego informal de baixa remuneração, a precarização das condições de trabalho, o aumento do número de pobres e miseráveis, a degradação da educação pública, o crescimento da violência urbana, a crise ambiental, entre outros graves problemas. A pergunta é: quem ganha e quem perde com esse modelo de desenvolvimento? A resposta parece evidente.

Também se faz necessário questionar até que ponto o desenvolvimento existente nos países centrais (caracterizado pela melhoria na renda de uma parcela da população trabalhadora que passou a ser considerada como “classe média”) é apenas uma forma de silenciar os movimentos sociais, frente à elevação da concentração de renda e à crise ambiental existentes no cerne das sociedades chamadas desenvolvidas.

Dupas (2012) verificou que nos países ricos o capitalismo, pautado na intervenção do Estado, impediu, por algumas décadas, um conflito mais intenso entre classes ao assegurar as massas grati-

ficações compensatórias. Parece que também nessas sociedades o desenvolvimento é um mito que esconde as reais contradições estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Nesse ponto, Amaro (2003, p. 52), foi incisivo ao dizer que: “[...] as sociedades industriais e os seus modelos de desenvolvimento mostraram-se incapazes de promover e realizar a Vida e o Desenvolvimento integral [...]”.

Considerando o exposto, para Ivo (2012), a partir do final da década de 1980, já existe uma crítica taxativa com relação à existência de um modelo único de desenvolvimento, trata-se de:

[...] uma crítica epistemológica ao caráter dedutivo e estrutural da noção de desenvolvimento como “um modelo universal” e único, regido pelo mercado e pela democracia liberal (ou modelos autoritários), como se só existisse um tipo de regulação para os conflitos sociais em todas as sociedades e em todos os seus segmentos (IVO, 2012, p. 200).

Uma das novas propostas teórico-conceituais sobre desenvolvimento foi apresentada em 1990, pela Organização das Nações Unidas – ONU, por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD que elaborou o conceito de desenvolvimento humano. Na sequência vamos procurar observar os avanços e as limitações no conceito elaborado pela ONU

A Organização das Nações Unidas (2017) entende o desenvolvimento humano como: “[...] um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. A ONU diferencia crescimento econômico de desenvolvimento humano da seguinte maneira:

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma

mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (ONU, 2017, s.p.).

A mudança de foco do crescimento econômico (como centro das ações) para os seres humanos (como centro das ações), bem como a diferenciação entre o que é crescimento econômico e o que é desenvolvimento são o grande diferencial da proposta da ONU. Nesse ponto, na tentativa de mensurar o desenvolvimento humano, o PNUD estabeleceu o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que avalia três dimensões: renda; educação e saúde. O índice foi elaborado pelo pesquisador paquistanês Mahbub ul Haq e contou com a participação do economista indiano Amartya Sen. O IDH oferece uma opção mais interessante para avaliar o nível de desenvolvimento dos países do que o PIB *per capita*. As possibilidades de comparação entre os países também é um ponto relevante do indicador.

Segundo a ONU (2017), o: "IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento". Os resultados do IDH, depois de elaborados os devidos cálculos, variam de 0 até 1. Os valores mais próximos de 1 indicam melhor desenvolvimento humano e mais próximos de 0, baixo desenvolvimento humano. Atualmente são adotadas quatro faixas para o índice: muito alto; alto; médio e baixo desenvolvimento humano.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (2015), elaborado pelo PNUD, considerou que para ocorrer o desenvolvimento humano deve-se atribuir maior destaque à riqueza da vida humana do que simplesmente à riqueza das economias, visto que as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação, de uma região, de uma cidade e de uma comunidade local.

O enquadramento do desenvolvimento humano, ao adotar uma abordagem centrada nas pessoas, alterou a perspectiva das necessidades de desenvolvimento colocando a vida das pessoas na linha de frente. [...] o

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

verdadeiro objetivo do desenvolvimento não se traduz apenas no aumento dos rendimentos, mas também na maximização das escolhas, através do reforço dos direitos humanos, das liberdades, da capacidade e das oportunidades e dando ao indivíduo a possibilidade de ter uma vida longa, saudável e criativa (PNUD, 2015, p. 03).

De acordo com o nominado Relatório, existe uma relação importante entre o trabalho e o desenvolvimento humano, visto que o trabalho realizado em condições adequadas reforça o desenvolvimento ao reduzir a pobreza, garantir os meios de subsistência e possibilitar ações criativas e de inovação. A noção de trabalho é tratada no Relatório, de forma mais complexa do que emprego, pois é mais ampla e também envolve a prestação de cuidados, o trabalho voluntário e o trabalho criativo.

A qualidade do trabalho passa também pela dignidade subjacente a esse trabalho, pelo sentimento de orgulho que proporciona e pelas portas que abre à participação e interação. O trabalho, para poder fortalecer a correlação com o desenvolvimento humano, deve também reforçar a sustentabilidade ambiental. O trabalho fortalece a sua relação com o desenvolvimento humano quando vai além dos benefícios individuais e contribui para os objetivos sociais comuns, como a redução da pobreza e da desigualdade, a coesão social, a cultura e a civilização (PNUD, 2015, p. 07).

O Relatório compreende como obstáculos que impedem o desenvolvimento humano: o trabalho forçado; o trabalho realizado por vítimas de tráfico; o trabalho infantil; o trabalho com baixa remuneração; o desemprego; o deslocamento forçado de pessoas; a ausência de educação na primeira infância; pessoas com idade superior a 64 anos sem pensão ou com pensão insuficiente e a violência contra as mulheres. Além de sofrerem com a violência, as mulheres: “[...] de todo o mundo ganham menos 24 por cento do que os homens e ocupam apenas 25 por cento dos cargos administrativos e de gestão no mundo empresarial [...]” (PNUD, 2015, p. 5).

Outro obstáculo ao desenvolvimento humano é a grande desigualdade socioeconômica existente no mundo. O Relatório apontou que 80% da população mundial possuem somente 6% da riqueza e estima que 50% da riqueza está concentrada em apenas 1% da população (PNUD, 2015). Os dados apresentados evidenciam que os desafios para ampliar a qualidade de vida da população mundial ainda são grandes e precisam de uma práxis verdadeiramente transformadora.

O Informe sobre Desenvolvimento Humano (2016), também elaborado pelo PNUD, estabeleceu que: “O desenvolvimento humano consiste em expandir as liberdades para que todos os seres humanos possam aproveitar as possibilidades que consideram mais valiosas.” (PNUD, 2016, p. 1, tradução nossa). O Informe verificou que o universalismo é fundamental para o desenvolvimento, pois não basta que apenas uma parte da população tenha as condições necessárias para uma vida adequada. É preciso estender o desenvolvimento humano para todos. “Uma vez que o universalismo é o eixo do desenvolvimento humano, este último pode e deve ser alcançado para todas as pessoas.” (PNUD, 2016, p. 3, tradução nossa).

O conceito de desenvolvimento humano elaborado pelo ONU foi produzido em sintonia com a ideia de desenvolvimento como liberdade, defendida pelo economista Amartya Sen (2010). O citado autor considera o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades dos seres humanos.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e distribuição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis,

a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (SEN, 2010, p. 16-17).

Amartya Sen (2010, p. 58, grifo do autor) considera em sua análise cinco tipos de liberdade: “(1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência* e (5) *segurança protetora*”. A liberdade política é entendida como liberdade de expressão, eleições livres (envolvendo o direito das pessoas de escolherem os seus representantes entre diferentes partidos políticos), direito de voto e possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades. A facilidade econômica diz respeito às oportunidades das pessoas em usar os recursos econômicos na produção e no comércio. As oportunidades sociais se manifestam por meio de serviços de educação, saúde etc., que possibilitam uma vida melhor para as pessoas. As garantias de transparência estão ligadas às necessidades de sinceridade nas relações, sendo inibidoras de corrupção, transações ilegais e irresponsabilidade financeira. Por fim, a segurança protetora proporciona uma rede de segurança social capaz de reduzir a miséria, a fome e até a morte por meio de ações como: benefícios aos desempregados e distribuição de alimentos em crises de fome.

De acordo com Sen (2010, p. 33), para o desenvolvimento tornar-se uma realidade é fundamental que as pessoas tenham liberdade para levar a vida que elas gostariam e valorizam. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

O conceito de desenvolvimento elaborado pela ONU e por Amartya Sen apresenta alguns avanços significativos, como: o foco nos seres humanos e na liberdade. Entretanto, Ivo (2012, p. 202) constatou que o conceito faz parte da: “agenda da integração social via mercados” estabelecida pelo Consenso de Washington que entende o empreendedorismo social como via de superação da pobreza.

As agências multilaterais no combate à pobreza têm se orientado segundo as teses liberais de Amartya Sen. Na crítica à abordagem economicista da pobreza restrita à insuficiência de renda, ele propõe a definição da pobreza como “privação de capacidades”. Seu diagnóstico sugere a mobilização e o poder dos “pobres” no enfrentamento da sua própria condição de pobreza. Essa tese reforça a perspectiva emancipatória de autonomia e responsabilidade individual dos sujeitos em condição de pobreza, supondo a transformação dos indivíduos “pobres” da condição de “sujeito passivo” para a de “sujeito ativo”, protagonista da mudança social [mobilidade]. Isso implica, para Sen, o acesso e o desenvolvimento de capacidades estratégicas das camadas populares (IVO, 2012, p. 203).

Mesmo considerando os avanços conceituais presentes nos trabalhos elaborados pelo PNUD, entendemos que a ONU não tocou em temas estruturantes fundamentais, tais como: as mudanças políticas, econômicas e ambientais necessárias para que o desenvolvimento universal seja uma realidade efetiva (especialmente no que tange os países periféricos). Conforme alertou Dupas (2012, p. 164): “O crescimento da desigualdade não pode ser separado da ordem mundial que o produz”. A ONU não foi capaz (por razões inerentes a sua própria estrutura interna de subordinação aos países que possuem maior poder político e econômico), de formular uma densa crítica ao modelo que produz a desigualdade social. Pelo contrário, muitas vezes as suas ações vão ao sentido oposto.

Esse paradigma assenta-se na perspectiva liberal de autonomia do sujeito “empoderado” – o “pobre” – e não se refere às condições estruturais determinantes da pobreza. Ele tem influenciado a concepção das políticas sociais contemporâneas, com base nos paradigmas de capital humano, do capital social, *local governance*, que operam o mito do desenvolvimento exclusivamente pela individualização da capacitação dos “pobres” na luta para a superação de sua própria condição de pobreza (IVO, 2012, p. 203).

Ao focar sua tese na superação da pobreza, via empreendedorismo social, a ONU escondeu as profundas contradições estruturais existentes no modo de produção capitalista. A intensão principal desse modelo é inserir os chamados “pobres viáveis” no mercado com a finalidade de aumentar o acesso ao crédito e ao consumo (IVO, 2012), o que elevaria ainda mais os lucros obtidos por aqueles que controlam o sistema financeiro. Stiglitz (2016) também manifestou preocupação com o aumento do crédito com taxas de juro altas para os mais pobres, citou um exemplo ocorrido na Índia para exemplificar a questão.

[...] os bancos com fins lucrativos descobriram que havia dinheiro na base da pirâmide. As populações de classes mais baixas tinham pouco, mas eram tão numerosas que uma pequena retirada a cada pessoa fazia valer a pena o negócio. Os bancos em todo o mundo abraçaram com entusiasmo o microfinanciamento aos pobres. Na Índia, os bancos aproveitaram as novas oportunidades, apercebendo-se de que as pobres famílias indianas pagariam taxas de juros elevadas pelos empréstimos, não só para melhorarem o nível de vida, mas também para comprarem medicamentos para os pais doentes ou para financiarem o casamento de uma filha. [...] até que uma onda de suicídios de agricultores sobrecarregados com dívidas chamou a atenção [...] (STIGLITZ, 2016, p. 279).

É necessário mencionar que a perspectiva de ampliação do desenvolvimento, na concepção ocidental moderna e liberal, para todo o espaço mundial é utilizado como uma estratégia elaborada a partir dos interesses dos países centrais, do sistema financeiro e das empresas transnacionais (em associação estreita com as elites internas nacionais), para doutrinar a população trabalhadora dos países periféricos, mas também dos países centrais. Os exemplos citados de empréstimo com taxas de juro exorbitantes para os mais pobres mostram a transferência de dinheiro da base para o topo, o que reforça e amplia a desigualdade.

Segundo constatou Amaro (2017), as principais críticas formuladas ao conceito de desenvolvimento dizem respeito: 1) é um modelo pautado na industrialização e no crescimento econômico experimentado pelos países da Europa e pelos EUA; 2) o conceito foi formulado com base nos valores e nos interesses dos países do Norte e do Ocidente, e difundido como um caminho para os demais países; 3) apresenta uma lógica de desigualdade e de dominação de gênero, no qual as mulheres desempenham papéis subordinados.

O que se observa na prática, especialmente a partir da década de 1990, foi a imposição de uma agenda neoliberal (abertura econômica, integração dos mercados, eliminação de tarifas alfandegárias, privatização, flexibilização da força de trabalho etc.) introduzida de cima para baixo (verticalizada), que ao invés de promover a cooperação e transformar para melhor a realidade econômica, social e ambiental; acabou por manter e até mesmo reforçar os laços históricos e geográficos de dominação e controle. Retornaremos a essa discussão no capítulo 2 do livro.

O modelo de desenvolvimento dominante na sociedade capitalista está pautado no consumismo, no egoísmo, no individualismo, na concentração da riqueza, na exploração dos recursos naturais e na exploração da força de trabalho (incluindo o trabalho infantil). Tal modelo nega o desenvolvimento humano para milhões de pessoas no mundo inteiro, especialmente para os que vivem na América Latina, na África e na maior parte da Ásia, mas também na Europa, na América do Norte e na Oceania.

A negação do desenvolvimento humano para milhões de pessoas é uma decisão política e uma escolha econômica tomada por um seleto grupo que controla os investimentos e a comunicação. Com a globalização e a expansão das empresas transnacionais pelo mundo, o problema se agravou ainda mais, visto que o desemprego, por um lado, e a concentração da renda, por outro, também têm comprometido a sobrevivência da população que vive nos países classificados como desenvolvidos e ricos. A reversão do atual modelo exige luta

contínua, esclarecimento, tomada de consciência, mudança de paradigma e compromisso político em todas as escalas geográficas.

## **1.4 O desenvolvimento e as contradições do subdesenvolvimento**

O uso do conceito de subdesenvolvimento é bastante controverso no meio acadêmico e político. Ainda assim, tem sido amplamente utilizado para caracterizar países, bem como regiões no interior de um país, considerados pobres. Nesse aspecto, acreditamos que seja necessária a realização de uma reflexão crítica com relação ao significado de subdesenvolvimento.

O conceito de subdesenvolvimento ganhou representatividade internacional após o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, no contexto da independência nas colônias situadas na África e Ásia, e na situação vivida na América Latina. O discurso em torno do subdesenvolvimento, assim como a sua constituição em objeto discursivo específico ocorre no pós-guerra (MALLORQUÍN, 2019).

Desde o início, o conceito foi atrelado a países pobres, considerados “atrasados” e com baixo crescimento econômico. Segundo Williams (2007), o subdesenvolvimento estava vinculado às seguintes ideias: 1) o uso insuficiente dos “recursos naturais” existentes no território e; 2) para caracterizar as sociedades destinadas a passar por “etapas de desenvolvimento”, seguindo um modelo previamente conhecido.

No referido contexto, a ideia de subdesenvolvimento: “[...] se associou a uma concepção de sociedades pobres, coloniais ou ex-colônias como lugares nos quais ideias já estabelecidas de desenvolvimento deveriam ser aplicadas” (WILLIAMS, 2007, p. 134). Corrobora para isso a definição de subdesenvolvimento apresentada no Novíssimo Dicionário de Economia (2004):

Situação inferior do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações

industrializadas. Evidencia-se por indicadores como exportação baseada em produtos primários, forte participação de produtos industrializados na pauta de importação, importação acentuada de tecnologia e capitais estrangeiros, persistência de elevadas taxas de desemprego, baixa produtividade, baixa renda per capita, mercado interno bastante limitado, baixo nível de poupança e subconsumo acentuado (SANDRONI, 2004, p. 580).

O livro: *"Problems of capital formation in underdeveloped countries"*, publicado em 1953 e escrito pelo economista Ragnar Nurkse, está entre os primeiros trabalhos dedicados à conceituação de subdesenvolvimento atrelado ao aproveitamento insuficiente dos recursos naturais existentes. Segundo Nurkse (1953), o subdesenvolvimento é caracterizado por uma condição na qual o capital existente (poupança interna) não é suficiente para o aproveitamento dos recursos naturais de forma eficiente, ou seja, trata-se de uma questão ligada à reduzida acumulação de capital. O referido economista defende a elevação da renda, por meio do aumento da produção industrial (modernização), que deve ser estimulada pelo Estado, como o caminho para a superação do ciclo vicioso da pobreza.

Para continuarmos a discussão com relação ao significado de subdesenvolvimento é preciso, como ponto de partida, questionar se os termos desenvolvido e subdesenvolvido não são apenas mais uma das dualidades elaboradas pela racionalidade europeia para justificar e manter a sua posição central adquirida com a modernidade. No passado, os europeus usaram, para diferenciar os povos, as oposições entre primitivos (bárbaros ou selvagens) e civilizados. No século 19, conforme Hobsbawm (2009, p. 132) os não europeus eram geralmente tratados como: "[...] inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista [...]". Não seriam para os europeus os subdesenvolvidos de hoje, guardadas as devidas proporções, os primitivos de ontem?

Na análise político-econômica clássica o subdesenvolvimento foi entendido como uma etapa anterior ao desenvolvimento. A teorização na qual o desenvolvimento ocorreria por etapas se apoia na visão de que a industrialização e a modernização, presentes nos países “pioneiros” situados na Europa Ocidental, deveriam ser transferidas, etapa após etapa, para os países “atrasados”. Tal orientação foi largamente utilizada para justificar um projeto de dominação externa e interna.

Neste sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, à tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e as mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material etc. (AMARO, 2013, p. 48).

O atraso no desenvolvimento dos países periféricos foi relacionado à existência de alguns empecilhos para a modernização, entre eles: a fraca urbanização; a precariedade da atividade industrial e o predomínio de uma agricultura tradicional. O argumento no qual o uso de técnicas tradicionais no meio rural atuaria como um obstáculo para o desenvolvimento pode ser encontrado na obra: “Transformando a agricultura tradicional” de Schultz (1965). Na referida obra, o autor defende um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura para a superação da pobreza, por meio do crescimento econômico, nos países subdesenvolvidos.

Percebemos que foi atribuído um sentido pejorativo para a agricultura tradicional, bem como para toda a cultura e tradição relacionada ao modo de vida no campo. Para justificar os planos de modernização da agricultura, que interessavam os grupos capitalistas, foi necessário definir o modo de vida tradicional como atrasado e entendê-lo como um obstáculo. Com isso, no discurso dominante apareceu a modernização como a solução para os problemas existentes nos países pobres. As culturas e as tradições locais, que atenderam

.....

durante séculos as necessidades básicas da população, agora são desprezadas e consideradas como barreiras para o desenvolvimento.

O debate sobre o subdesenvolvimento feito pelas abordagens teóricas não críticas, oriundas da tradição econômica europeia e norte americana, tem como embasamento a concepção de que o desenvolvimento é um processo de evolução que ocorre por meio de etapas pré-definidas e pautadas, principalmente, em inovações técnicas. Logo, o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento. Essa abordagem não se sustenta frente a uma análise mais robusta e crítica da realidade.

Esse discurso da economia concebe a história de uma maneira teleológica e unilinear, onde os países desenvolvidos e o que foi a sua evolução e morfologia estrutural representam o futuro dos países que estavam atrasados. É assim que o pensamento econômico ortodoxo dificulta a especificação de economias subdesenvolvidas. Portanto, o silêncio discursivo das décadas anteriores a 1945, em relação a essas economias, deve sua explicação aos pressupostos - implícitos - tão em voga que o crescimento econômico em áreas atrasadas repetiria um processo evolutivo semelhante ao do mundo industrializado [...] (MALLORQUÍN, 2019, p. 26, tradução nossa).

A interpretação etapista foi questionada com maior rigor analítico a partir da década de 1960, pelas correntes críticas originárias, principalmente, da intelectualidade existente na América Latina. A seguir apresentaremos um breve relato de algumas ideias formuladas pelos estruturalistas latino-americanos e pelos teóricos da dependência de orientação marxista. Faremos isso com a finalidade de contribuir para um melhor entendimento com relação ao papel desempenhado pela dependência nos países periféricos.

Os estruturalistas direcionaram a sua análise para as questões estruturais ligadas, especialmente, aos processos de formação histórica e econômica dos países e regiões. Na América Latina a abordagem estruturalista foi estabelecida pelos pesquisadores vinculados à

Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, com destaque para a produção intelectual do economista argentino Raúl Prebisch e do economista brasileiro Celso Furtado.

Raúl Prebisch questionou a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (na qual os países deveriam se especializar na produção das mercadorias com maior vantagem comparativa de custo). Em seus estudos verificou que a divisão internacional do trabalho era um obstáculo para uma: “redistribuição igualitária dos ganhos do comércio internacional, em prejuízo dos países periféricos” (DALLABRIDA, 2017, p. 67). Tal fato ocorre em virtude do preço dos produtos primários tenderem a depreciar em relação aos produtos industriais. Prebisch foi um dos impulsionadores da ideia de que os latinos americanos pensem a partir do seu próprio vocabulário e da sua própria realidade, sem deixar de examinar criticamente os discursos importados (MALLORQUÍN, 2019).

Existe um ângulo de visão que impõe ao leitor supor a possível existência de alternativas teóricas crônicas; a ascensão do pensamento latino-americano, que concedemos aqui privilégio, é um discurso pensado na região e cujo eixo está relacionado ao desenvolvimento e à evolução econômico-social. Ele tenta explicar seus objetos e vocabulários básicos através dos quais podemos resgatar as ciências sociais gerados na e para a região entre as décadas de 1950 e 1980 (MALLORQUÍN, 2019, p. 12, tradução nossa).

Segundo os pensadores ligados a CEPAL, o subdesenvolvimento derivava de fatores externos e internos. “Os *fatores externos* decorriam da *dependência* dos países periféricos dos países centrais. Essa dependência resultava na *deterioração dos termos de trocas* [...]”. Os fatores internos: “decorriam da *concentração fundiária*, da *reduzida dimensão do mercado interno* e da *elevada taxa de crescimento demográfico*” (SOUZA, 2012, p. 160).

Furtado (1980, 1981, 1984, 1999) também tratou da questão do subdesenvolvimento a partir da análise da dependência. A depen-

dência foi estabelecida, especialmente, a partir da produção de um sistema econômico mundial. De acordo com o autor:

[...] para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial (FURTADO, 1980, p. 23).

O atual sistema econômico mundial foi organizado a partir das bases estabelecidas pelo capitalismo industrial, que conduziu a uma divisão internacional do trabalho norteadas pela especialização da produção. Nesse modelo, cada nação deveria se especializar na produção e exportação de alguns produtos previamente definidos e importar o restante (conforme a teoria das vantagens comparativas de Ricardo). Por exemplo, um país com elevado potencial para a agricultura deveria priorizar os investimentos na produção de alimentos. Outro país, cujo território possuísse recursos naturais (como o petróleo), deveria canalizar todos os seus esforços para a sua extração e exportação. Por sua vez, os países que primeiro se industrializaram e possuíssem os capitais necessários para realizar novos investimentos deveriam priorizar a ciência e a inovação técnica em determinadas áreas pré-definidas (máquinas, farmácia, química, informática, eletrônica, robótica etc.).

A ascensão dos Estados Unidos da América ao posto de liderança das nações capitalistas, orquestrada com maior vigor a partir da Conferência de Bretton Woods, realizada no ano de 1944, reforçou o modelo de divisão internacional do trabalho pautado na especialização produtiva. O padrão dólar-ouro, a criação do Fundo Monetário Internacional - FMI e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD permitiram a imposição das ideias econômicas e políticas dos estadunidenses.

A imposição internacional das ideias sinalizadas possibilitou a ampliação do mercado mundial, no qual as nações industrializadas

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

ricas investem pesadamente em ciência para obter inovação tecnológica, bem como para expandir o mercado consumidor para os seus produtos. Por outro lado, as nações pobres e agroexportadoras, bem como as de industrialização tardia, dependem da exportação de produtos primários, de produtos industrializados de menor valor ou da importação da tecnologia para modernizar a sua produção agrícola e industrial. O capitalismo mundial produziu um sistema de dependência caracterizado, entre outros fatores, pelas trocas desiguais entre os países.

A formulação da teoria do subdesenvolvimento constitui, por si mesma, uma manifestação da tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabelece com a difusão da civilização industrial (FURTADO, 1984, p. 116).

A divisão internacional do trabalho foi amplamente defendida pelos idealizadores do livre mercado mundial e apoiada pela mídia internacional e nacional que detêm os “direitos” sobre a informação. O referido modelo beneficia as nações ricas e desenvolvidas e reforça os laços de dominação e dependência. Assim:

O aprofundamento da análise das relações internacionais de dominação–dependência e de sua introjeção nas estruturas sociais permitiu ver com maior clareza a natureza das forças que respondem pela tendência à persistente concentração da renda em benefício das economias dominantes e pela marginalização de frações crescentes de população dentro dos países de economia dependente (FURTADO, 1980, p. 27).

Na avaliação dos estruturalistas latino-americanos, o subdesenvolvimento foi visto: “como a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social” (FURTADO, 1980, p. 40). Com isso: “Toda economia subdesenvolvida é necessa-

riamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma *criação* da situação de dependência” (FURTADO, 1981, p. 87, grifo nosso).

Na obra do economista Celso Furtado o subdesenvolvimento foi entendido como uma forma de organização social característica do sistema capitalista. O subdesenvolvimento é um processo estrutural e não uma etapa para o desenvolvimento. “O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (FURTADO, 1981, p. 94).

Dessa maneira, na avaliação de Furtado (1999), a teoria do subdesenvolvimento contribuiu para o entendimento das limitações que são impostas aos países periféricos pela divisão internacional do trabalho difundida pela civilização industrial moderna. Para o autor, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são dimensões de um mesmo processo histórico, que se expandiu pelo espaço mundial e foi edificado via dependência política.

São dependentes as sociedades que introjetam valores criados fora delas mesmas, que se transformam de preferência sob a pressão de fatores exógenos, que reproduzem mimeticamente padrões de comportamento surgidos em outros contextos culturais e muitas vezes sem correspondência com sua base material (FURTADO, 1984, p. 64).

Por sua vez, Francisco de Oliveira (2013), na obra “Crítica à razão dualista”, questionou a análise elaborada pela CEPAL, que estava pautada no antagonismo existente entre um setor moderno e outro atrasado, bem como na defesa de proposições com características reformistas. Para os economistas da CEPAL, o setor atrasado, baseado em uma agricultura tradicional, seria um obstáculo para o desenvolvimento. Dessa forma:

[...] enquanto denunciavam as miseráveis condições de vida de grande parte da população latino-americana, seus esquemas teóricos e analíticos prendiam-nos

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade e a desembocar, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza (OLIVEIRA, 2013, p. 31).

Segundo Francisco de Oliveira (2013, p.32), o conceito de subdesenvolvimento compreendido como uma formação histórico-econômica singular composta pela oposição entre um setor “atrasado” e um setor “moderno” não se sustenta como uma singularidade, visto que tal formação pode ser percebida em quase todos os sistemas e em quase todos os períodos. Para o autor tal oposição: “[...] na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”.

Nos países de industrialização tardia, como foi o caso do Brasil, o “moderno” se nutre do “atrasado” para se realizar em um processo de simbiose que permitiu a acumulação de riqueza nas mãos da burguesia industrial em ascensão.

Alguns autores ligados a CEPAL consideravam o subdesenvolvimento como uma forma própria dos países pré-industrializados que “marchavam” para o desenvolvimento. Porém, como atestou Oliveira (2013, p. 32): “[...] tal postulação esquece que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo”. O processo de expansão das relações de produção capitalistas para novas regiões do espaço mundial, como é o caso da América Latina, foi o responsável pela produção do subdesenvolvimento.

O termo subdesenvolvimento não é neutro: ele revela, pelo prefixo “sub”, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto hierarquizada, sem o que o próprio conceito não faria sentido. Mas não é etapista no sentido tanto stalinista quanto evolucionista, que no fundo são a mesma coisa (OLIVEIRA, 2013, p. 128).

A expansão mundial do modo de produção capitalista produziu o subdesenvolvimento por meio de relações externas e internas de dominação. Esse processo se nutre da pobreza estabelecida para produzir e concentrar a riqueza. A exploração da força de trabalho é a tônica do processo.

Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2013, p. 60).

No Brasil, o caminho adotado pela elite econômica nacional (especialmente a burguesia industrial) em associação com a política de Estado, forçou a migração de milhões de trabalhadores rurais para as cidades, transformando-os em mão de obra barata para a indústria. Tal fato reforçou o já existente modelo de exploração da força de trabalho, só que agora com novas características, entre elas o trabalho assalariado com direitos trabalhistas.

Na tese elaborada por Francisco de Oliveira (2013), o modelo capitalista adotado no Brasil pós anos 1930, articulou dialeticamente por meio de uma união de contrários, as características do atrasado setor agrícola de exportação com a recém instalada indústria moderna.

Assim, dá-se uma primeira ‘especificidade particular’ do modelo brasileiro, pois, ao contrário do ‘clássico’, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação” (Oliveira, 2013, p. 65).

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

Ao contrário do modelo clássico, que vigorou nos países capitalistas “pioneiros” e rompeu com as estruturas atrasadas, o modelo brasileiro articulou o “atrasado” com o “moderno”. Ainda que no referido período a agricultura para exportação tenha ficado em segundo plano, ela não pôde ser completamente desconsiderada visto que o país necessitava das divisas promovidas pela exportação dos produtos agrícolas para sustentar o projeto modernizador.

Os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) tomando como base uma abordagem de orientação weberiana, também criticam as teorias que consideram o subdesenvolvimento como uma etapa de passagem para o desenvolvimento.

Quase sempre esteve presente, como suposto metodológico, nos esforços de interpretação inspirados nesta concepção, que as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas. O “processo de desenvolvimento” consistiria em levar a cabo, e inclusive reproduzir, as diversas etapas que caracterizaram as transformações sociais daqueles países (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 19).

Assim, Cardoso e Faletto (1970) avaliaram que para a análise do desenvolvimento adquirir relevância e significado é preciso levar em consideração as “condições históricas particulares” em âmbito nacional e no plano externo, bem como entender os interesses e os objetivos que orientam o conflito entre os grupos, as classes e os movimentos sociais que colocam em movimento as sociedades em desenvolvimento. A proposta de interpretação considera o “processo histórico” não do ponto de vista ingênuo de uma sequência temporal, mas sim de um dever histórico que somente se explica por meio de categorias que dão significado aos fatos.

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição,

conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 22).

Os citados autores, no período em que escreveram o livro, acreditavam que por meio da análise dos interesses que motivam a ação dos grupos dominantes, é possível verificar que uma mudança deixa de ser vista como o resultado de fatores “naturais” e passa a apresentar-se como um processo oriundo das tensões existentes entre grupos sociais e políticos com orientações divergentes. Com isso, para explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, Cardoso e Faletto (1970, p. 23) procuram um ponto de intersecção no qual o poder econômico se manifeste como dominação social, “isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou um grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio [...]”. Ou seja, o poder econômico procura, por meio da política, produzir as alianças desejadas ou subordinar as outras classes com o intuito de atender os seus objetivos.

A situação de subdesenvolvimento é o produto histórico da expansão do capitalismo comercial e do capitalismo industrial que vinculou em um mesmo mercado economias com diferentes graus e que ocupam posições e funções distintas na estrutura global. Dessa forma:

[...] entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 26).

O reconhecimento desse processo histórico permite compreender a existência de relações de dependência: “[...] tanto no que

se refere ao plano interno dos países como ao externo" (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 27). Nesse aspecto, para se compreender a situação de dependência na análise do subdesenvolvimento é preciso considerar o modo de interação das economias nacionais no mercado internacional, bem como as distintas formas de inter-relação entre os grupos sociais no interior de cada país e suas relações com os grupos externos. Assim, se faz necessário compreender os vínculos do subdesenvolvimento com os centros hegemônicos mundiais: "mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento" (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 30), pois as ações promovidas internamente também devem ser analisadas.

A situação de "subdesenvolvimento nacional" supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de "interesses nacionais"; isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 30).

A dependência se caracteriza como um tipo de relação estrutural entre grupos que definem a dominação interna e a vinculação com o exterior. No entanto, com a justificativa de atender aos "interesses nacionais", os autores consideram que é possível a formação de uma aliança nacional entre os diferentes grupos e classes sociais para promover o desenvolvimento, ainda que dependente. Nesse compromisso, o grupo industrial ocupa posição estratégica por possuir lugar de destaque na produção, dialogando com a classe dos trabalhadores e com os agroexportadores. A aliança segundo os referidos autores, ainda que repleta de contradições e de tensões tem como objetivo promover uma dinâmica social que contribua para o desenvolvimento.

Cardoso e Faletto (1970) acreditam na possibilidade do desenvolvimento ocorrer a partir da articulação entre o capital nacional

privado, os investimentos do Estado e o capital internacional. Trata-se de um modelo de desenvolvimento associado e dependente.

A ideia de associação e subordinação do capital privado nacional, bem como do próprio Estado, com o capital internacional contém em si os elementos característicos da desregulamentação. Ao privilegiar a ação do capital internacional, via abertura dos mercados, abre-se o caminho para as práticas liberais avassaladoras.

Outra linha teórica que elaborou uma forte crítica ao modelo de desenvolvimento por etapas foi formulada entre as décadas de 1960 e 1970 por intelectuais de orientação marxista, como: Ruy Mauro Marini; Vânia Bambirra; Samir Amin; Theotônio dos Santos; entre outros.

Conforme Theotônio dos Santos, a teoria da dependência surgiu na América Latina na década de 1960, com o intuito de explicar o desenvolvimento dependente na região. Os estudos abriram caminho para a compreensão de que tanto o desenvolvimento, como o subdesenvolvimento são o resultado dos desdobramentos históricos do capitalismo. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento fazem parte de um mesmo processo marcado pela expansão do capital pelo espaço mundial. “A teoria da dependência seguia e aperfeiçoava um enfoque global que baseava compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial” (SANTOS, s.d. p. 29).

No transcorrer da década de 1970 foram ampliados os debates com relação a teoria da dependência em inúmeras partes do mundo, com destaque para os estudos e debates no Caribe, na África, na Ásia e, principalmente, na América Latina.

Um dos principais autores da teoria da dependência foi Ruy Mauro Marini que elaborou uma profunda análise crítica do subdesenvolvimento. Segundo Marini (2013), a história do subdesenvolvimento na América Latina está atrelada à própria história do desenvolvimento mundial do capitalismo. O subdesenvolvimento não pode ser analisado separadamente da história da expansão do sistema capitalista pelo espaço mundial.

Nos países subdesenvolvidos, caracterizados por uma industrialização pautada em um processo de acumulação dependente, ocorreu a concentração e centralização do capital em benefício de poucos. Nesse contexto, para manter a acumulação, foi necessário que os trabalhadores fossem submetidos a uma situação permanente de exploração da sua força de trabalho.

A absorção de técnicas modernas de produção pelas economias baseadas na superexploração piora a situação dos trabalhadores, ao expandir em ritmo acelerado o desemprego e o subemprego, ou seja, ao aumentar o exército industrial de reserva (condição *sine qua non* para manter a superexploração do trabalho); [...] a superexploração do trabalho atua por si mesma no sentido de aumentar a concentração do capital (na medida em que converte parte do fundo de salários em fundo de acumulação de capital), provocando como contrapartida a pauperização das massas (MARINI, 2013, p. 38).

Com base no cenário apresentado, o autor avaliou que a superexploração do trabalho é o princípio fundamental do subdesenvolvimento, manifestado por meio dos baixos salários pagos aos trabalhadores, do desemprego (formação do exército de reserva), do subemprego, do analfabetismo, da desnutrição e da repressão.

O subdesenvolvimento dependente foi intensificado a partir da década de 1950, quando, segundo Marini (2013), a burguesia latino-americana abandonou o ideal de desenvolvimento autônomo e optou pela integração com os capitais imperialistas. Dessa forma, tanto a burguesia local como os investidores externos ganhavam, visto que o investidor estrangeiro transferia para cá as máquinas obsoletas no seu país de origem, mas que possibilitavam maior extração de mais-valia pela empresa local.

O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas

e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho” (MARINI, 2013, p. 2).

Nos países subdesenvolvidos dependentes situados na América Latina o fato mais marcante foi: “[...] o crescimento espantoso das populações marginais urbanas, aglomeradas em bairros miseráveis, nas favelas e nas periferias” (Marini, 2013, p. 68).

Na América Latina foi notório o aprofundamento da desigualdade social promovida pela integração dos mercados em uma situação de dependência. As massas de população foram transferidas para as cidades que cresceram aceleradamente. No espaço urbano, as pessoas foram empurradas para as favelas, onde o saneamento básico é precário. Assim, década após década, o número de favelas aumentou e conseqüentemente o número de pessoas que vivem nelas também. Nesse cenário problemático os salários se mantêm baixos (próximos do nível de subsistência) e as pressões para a flexibilização das leis trabalhistas são imensas. Além do mais, o desemprego é uma realidade crônica que pressiona o salário para baixo.

Outro agravante verificado nas cidades são os milhares e milhares de jovens com poucos anos de formação educacional ou com uma formação de baixa qualidade. Uma parcela desses jovens que vivem nas periferias degradadas das cidades foi empurrada para a criminalidade, o que aumentou a violência urbana e lotou os presídios. A vida desses jovens foi “roubada” pela necessidade de acumulação de capital. Trocam-se as vidas humanas das gerações presentes e futuras pela concentração de riqueza sem o menor escrúpulo.

No espaço rural a reforma agrária praticamente não aconteceu, nos poucos lugares onde aconteceu seu ritmo foi muito lento e a infraestrutura precária. O que predomina no campo brasileiro, geralmente, ou é o agronegócio exportador – um modelo concentrador de terra e de capital profundamente dependente do exterior e comandado por uma pequena elite interna dona da terra, mas subordinado aos capitalistas do exterior –; ou uma agricultura de base

familiar na qual as condições de sobrevivência são difíceis em virtude dos poucos recursos para efetivar melhorias.

Marini (2013) alertou para a necessidade de tomada de consciência da situação de exploração imposta aos povos latino-americanos. Esclareceu que é preciso contestar com uma ação radical e, assim, romper com o escravismo embrutecedor. A contestação radical seria o caminho para a mudança. A ruptura com o capitalismo seria necessária para a transformação da sociedade. A saída, segundo o autor, está na revolução socialista.

O economista egípcio Samir Amin (1976), na obra: “O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico” avaliou a dependência dos países periféricos à luz das contribuições apresentadas pela teoria da troca desigual:

De um modo geral, toda a tentativa de desenvolvimento sério de um país da periferia conduz necessariamente a dificuldades de pagamentos externos. Se não são utilizados a tempo meios poderosos de controle destas relações externas e de orientação da estratégia da transição, a crise dá ocasião a que as potências e as instituições internacionais as quais são uma expressão daquelas intervenham para impor uma “estabilização” que sacrifica sempre deliberadamente os objetivos do desenvolvimento às exigências da solvabilidade a curto prazo, isto é, à manutenção do *statu quo* (AMIN, 1976, p. 109).

O referido autor, em um primeiro momento da construção da sua teoria do desenvolvimento desigual, considerou que no comércio internacional as trocas de produtos entre os parceiros podem ser desiguais. A desigualdade fica mais nítida quando as trocas são feitas entre um país central e um país periférico. Isso ocorre, especialmente, em virtude das remunerações desiguais do trabalho.

A análise das trocas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos conduz à constatação da desigualdade da troca na medida em que para igual produtividade o trabalho é remunerado a um nível mais baixo na periferia.

Este fato só pode ser explicado na periferia pela política da organização da mão-de-obra sob a direção do capital dominante. Como o capital organiza a proletarização na periferia, como as especializações que ele impõe criam um excedente permanente e crescente da oferta de mão-de-obra em relação à demanda, tais são os verdadeiros problemas a resolver (AMIN, 1976, p. 124).

No que tange à especialização internacional desigual, Amin (1976) levantou algumas ordens de distorções, a saber: 1) a superioridade da produtividade no centro obriga a periferia a desempenhar um papel de fornecedor complementar de alguns produtos, especialmente, os agrícolas e minerais; 2) a hipertrofia do terciário na periferia ocorre em virtude da industrialização insuficiente e do desemprego crescente; 3) a industrialização da periferia é tardia; 4) o uso de técnicas modernas de produção no centro; 5) a especialização tem como um dos seus efeitos a transferência dos lucros da periferia para o centro. Assim, o autor coloca como características do subdesenvolvimento:

1.º, as desigualdades extremas que caracterizam a distribuição de cada produtividade na periferia no sistema dos preços transmitido do centro [...]; 2.º, a desarticulação que resulta, na periferia, do ajustamento da orientação da produção de acordo com as necessidades do centro e que impede a transmissão dos benefícios do progresso econômico dos pólos de desenvolvimento para o conjunto do corpo econômico; 3.º, o domínio econômico do centro que se exprime nas formas da especialização internacional (as estruturas do comércio mundial nas quais o centro modela a periferia segundo as suas necessidades) e na dependência das estruturas do financiamento do crescimento na periferia (a dinâmica da acumulação do capital estrangeiro) (AMIN, 1976, p. 170).

Outro ponto importante destacado pelo autor diz respeito à divisão internacional do trabalho atribuída à ação das empresas multinacionais e transnacionais que expandiram as suas atividades pelo mundo. Amin (1976) advoga que nos países centrais estão agrupadas

as atividades estratégicas de pesquisa e inovação tecnológica que exigem uma mão de obra mais qualificada. Por sua vez, a periferia produz produtos primários ou manufaturados de menor complexidade. Além do mais, a produção na periferia é, muitas vezes, dependente das necessidades e aspirações do centro. Tal divisão reforça a centralização do poder em favor dos países centrais, pois priva a periferia de pôr em prática um desenvolvimento autônomo.

A problemática do financiamento também foi abordada por Amin (1976). Nos países centrais, o financiamento é interno, já na periferia provém em sua maioria do capital estrangeiro que é destinado, predominantemente, para os investimentos produtivos. Na periferia, o investimento oriundo do exterior, mais cedo ou mais tarde, conduz a um refluxo dos lucros para o lugar de origem do capital. Temos a constituição de um déficit do balanço de pagamentos com o exterior.

A dialética dessa contradição específica entre a tendência para o déficit externo e a reabsorção desse déficit pelo ajustamento estrutural da periferia às exigências da acumulação no centro explica que a história da periferia surge como uma sequência de “milagres” – períodos curtos de fortíssimo crescimento quando da instalação do sistema seguidos de bloqueamentos, estagnações ou até regressões – de milagres sem seguimento e arranques falhados (AMIN, 1976, p. 220).

A periferia ao ser “obrigada” a se moldar às exigências da acumulação no centro, experimenta curtos períodos de milagre (marcado pelo elevado crescimento da economia em virtude da entrada dos investimentos). Entretanto, o déficit do balanço de pagamentos com o exterior (característicos das assimetrias nas relações internacionais pautadas na dependência), impede o prolongamento do crescimento em longo prazo e bloqueia o desenvolvimento na periferia.

A experiência mostra que o desenvolvimento do subdesenvolvimento não é nem regular nem cumulativo como o desenvolvimento do capitalismo no centro. É pelo contrário sacudido e constituído por fases de crescimento

extremamente rápidas seguidas de bloqueios brutais. Estes manifestam-se por uma dupla crise, dos pagamentos com o exterior e das finanças públicas (AMIN, 1976, p. 248).

O que se observa nos países periféricos integrados no sistema mundo (organizado pelos países centrais) é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, visto que os períodos de crescimento são curtos e incapazes de promover o desenvolvimento interno autônomo.

Nos países subdesenvolvidos, Amin (1976) verificou uma forte e crescente desigualdade na distribuição da renda (inclusive nos países com crescimento econômico). Constatou que não existe nenhum indicativo de que o crescimento econômico seja capaz de reduzir a desigualdade e melhorar a distribuição de renda, pois a desigualdade é ampliada com a extensão do desemprego e do subemprego (como os vendedores ambulantes). A concentração de renda permite a constituição de uma elite privilegiada que não colabora para o desenvolvimento.

André Gunder Frank (1971) verificou que a noção de subdesenvolvimento não se trata somente da ausência de desenvolvimento, uma vez que antes de existir desenvolvimento também não havia subdesenvolvimento. A relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é o resultado de um processo histórico de longa data. Para o autor a origem do subdesenvolvimento está associada ao colonialismo, iniciado no século 16 que se caracterizou pela ocupação e dominação física e política, cuja marca foi a exploração e a subordinação.

Todos quantos estudaram a conquista da América Latina, da Índia, da África, do Médio Oriente ou de qualquer outra região, notaram sem dúvida que o ganho e contributo do vencedor não pode ser minimamente comparado ao terrível sacrifício do vencido. Mas o conquistador não tem, evidentemente, de se preocupar com o facto de que por cada quilo de carne que ganhe a sua vítima perde 100, ou até a vida, como aconteceu com civilizações inteiras, destruídas ou privadas da sua vitalidade ou

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

com sistemas de irrigações essenciais tornados inúteis (FRANK, 1971, p. 32).

O colonialismo praticado pelos países europeus tinha como foco obter o controle político, econômico e territorial de vastas regiões espalhadas pela superfície do planeta. A maioria das colônias foi do tipo de exploração, ou seja, predominou a retirada das riquezas e a sua transferência para as metrópoles. As nações metropolitanas no período colonial investiram algum capital na criação de infraestrutura, mas quase nada em ações capazes de melhorar as condições de vida dos povos que habitavam as colônias. Inúmeros povos autóctones foram dizimados, forçados a viver na miséria ou em condições de trabalho desumanas (trabalho escravo na agricultura para exportação ou nas minas de minérios). No caso da América Latina:

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializaram-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta (GALEANO, 1987, p. 13).

O Brasil, durante o período colonial, foi um desses casos. Portugal procurou fazer de tudo para impedir a escolarização e a industrialização na colônia. A primeira instituição de ensino superior, a Escola de Cirurgia da Bahia, somente foi fundada em 1808, com a chegada de D. João VI. Já a primeira universidade foi inaugurada no ano de 1913.

No que diz respeito à inibição da industrialização, foi promulgado um alvará em 1785, no reinado de Dona Maria I que proibia a atividade industrial no Brasil. Tais ações, entre outras que não foram citadas aqui, evidenciam os interesses de Portugal em manter a todo custo o sistema de dominação e exploração colonial. Na parte da

.....  
América dominada pela Espanha o controle e a limitação da produção industrial também existiam:

As indústrias domésticas, precárias e de muito baixo nível técnico, surgiram no mundo colonial, a despeito das proibições da metrópole e conheceram um auge, nas vésperas da independência, como consequência do afrouxamento dos laços opressores da Espanha [...] a independência abriu totalmente as portas à livre concorrência da indústria já desenvolvida na Europa. *Os vaivéns posteriores nas políticas aduaneiras dos governos da independência gerariam sucessivas mortes e nascimentos das manufaturas "criollas", sem a possibilidade de um desenvolvimento sustentado no tempo* (GALEANO, 1987, p. 191, grifo do autor).

Conforme relatou Prado (1994), além da proibição do comércio com outras nações, existia na América Espanhola a proibição das atividades manufatureiras (que colidissem com as da metrópole), decretos vetando a plantação de olivais e vinhedos, destruição das manufaturas têxteis (na existência de similar na metrópole) e monopólios de alguns produtos como o tabaco.

As limitações impostas durante o período colonial na América Latina continuam depois da independência. Os revolucionários que instituíram a independência foram conservadores ao manterem muitas das estruturas herdadas do colonialismo, como a escravidão e a concentração de terra (ANDRADE, 1989). Mesmo com a independência, a dependência em relação aos países europeus foi mantida.

No século XIX a Inglaterra, que consolidava o seu império em toda a superfície da Terra, mantinha o controle econômico dos países latino-americanos no comércio internacional, construindo portos e estradas de ferro e explorando rendosas jazidas minerais (ANDRADE, 1989, p. 31)

Na interpretação elaborada por Prado (1994), os países pertencentes à América Latina têm em comum o fato de que foram colônias europeias por mais de trezentos anos, tornaram-se inde-

pendentes no início do século 19, foram submetidos à dominação inglesa e posteriormente norte-americana ao longo do século 20.

A independência dependente praticamente aniquilou o pequeno avanço industrial existente no México, Peru, Chile, Argentina, Bolívia e Brasil. A abertura dos portos, especialmente para os produtos ingleses, arruinou a nascente indústria local. A submissão de inúmeros países latinos americanos ao paradigma financeiro-industrial inglês e, na sequência, norte-americano, tornaram inviáveis as possibilidades de pôr em prática um projeto de desenvolvimento autônomo na região.

É preciso insistir nesse assunto, visto que segundo observou Frank (1971), de modo geral, a estrutura colonial e pós-colonial instituída pelas potências europeias impôs grandes sacrifícios para os povos colonizados em benefício do desenvolvimento das nações colonizadoras.

Esta estrutura impõe-lhes o maior dos sacrifícios, o sacrifício da produção predeterminada, o sacrifício das vidas predeterminadas das crianças – e das populações atormentadas pela guerra –, o sacrifício da cultura, passada e futura, predeterminada, o sacrifício da liberdade predeterminada, o sacrifício das possibilidades de desenvolvimento futuro predeterminadas pelo subdesenvolvimento imposto e crescente de hoje (FRANK, 1971, p. 33).

Nessa perspectiva, tanto o desenvolvimento como o subdesenvolvimento são consequências de um mesmo sistema social, que é o capitalismo. Para Frank (1971, p. 78): “[...] o capitalismo significa e produz não apenas desenvolvimento, mas também subdesenvolvimento [...]”. Um sistema que produz, simultaneamente, tanto o desenvolvimento como o subdesenvolvimento é incapaz de produzir somente desenvolvimento.

Eis o ponto chave para romper com o pensamento dominante ainda fortemente enraizado no ocidente: não é possível, dentro das bases contraditórias estabelecidas pelo capitalismo, estender o desen-

volvimento para todo o espaço mundial, visto que é o próprio modelo de desenvolvimento capitalista que produz o subdesenvolvimento.

O economista Paul Baran (1984) também verificou que a exploração colonialista e imperialista imposta à África, América Latina e a partes expressivas da Ásia limitaram fortemente as possibilidades de um desenvolvimento nacional independente.

Se os contatos das nações adiantadas com as subdesenvolvidas tivessem sido diferentes do que foram, se tivessem consistido em verdadeira cooperação e assistência e não em opressão e exploração, o desenvolvimento progressivo dos países hoje subdesenvolvidos ter-se-ia efetuado com muito menor demora, menor atrito, menos sacrifício e sofrimento humano (BARAN, 1984, p. 152).

Na avaliação crítica elaborada por Baran (1984, p. 179), o objetivo do colonialismo e do imperialismo foi: “[...] impedir ou, se isso foi impossível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos”. Ao fazer isso, as nações centrais e suas empresas associadas, de alguma forma com a elite tradicional interna, conseguem manter as correntes de lucro em benefício próprio.

Os grandes portos da América Latina, escalas de trânsito das riquezas extraídas do solo e do subsolo com destino aos distantes centros de domínio, se consolidavam como instrumentos de conquista e dominação contra os países a que pertenciam, e eram os vertedores por onde se dilapidava a renda nacional. Os portos e as capitais queriam se parecer com Paris ou Londres, mas à retaguarda havia o deserto (GALEANO, 1987, p. 195).

Os autores citados no texto não acreditam que o desenvolvimento capitalista autônomo pudesse ocorrer nos países periféricos. Buscam argumentos explicativos nas limitações impostas pelo colonialismo e imperialismo praticados pelos países centrais, nas trocas desiguais entre centro e periferia e nas relações políticas estabelecidas internamente e externamente.

É necessário pontuar que alguns dos estudos que tratam do subdesenvolvimento acabaram por enfatizar demasiadamente as relações de dependência externas, especialmente as inerentes ao colonialismo e imperialismo e deram pouca atenção para as relações de classe estabelecidas no interior de um país. Nesse aspecto, é cada vez mais evidente o papel desempenhado por uma minoria interna privilegiada (que controla a política e define as diretrizes econômicas), na produção do subdesenvolvimento, como procurou explicar Marini (2013).

O geógrafo francês Yves Lacoste (1985) também se preocupou com as formas de dominação interna em sua análise do subdesenvolvimento. Segundo o autor, a expressão subdesenvolvimento está associada à ideia de desigualdade, de insuficiência em uma relação que se define como sendo injusta, incômoda e que deve ser suprimida.

Lacoste (1985, p. 24) verificou que para uma análise rigorosa do subdesenvolvimento em um determinado espaço, cuja melhor escala de estudo é em nível do país, é preciso considerar as relações de classe internas e as relações oriundas do exterior. “Essas relações de classe ‘internas’ e de dominação exercida do exterior pelo estrangeiro são, de fato, muito estreitamente ligadas e não se pode compreender uma sem a outra”.

Acusar exclusivamente o colonialismo e o imperialismo como os causadores do subdesenvolvimento, bem como os responsáveis por todos os males e perversidades é uma justificativa cômoda para manter as relações de classe injustas que se perpetuam internamente. Muitas vezes as próprias elites internas privilegiadas assumem o discurso de que o colonialismo e o imperialismo são os únicos responsáveis pela miséria e pobreza. Tal discurso é usado para esconder as contradições produzidas internamente e inviabilizar as tentativas de mudanças ou rupturas.

Atribuir todas as dificuldades dos países “subdesenvolvidos” ao “colonialismo”, ao imperialismo, encarado como uma força externa, é ajudar a camuflar o papel essencial

que os privilegiados autóctones têm desempenhado desde a conquista colonial, desde a independência, e que eles desempenham cada vez mais, hoje. O único modo de lutar contra o imperialismo é, no nível de cada Estado, de cada nação, lutar para se livrar das minorias privilegiadas que ele mantém e sem as quais ele não pode fazer grandes coisas (LACOSTE, 1985, p. 329).

As classes dominantes de um país periférico estão de alguma forma articuladas com os interesses dos países centrais, das grandes empresas transnacionais e do sistema financeiro. Isso permite que os interesses externos sejam favorecidos internamente. São as elites internas, por meio de suas múltiplas articulações em redes de poder que possuem as condições políticas para definir a gestão territorial. Assim, praticam uma política que favorece os seus interesses, bem como os interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro à custa da exploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente.

Sem o apoio das elites internas, os planos orquestrados do exterior teriam muita dificuldade para se materializar, porque enfrentariam barreiras limitadoras e não obteriam os resultados esperados. Analisar as articulações estabelecidas entre o poder interno e o externo clarifica o entendimento sobre a produção do subdesenvolvimento.

Nos países subdesenvolvidos, onde minorias mais ou menos restritas desfrutam de seus poderes (capitalistas ou burocráticos) participando dos diversos progressos da sociedade de consumo, a grande massa de homens, mulheres e crianças está hoje em dia cada vez mais submetida a *um verdadeiro suplício de Tântalo*, porque sua miséria cresce diante das vitrines guarnecidas das grandes ruas das cidades, diante dos cartazes publicitários que têm por objetivo excitar o apetite do cliente, diante das telas de cinema onde passam as produções hollywoodianas, visões caracterizadas de um mundo muito bem nutrido (LACOSTE, 1985, p. 101).

O suplício de Tântalo, mencionado pelo autor, faz parte da mitologia grega e se refere ao sofrimento de quem deseja algo que está próximo, no entanto, inalcançável. No mundo real se trata da contradição capitalista entre a escassez e o excesso. A escassez para os pobres e miseráveis desprovidos de renda para usufruir do objeto desejado logo a sua frente. O excesso disponível para uma minoria privilegiada que tem acesso à abundância de produtos e serviços.

Os argumentos apresentados por Lacoste (1985) também permitem uma avaliação crítica do subdesenvolvimento, visto que relacionam à dominação e à dependência externa com o poder político e a concentração de renda nas mãos de uma minoria interna com forte influência política. Essa minoria foi capaz de controlar o poder político – direta ou indiretamente – e instituir uma prática conservadora. O resultado foi a manutenção das estruturas coloniais – mesmo depois da independência dos países da América Latina e da África – que acabaram contribuindo para a continuidade do subdesenvolvimento. As minorias economicamente ricas e politicamente poderosas usufruem das regalias oferecidas pelo dinheiro à custa do empobrecimento do restante da população.

Na avaliação elaborada por Guerreiro Ramos (2010), os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” ou países “pioneiros” e “seguidores” possui um caráter ideológico. Segundo o mencionado autor costuma-se, entre os autores não críticos, posicionar o desenvolvimento na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão e afirmar que o desenvolvimento é um processo de disseminação para outras partes do mundo de certos comportamentos oriundos dos citados países. Para o referido autor é mais apropriado distinguir as nações em hegemônicas/centrais e periféricas.

É fácil compreender essa distinção com base no efeito da dominação, mas ao se admitir o efeito de dominação não se quer dizer que as nações periféricas sejam necessariamente seguidoras passivas das “nações pioneiras”, e tampouco que as nações hegemônicas sejam completamente autônomas. As duas são influenciadas

.....

e condicionadas por um supersistema, a economia mundial, ou a sociedade mundial [...] (GUERREIRO RAMOS, 2010, p. 66).

Ainda para o referido autor, o moderno está associado ao mundo contemporâneo de hoje a partir da realização de suas possibilidades objetivas e não a partir de algumas sociedades confinadas em pontos geográficos específicos da Terra. É necessário compreender, na interpretação do citado autor, que todas as nações são modernas e atrasadas ao mesmo tempo, no entanto, em graus diferentes.

As ideias apresentadas pelos autores utilizados até aqui permitiram a compreensão do subdesenvolvimento a partir das contradições do capitalismo mundial. Segundo observação feita por Dallabrida (2017):

Apesar da diversidade de posições, poderia se considerar que em termos gerais as teorias do centro-periferia como as da dependência, defendem a existência de uma ordem mundial com uns países centrais, que aliados às elites dominantes dos países da periferia, se enriquecem progressivamente à custa dos países mais pobres. Assim, segundo este entendimento, as economias mais avançadas explorariam e gerariam subdesenvolvimento das mais atrasadas. Seriam duas faces da mesma moeda (DALLABRIDA, 2017, p. 71).

A expansão do capitalismo pelo espaço resultou na formação de uma ordem mundial na qual os países centrais (classificados como desenvolvidos) exploram os países periféricos. O resultado é a permanência da pobreza e da miséria. Na visão apresentada por Benko (1996), os adeptos da teoria da dependência argumentavam que:

[...] a própria causa do “subdesenvolvimento” de uns seria o desenvolvimento de outros, e a riqueza desses últimos se alimentaria da miséria dos primeiros. Outrora era possível aceder com as próprias forças ao estágio capitalista industrial, mas as relações de dominação política, além da concorrência no mercado mundial, fechavam

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

duramente as portas aos recém-chegados. Assim se consolidaria duradouramente uma *divisão internacional do trabalho* entre um *centro*, dominante, manufatureiro e terciário, e uma *periferia* dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais. A troca desigual proibiria à periferia acumular os meios de sua decolagem e, além disso, os progressos da comunidade do centro lhe imporiam “barreiras à entrada” sempre mais elevadas (BENKO, 1996, p. 55, grifo do autor).

A teoria da dependência, elaborada entre as décadas de 1960 e 1980, ofereceu um olhar crítico para a compreensão da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Podemos dizer que a teoria da dependência contribuiu para o nascimento e florescimento do pensamento crítico na América Latina. No entanto, também existem críticas com relação ao posicionamento teórico de alguns autores ligados a teoria da dependência.

Ao criticarem o modelo econômico dependente, submetiam-se a uma dependência cultural tão forte, que eles não percebiam. Denunciavam que o atraso das sociedades do Terceiro Mundo era decorrente da exploração econômica desses países, mas não percebiam que a definição de progresso, e portanto a de atraso, usada em seus conceitos, era formulada com base em uma dependência cultural de que eles próprios sofriam. Denunciavam a dependência econômica, utilizando um arcabouço ideológico importado, ao qual eles mesmos estavam submetidos, sem qualquer crítica (BUARQUE, 1990, p. 57).

Na interpretação de Buarque (1990), os teóricos da dependência utilizaram para compor a sua análise do subdesenvolvimento dependente as bases conceituais oriundas dos países centrais, que eram pautadas na linearidade do progresso. Ao criticarem a dependência econômica tais autores enfatizaram a necessidade de ruptura com o centro, porém a ruptura seria parcial, pois continuavam acreditando na possibilidade de modernização industrial autônoma como um caminho para o desenvolvimento. Com isso, a ideia eurocêntrica

de progresso se manteve, de alguma forma, presente em parte das análises elaboradas pelos teóricos da dependência latino americanos.

Ao adotarem o conceito de progresso, os países pobres também descobriram e adotaram o conceito de subdesenvolvimento ao compararem o seu padrão com os padrões econômicos e sociais de consumo e de comportamento existentes nos países desenvolvidos. Fizeram essa adoção sem efetuar uma rigorosa análise crítica se tais conceitos eram pertinentes aos seus valores e recursos.

Ao importarem as necessidades e os meios para atingir o modelo de desenvolvimento dos países ricos, os subdesenvolvidos endividaram-se, violentaram suas culturas, depredaram seus recursos, concentraram a renda, utilizaram regimes autoritários, segregaram suas sociedades, na ânsia de atingirem o nirvana do progresso (BUARQUE, 1990, p. 59).

Os países situados na América Latina assumem a condição de subdesenvolvidos ao projetarem atingir os padrões de desenvolvimento dos países do norte. Dessa feita, limitaram ou inibiram as suas potencialidades endógenas – pautadas nos seus valores culturais e em seus próprios recursos – para seguirem um modelo oriundo de outro lugar.

Mesmo presa em alguns aspectos conceituas e epistemológicos oriundos das teorias elaboradas na Europa, entendemos que a teoria de dependência ofereceu indicativos importantes para os países que desempenham funções periféricas transformarem a realidade na qual estão inseridos, pois criticou duramente os laços históricos de dominação política e econômica. Não devemos perder de vista ou abandonar os seus ensinamentos. Precisamos continuar o seu legado crítico.

Uma observação que consideramos importante com relação ao subdesenvolvimento foi de que nenhum país periférico conseguiu atingir o desenvolvimento apenas com ações pautadas em investimentos estrangeiros. A defesa de que deveriam ganhar a confiança

do mercado com políticas de abertura econômica voltadas para atrair investidores internacionais se mostrou uma armadilha para os países que seguiram tal orientação.

Os poucos países periféricos, como a Coreia do Sul, que superaram o subdesenvolvimento e atingiram um nível de desenvolvimento elevado não seguiram todas as “regras” impostas pelo mercado financeiro internacional. Procuraram um caminho alternativo pautado em investimentos na educação e em inovação.

## **1.5 A teoria do sistema mundo moderno e o conceito de sistema interestatal capitalista**

A teoria do sistema mundo moderno, cujos autores mais expressivos são Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, André Gunder Frank, Samir Amin e Theotônio dos Santos, procurou avançar em alguns pontos na leitura introduzida pela teoria da dependência com a finalidade de compreender as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento em escala mundial. A teoria do sistema mundo foi inspirada no conceito de economia-mundo elaborado pelo historiador francês Fernand Braudel que apresentou a noção de ondas e ciclos de longa duração. A história do capitalismo passou a ser analisada com base na sucessão de ciclos. Para Theotônio dos Santos:

O enfoque do Sistema-Mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial (SANTOS, s.d., p. 31).

Conforme a discussão formulada por Amin (1973), o sistema mundo é caracterizado pela expansão das relações capitalistas no espaço mundial. O capitalismo apresenta como principal objetivo a procura pela elevação da taxa de mais valia. Obter a mais valia em uma

escala mundial se tornou um dos maiores objetivos dos capitalistas. A expansão do capital para além da Europa foi a forma encontrada para ampliar as possibilidades de conseguir a mais valia.

O comércio foi, a partir do século 15, o fator que impulsionou o projeto de expansão das relações capitalistas, com foco em uma economia de mercado. Novas rotas comerciais foram estabelecidas, e velhas rotas foram reativadas. O capital começou a atingir uma escala de ação global quando as novas rotas comerciais que conectaram os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, fortaleceram o comércio de longa distância e ampliaram o conhecimento geográfico da superfície do planeta. A América foi ligada à Europa em uma rede na qual também participam a Ásia, a África e a mais tarde a Oceania.

A formação de uma economia capitalista com alcance mundial ocorreu em razão da expansão geográfica do mundo; do controle da força de trabalho e da formação de um aparelho estatal forte nos países centrais (WALLERSTEIN, 1974). As bases para a formação do sistema mundo moderno partiram da Europa Ocidental. A criação e o fortalecimento do modelo de Estado-Nação moderno ofereceu suporte jurídico e político à economia de mercado.

A consolidação do modelo de Estado-Nação nas economias centrais foi fundamental para a maturação das relações capitalistas. Sem o apoio político de um Estado forte e organizado territorialmente, o capital teria muitas dificuldades para avançar rumo a um projeto globalizante. O Estado-Nação propiciou as condições adequadas para o fortalecimento da economia de mercado com características cada vez mais mundial.

Wallerstein (1974) organizou o sistema mundo moderno em três níveis: centro, semiperiferia e periferia. Os países centrais ocupam uma posição de destaque e concorrem entre si para explorar as áreas periféricas, o que estabelece uma tensão permanente entre as potências. Muitas vezes as tensões dão origem a guerras entre os países centrais. Alguns Estados conseguem atingir uma posição intermediária, sendo classificados como semiperiferias, outros atuam

apenas como espaços periféricos. O autor considera o capitalismo como um sistema que, em virtude da divisão mundial do trabalho e dos aparelhos burocráticos de Estado, adquiriu um alcance mundial.

Na sua análise argumentou que a desigualdade existente no mundo ocorre em razão da produção de maior rentabilidade concentrar-se em poucas áreas consideradas centrais. Os países centrais trocam seus produtos manufaturados pelas matérias primas existentes nos países periféricos. A periferia atua, principalmente, na produção de produtos de baixa categoria, cuja mão de obra é mal remunerada. No sistema mundo existe uma divisão do trabalho que é também uma divisão geográfica, ou seja, as atividades econômicas não são distribuídas de forma uniforme pelo espaço mundial. Isso se dá em razão da capacidade política e econômica que certos grupos possuem para explorar outros.

Na visão apresentada por Arrighi (1998), a inovação desempenha uma função importante para os países que ocupam o centro, também denominados de “núcleo orgânico” do capitalismo. A semiperiferia, por sua vez, possui uma posição intermediária na rede estabelecida internacionalmente, já a periferia ocupa o andar inferior.

Arrighi (1998) admite que exista um histórico de trocas desiguais de mercadorias entre Estados com salários comparativamente baixos em relação a outros, no entanto descarta a ideia de que a troca desigual seja o único ou o principal mecanismo responsável pela polarização entre o núcleo orgânico e a periferia. Entende que:

A troca desigual é apenas um dos diversos mecanismos da polarização núcleo orgânico-periferia. Igualmente importante foram dois outros mecanismos, que podemos designar como transferências unilaterais de mão-de-obra, por um lado, e de capital, do outro (ARRIGHI, 1998, p. 210).

As transferências de trabalho e de capital foram no transcorrer do tempo forçadas e voluntárias. As transferências de escravos, por exemplo, são do tipo forçada, por seu turno, a emigração de

trabalhadores da Europa para a América e a fuga de capitais são do tipo voluntária.

Historicamente, a exportação sistemática de recursos do capital foi tanto um mecanismo de “centralização” como de periferização. Desde a Holanda do século XVI até o Japão de hoje, o investimento no exterior (principalmente sob a forma de capital que rende juros) de uma parcela sempre crescente dos recursos de capital de uma nação foi um grande instrumento na formação e consolidação de posições centrais (ARRIGHI, 1998, p. 213).

Assim, para o referido autor, mais importante do que analisar a rede de trocas internacional é compreender a existência de uma hierarquia de riqueza. Os Estados posicionados no alto da hierarquia apresentam as melhores condições na disputa por benefícios. Tais Estados estão em condições melhores para iniciar ou controlar os processos de inovação, bem como para se defenderem dos processos iniciados por outros Estados.

Em virtude da existência de processos de exclusão e de exploração em âmbito internacional, os Estados periféricos (que vivem em uma situação de pobreza) possuem imensa dificuldade para atingirem a situação dos Estados semiperiféricos (de riqueza moderada). Assim como os Estados semiperiféricos têm dificuldade para alcançar a posição de riqueza atingida pelo núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998).

Também é preciso inserir no debate o papel desempenado pela colonialidade. Mignolo (2003) critica a tese de que a modernidade é considerada o centro do sistema e a colonialidade é relegada à periferia da história do capitalismo. O referido autor defende que não existiria a modernidade sem a colonialidade:

[...] a colonialidade do poder subjaz à construção da nação tanto nas histórias locais nas nações que conceberam e implementaram projetos globais como das histórias locais de nações que tiveram de se acomodar a projetos globais que lhes diziam respeito, mas sem sua participação direta (MIGNOLO, 2003, p. 74).

Na análise elaborada por Mignolo (2003, p. 181), “[...] no século 16, a ‘descoberta’ da América contribuiu para a formação do mundo colonial/moderno”, posteriormente, no século 19, “contribuíram para constituir o segundo estágio da modernidade/colonialidade”. Mignolo (2017) considerou a colonialidade como o lado mais escuro da modernidade. Para o autor a modernidade, fundada na Europa, ao celebrar as suas conquistas escondeu o seu lado escuro, a “colonialidade”.

Compreender as relações entre modernidade e colonialidade, especialmente na América Latina, é fundamental para a descolonização intelectual, política e econômica; bem como para a superação da situação atual. Sem tal entendimento, corremos o risco de continuar reproduzindo os conceitos eurocêntricos que historicamente dominaram o discurso acadêmico, cultural, político e econômico.

Na América Latina, assim como em outras partes do mundo, foi comum a repetição das correntes teóricas elaboradas intelectualmente na Europa. Tal fato limitou por muito tempo o afloramento de uma literatura original pautada nos ensinamentos e na realidade latino-americana. Mesmo com os avanços verificados ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, período marcado por uma produção com elementos originais, o eurocentrismo ainda está fortemente enraizado tanto no discurso como na produção acadêmica. Nesse aspecto, é preciso continuar avançando na elaboração de conceitos originais e capazes de explicar a realidade vivida pela população. Não basta romper com a dominação política, também é urgente avançar ainda mais na ruptura com o colonialismo intelectual e cultural.

Outra discussão que precisa ser considerada no debate com relação ao subdesenvolvimento é o conceito de sistema interestatal capitalista. Existem algumas divergências entre a teoria do sistema mundo moderno e o conceito de sistema interestatal capitalista, formulado por Fiori (2014). Fiori acredita na importância insuperável dos Estados nacionais com suas moedas próprias e as suas fronteiras para o entendimento do período atual.

O sistema interestatal capitalista pode ter múltiplos centros econômicos e infinitas periferias e dependências, mas nenhuma delas determina necessariamente a trajetória seguida por cada um dos Estados e das economias nacionais que foram se agregando ao núcleo original do sistema. “Dentro do sistema mundial formado por ‘Estados–economias nacionais’, as economias líderes são transnacionais e imperiais por definição, e sua expansão gera uma espécie de rastro que se alarga a partir de sua própria economia nacional”. No entanto, existem vários tipos possíveis de lideranças econômicas globais ou regionais que podem produzir esse mesmo efeito rastro dentro de suas áreas de liderança, dando origem a vários centros e periferias com dinamismos e trajetórias diferentes (FIORI, 2014, p. 27).

Na tentativa de compreender as complexas relações e contradições estabelecidas em âmbito mundial, partimos da premissa de que no mundo capitalista a modernidade e o atraso estão presentes em praticamente todas as partes do mundo e em todas as escalas geográficas, indo do global ao local.

A principal diferença entre os países, entre as regiões no interior dos países e até mesmo entre os lugares são: 1) os graus diferentes de modernidade e atraso existente; 2) a capacidade de inserção e de articulação nas redes geográficas internacionais e regionais; 3) o poder político e a influência econômica, cujo resultado aparece na capacidade de ditar as normas e as diretrizes que serão instituídas; 4) a capacidade de investimento em ciência e tecnologia e o seu uso para melhorar a vida das pessoas; 5) a força política para influenciar nas diretrizes ditadas pelas organizações internacionais (ex. ONU, FMI, Banco Mundial, OIC, OIT, entre outras); 6) as possibilidades para estabelecer um projeto autônomo de desenvolvimento.

Com base no exposto, é preciso questionar se nas primeiras décadas do século 21, ainda seria útil uma classificação do espaço mundial em dois grupos: 1º países desenvolvidos (centrais) e 2º países subdesenvolvidos (periféricos). Ou em três grupos: 1º países desenvolvidos (centrais); 2º países emergentes (semiperiferia) e 3º países subdesenvolvidos (periféricos).

Avaliamos que as profundas transformações ocorridas nas últimas quatro décadas trouxeram novas dinâmicas que precisam ser consideradas. Podemos sinalizar algumas questões: 1) a China, na década de 1980, durante o período de Deng Xiaoping como chefe do Comitê Central do Partido Comunista, adotou um modelo híbrido denominado como socialismo de mercado e despontou como forte potência econômica; 2) o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS em 1991 e o retorno da Rússia que fez a transição para o modo de produção capitalista; 3) a transição de um grande número de países socialistas, especialmente no leste europeu para economias de mercado; 4) o estabelecimento de um amplo e dinâmico mercado mundial no qual foram intensificados os fluxos de circulação de capitais e mercadorias, período este denominado como globalização; 5) a exploração mundial da força de trabalho, agora pautada nos ideais de flexibilização e de terceirização do trabalho que permitem a obtenção de uma mais valia mundial e; 6) A concentração do poder financeiro, conforme demonstrou Arrighi (2003), nos países do Leste Asiático.

O momento atual é caracterizado por uma maior fluidez, grande dinamicidade e aumento das desigualdades sociais em quase todas as escalas geográficas do espaço mundial. Assim, é preciso pensar criticamente quais são os limites e os desafios para a realização do desenvolvimento no período marcado pela globalização. Retomaremos e aprofundaremos esse ponto na segunda parte do livro.

No contexto atual acreditamos que não existe um único centro mundial, nem uma periferia homogênea. Existem múltiplos centros e periferias que estão de alguma forma articulados globalmente. Além do mais, a periferia não atua meramente de forma passiva e dependente. A periferia também pode adquirir alguma centralidade, só que uma centralidade periférica e não hegemônica, visto que as suas ações são mais limitadas frente à amplitude e a fluidez das ações promovidas pelas potências centrais. Do mesmo modo que a periferia adquire certa centralidade, o centro também apresenta condições periféricas, pois a pobreza e o desemprego, por exemplo, têm crescido nos países ricos.

Ocorre que também nas relações Centro-Periferia temos hoje vários complicadores. Por exemplo, a pobreza e a exclusão socioespacial, antes amplamente dominantes nos países periféricos, hoje alcançam com inusitada amplitude também os países centrais e as cidades mais ricas do mundo. Não há, também, como acreditava uma certa esquerda, uma relação unilateral e estável entre países centrais “exploradores” e países periféricos “explorados”. Formas aviltantes de exploração se dão tanto dentro da Periferia quanto do Centro, e nada impede que um espaço nacional “periférico” se transforme, ainda que em um processo lento e com custos muitos altos, em um espaço “central” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 137).

Mesmo limitada, a centralidade periférica mostra-se evidente e vem ganhando cada vez mais notoriedade na complexa rede estabelecida pelo processo de globalização. A periferia, ao adquirir centralidade, pode aumentar e expandir a sua influência política e econômica.

O papel do governo nacional em estimular o desenvolvimento fica evidente. Os estímulos devem ser destinados para os setores estratégicos, no qual a educação e a redução da desigualdade desempenham um papel chave. Nesse aspecto, na atualidade, o caso da China é um dos mais referenciados. A China, que ocupava uma posição periférica ao longo da maior parte do século 20, tornou-se o grande destaque da economia mundial no século 21. A China possui, segundo o IBGE-Países (2019), área de 9.596.960 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 1.415.045.928 habitantes.

Fiori (2014) acredita que o salto da China teve início no final da década de 1950, a partir da ruptura entre o comunismo chinês e o soviético. No ano de 1975, o então primeiro-ministro Chou En-Lai propõe o programa das quatro modernizações (indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas). O modelo foi colocado em prática por Deng Xiaoping, em 1978.

A nova estratégia militar e econômica encerrou definitivamente a Revolução Cultural (1965-1974) e fortaleceu

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

o Estado central chinês, que recuperou sua condição milenar de guardião moral da unidade e do “interesse universal” do território continental e da civilização chinesa. Uma sociedade multitudinária que vê a si mesma como uma civilização superior, homogênea e com pelo menos 2.300 anos de existência, a despeito do “século de humilhação” imposto à China pela “barbárie europeia”, entre 1842 e 1945 (FIORI, 2014, p. 90).

Depois de consolidado o plano de industrialização iniciado por Deng Xiaoping, com base em alguns elementos dos modelos ocidentais, a China começou, a partir da década de 1990, o processo de modernização do seu sistema produtivo e militar por meio da pesquisa científica. Os chineses optaram por seguir os passos do modelo dos norte-americanos, mas adaptando-o às suas características. O desenvolvimento de pesquisa com alta tecnologia, impulsionado por uma política de Estado, em áreas estratégicas como energia nuclear, telecomunicação, computação, defesa, entre outros, teve um papel decisivo na transformação.

A China tornou-se a segunda maior economia do planeta, conforme dados apresentados na tabela 1. O presidente Xi Jinping, em discurso realizado no dia 19 de novembro de 2016, argumentou que: “A China não vai fechar suas portas para o mundo, mas sim abrir mais.” (CHINA HOJE, 2017, p. 9). Tais palavras estão inseridas em um novo contexto de inserção cada vez maior da China no processo de globalização.

**Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB), em bilhões de US\$, 2016.**

Posição	País	US\$
1º	Estados Unidos	18.569,10
2º	China	11.218,28
3º	Japão	4.938,64
4º	Alemanha	3.466,64
5º	Reino Unido	2.629,19
6º	França	2.463,22
7º	Índia	2.256,40

8º	Itália	1.850,74
9º	Brasil	1.798,62
10º	Canadá	1.529,22

Fonte: Instituto de pesquisa de relações internacionais/FMI, World Economic Outlook Database (abril, 2017).

Considerando as exportações mundiais, de acordo com dados obtidos na Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 2016, os dez maiores exportadores foram: 1- China (13,2%), 2- EUA (9,1%), 3- Alemanha (8,4%), 4- Japão (4,0%), 5- Holanda (3,6%), 6- Hong Kong (3,2%), 7- França (3,1%), 8- Coreia do Sul (3,1%), 9- Itália (2,9%), e 10- Reino Unido (2,6%). Na lista de maiores credores da economia mundial as três primeiras posições são ocupadas por Japão, China e Alemanha.

Os chineses adotaram no início do século 21 uma estratégia com o lema *Go Global* (Tornar-se Global) para ampliar sua presença no mercado mundial. Com isso, os investimentos públicos e privados no exterior cresceram vertiginosamente na última década.

Quinze anos depois do anúncio formal da estratégia *Go Global* (Tornar-se Global), as empresas chinesas estão rapidamente ganhando o mundo. [...] Em 2015, 138 das 500 maiores empresas privadas chinesas obtiveram no exterior uma receita de US\$ 165 bilhões, por meio de investimento externo direto (IED) e encomendas de projetos (CHINA HOJE, 2017, p. 23).

Os chineses têm investido bilhões de dólares em diferentes setores que passam pela biotecnologia, impressão 3D, trens de alto desempenho, Inteligência Artificial - IA, supercomputadores, aplicativos, comunicação, energia limpa, entre tantas outras áreas. No entanto, os chineses ainda convivem com sérios problemas socioambientais como: baixos salários; exploração da força de trabalho; poluição do ar e da água; centralização estatal; limitação nas escolhas políticas; censura; entre outros. Seria o seu modelo de desenvolvimento mais do mesmo?

Fiori (2014 p. 93-94) elencou quatro pontos importantes da história chinesa que precisam ser levados em conta para responder a questão apresentada: 1) “[...] o Estado chinês não está a serviço do desenvolvimento capitalista [...] é o desenvolvimento capitalista e o próprio Estado chinês que estão a serviço de uma civilização milenar [...]”; 2) “[...] a história milenar da China e do mundo sinocêntrico questiona a inevitabilidade da democracia eleitoral e multipartidária [...]”; 3) “[...] a China não parece estar se propondo a um modelo alternativo, mas com certeza o seu sucesso demonstra que existem alternativas ao modelo ocidental [...]”; 4) “[...] a China se adaptará ao sistema de Vestfália, ou será Vestfália que terá que se adaptar ao sistema hierárquico-tributário do mundo sinocêntrico?”.

A China com o seu modelo atual, um país e dois sistemas, vem alcançando um alto crescimento econômico nas últimas décadas. Conforme reportagem publicada na revista China Hoje, com relação ao 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China - PCCh:

Segundo o relatório de Xi [Jinping], a entrada do socialismo de características chinesas em uma nova era indica que o caminho, a teoria, o sistema e a cultura do socialismo de características chinesas têm tido desenvolvimento constante, abrindo uma nova trilha para outros países em desenvolvimento alcançarem a modernização. Ele constitui uma alternativa de características únicas para outros países e nações que queiram acelerar seu desenvolvimento preservando sua independência, e oferece o saber e a abordagem da China para a resolução de diversos problemas enfrentados pela humanidade (CHINA HOJE, 2018, p. 28).

Ainda segundo a reportagem: “O relatório mostrou que a economia da China transita de uma fase de rápido crescimento para o desenvolvimento de alta qualidade” (CHINA HOJE, 2018, p. 28). Atualmente estão sendo realizados na China grandes investimentos no desenvolvimento de tecnologias inovadoras. A China seguiu um caminho diferente do trilhado pela maioria dos países periféricos, pois

tem procurado colocar a produção capitalista a serviço da política de Estado.

O crescimento econômico da China, que se baseou nas exportações, tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza. Mas os chineses administraram a globalização com cautela: o país demorou a abrir seus mercados para as importações. [...] o governo chinês percebeu que embora o influxo rápido de capitais pudesse trazer um boom de curta duração, as recessões e depressões que poderiam vir depois provocariam danos de longa duração, muito acima dos ganhos de curta duração. A China evitou o processo de expansão e contração que marcou outros países do Leste Asiático e da América Latina (STIGLITZ, 2007, p. 71).

Contudo, o país ainda não resolveu a maioria dos seus problemas ambientais, entre eles a poluição do ar nas grandes cidades e a degradação da natureza para a retirada de matéria prima. A China tem grandes desafios pela frente para efetivar um novo modelo de desenvolvimento.

É necessário pontuar que a atual disputa comercial entre a China e os Estados Unidos que foi alimentada pelo ex-presidente norte americano Donald Trump, vai além do comércio, visto que também está em jogo a disputa pelo controle das novas tecnologias que serão mundialmente utilizadas, a exemplo da rede 5 G (quinta geração de redes móveis), bem como a inteligência artificial e a tecnologia bélica. Tais tecnologias prometem revolucionar a transmissão de informação em virtude da grande velocidade e da capacidade de conectar objetos (carros autônomos, casas inteligentes, agricultura de precisão e indústrias autônomas). Outros países como a Coreia do Sul, a França, o Reino Unido, a Alemanha e a Rússia também estão na disputa. Dominar o novo modelo tecnológico possibilita inúmeras vantagens econômicas e geopolíticas.

Frente ao exposto até aqui, propomos a seguinte questão para o debate: seria possível a introdução de novos modelos de desenvol-

vimento no espaço geográfico mundial pautados nas características culturais e na potencialidade de cada país ou região? A resposta para essa pergunta depende da capacidade política de cada Estado em organizar a gestão do seu território. Vamos procurar, na sequência, indicar algumas pistas com relação a uma nova interpretação do desenvolvimento, a partir de um olhar multidimensional.

## **1.6 Por uma análise multidimensional do desenvolvimento**

O paradigma de desenvolvimento ocidental elaborado em consonância com os ideais liberais mostrou-se irracional e ineficaz em inúmeras regiões do espaço mundial, visto que não é capaz de distribuir adequadamente a riqueza socialmente produzida nem transformar para melhor a vida das pessoas, especialmente aquelas que vivem em países que desempenham funções periféricas. Frente ao exposto, seria melhor abandonarmos o conceito de desenvolvimento como defendem os autores da corrente pós-desenvolvimentista? A resposta para essa pergunta é, ao mesmo tempo, sim e não.

A resposta para a pergunta é sim, no sentido de que os modelos formulados com embasamento na modernidade ocidental liberal não atendem no presente momento e possivelmente não atenderão no futuro as necessidades de todas as pessoas. Ao contrário do que foi prometido no discurso político e na análise econômica, beneficiam somente uma pequena parcela da população mundial (cerca de 1%), os quais procuram, a todo custo, sustentar o discurso modernizador dominante. Isso precisa ser urgentemente revisto e mudado.

A resposta é não, no sentido de que novas definições sobre o que é desenvolvimento estão sendo elaboradas por pesquisadores comprometidos com a transformação social em benefício de todos. Nesse aspecto, acreditamos que seja pertinente ressignificar o conceito de desenvolvimento ao invés de abandoná-lo. Para isso,

é preciso romper definitivamente com as interpretações fundadas somente na dimensão econômica e introduzir no conceito de desenvolvimento outras possibilidades teóricas e práticas.

No percurso rumo às novas interpretações, entendemos que seja importante aproveitarmos a ampla disseminação da palavra desenvolvimento, visto que ela está presente em praticamente todos os lugares do mundo e em muitos idiomas. Tal fato não pode ser desconsiderado, nem descartado. As expectativas criadas pelo desenvolvimento também estão no imaginário da população mundial. Usá-las adequadamente é possível, mas isso depende de um grande esforço.

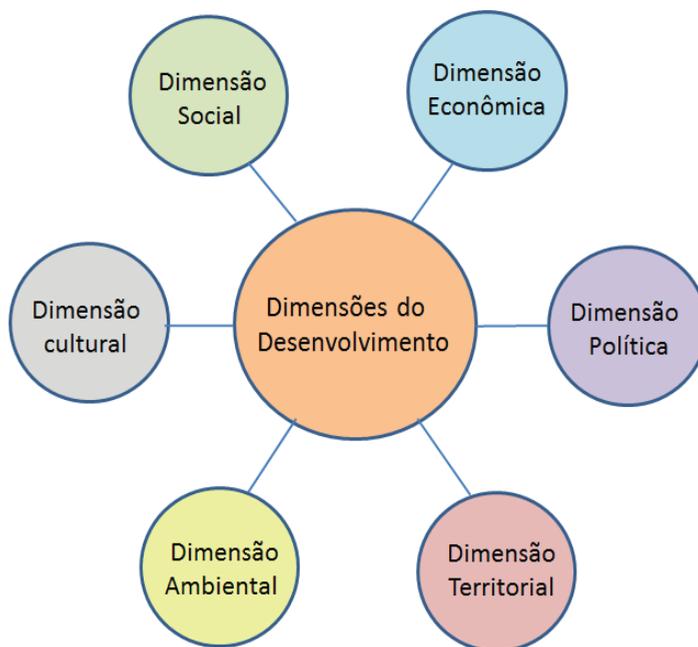
O primeiro passo para ressignificar o desenvolvimento é romper com as definições elaboradas pelos liberais que limitaram a compreensão do conceito por certos critérios previamente definidos pautados na necessidade de crescimento econômico ilimitado, desregulado e a todo custo. É preciso romper com a linearidade, com o etapismo, com o economicismo, com o evolucionismo e com o eurocentrismo. Isso permite considerar o desenvolvimento como um percurso aberto e repleto de possibilidades.

Um fato importante observado por Amaro (2003, 2017), foi que o conceito de desenvolvimento se tornou nos últimos 30 anos mais complexo e menos linear em sua concepção e aplicação. Isso tem estimulado novos olhares e novas práticas.

O segundo passo é compreender o desenvolvimento a partir das suas múltiplas dimensões e articulações. Assim, as possibilidades de combinações para a elaboração de novas formas de desenvolvimento dependem das particularidades existentes em cada território. Como cada território possui as suas peculiaridades, as possibilidades de combinação são imensas. As expertises locais, somadas à criatividade popular, à inovação e à ação proativa podem despertar novos arranjos.

Na tentativa de ampliar as dimensões do desenvolvimento, tentaremos indicar, sem definir nenhuma ordem hierárquica, as dimensões que consideramos mais significativas. São elas: dimensão social,

dimensão econômica, dimensão política, dimensão territorial, dimensão ambiental e dimensão cultura. A figura 1 ilustra a ideia exposta.



**Figura 1 - Dimensões do desenvolvimento**

A dimensão social está relacionada com as condições de vida da população considerando trabalho, distribuição de renda, educação escolar universal e de qualidade, saúde de qualidade para todos, respeito aos direitos humanos, combate a todo tipo de violência, justiça social, igualdade de gênero, tratamento adequado à criança e adolescente, qualidade de vida na terceira idade, inclusão de pessoas com necessidades especiais, respeito e solidariedade com os grupos minoritários e respeito à opção sexual.

Acreditamos que não é possível pensar o desenvolvimento sem as melhorias capazes de promover uma boa condição de vida. Nesse quesito, quais critérios definiriam uma boa condição de vida? É difícil responder a essa questão, visto a complexidade do tema. No entanto, alguns elementos são mais consensuais: a erradicação da fome e da

pobreza; a redução da mortalidade infantil e da mortalidade geral; a ampliação da esperança de vida; a ampliação do saneamento básico; o acesso à educação de qualidade e a ampliação no número de anos de estudo; a oportunidade para desenvolver as potencialidades pessoais; o direito ao trabalho em condições dignas; a valorização do espaço público; o combate à desigualdade; a cooperação e o direito à participação democrática. Atender aos critérios elencados seria uma das condições para a existência de desenvolvimento.

A dimensão econômica não se limita ao crescimento econômico, como é tradicionalmente feito. Pelo contrário, é preciso considerar como as potencialidades econômicas de um território estão sendo utilizadas para combater as desigualdades sociais e promover a justiça social. Não basta um país ser rico, cuja economia medida pelo PIB esteja entre as maiores do mundo, se a população passa por severas dificuldades e apenas um restrito grupo desfruta da bonança.

A economia deve estar preocupada com as pessoas e com o meio ambiente, criar trabalhos qualificados e bem remunerados, melhorar a distribuição de renda, pôr fim ao abismo entre ricos e pobres e rever urgentemente a visão da natureza somente como fonte de recursos. Oferecer melhor condição de vida para as pessoas deve ser o objetivo final de toda atividade econômica.

O planejamento econômico, seja ele em nível internacional, nacional, regional ou local, deve ter como foco viabilizar as condições para despertar as potencialidades endógenas existentes no território. Enquanto a economia for usada, especialmente para criar mecanismos para a concentração da renda e a devastação do meio ambiente, não existirá desenvolvimento. A ruptura com esse paradigma é urgente. A Economia Solidária é um dos caminhos que estão sendo abertos rumo a um novo projeto de desenvolvimento.

A dimensão política está ligada à efetivação de práticas democráticas que permitam a ampliação dos canais de discussão com relação às decisões que afetam a vida das pessoas. A política permeia as nossas vidas, somos seres que praticam a política em vários

momentos da nossa existência. Não podemos abdicar da política, nem deixar que todas as decisões sejam tomadas por um restrito grupo com interesses particulares. Faz-se necessário perceber que são as decisões políticas (tomadas por grupos locais, nacionais ou internacionais), que definem os rumos para os investimentos, bem como quais políticas públicas serão colocadas em prática. A prioridade pela educação pública e pela saúde pública de qualidade é uma decisão política, assim como também é uma decisão política o sucateamento da educação e da saúde pública.

A ação política orquestrada via interesses de determinados grupos também permite que o aumento da concentração de renda seja uma realidade mundial (abordaremos essa questão mais detalhadamente no capítulo 2). São as decisões oriundas da política que definem que a fome permaneça em algumas regiões do mundo (até mesmo onde se produz alimento em abundância). É a ação política que promove o livre mercado sem regulamentações (ou com as regulamentações que favorecem aqueles que criam as normas). O esclarecimento político e a participação democrática são fundamentais para que o desenvolvimento se realize.

A dimensão territorial considera o território como um espaço apropriado e usado pela sociedade, no qual são estabelecidas relações de poder. Também é no território que encontramos os “recursos naturais” úteis aos seres humanos. Atualmente o território é delimitado por fronteiras mais ou menos flexíveis e permeáveis, diferente de períodos anteriores nos quais as fronteiras eram mais rígidas. Por exemplo, com a globalização as fronteiras nacionais estão cada vez mais abertas para a circulação de mercadorias, serviços e informações, ainda que o protecionismo continue sendo praticado por muitos países. Porém, para o livre trânsito de pessoas ainda existem barreiras, especialmente quando se trata de imigrantes pobres oriundos de países periféricos e de refugiados vindo de áreas em conflito.

O controle político sobre o território geralmente está concentrado nas mãos de poucos – as elites dominantes internas e externas

– tal fato tende a limitar as práticas direcionadas para a construção de novas formas de desenvolvimento. Para o desenvolvimento ocorrer devemos atribuir outro uso ao território. Esse novo uso somente ocorrerá quando a população romper com as amarras históricas de concentração de poder nas mãos das elites internas e externas. A população, ao controlar de forma democrática o território, nas diferentes escalas geográficas, romperá com os laços de dominação, controle e concentração de renda e abrirá caminho para o desenvolvimento. Retornaremos à questão da importância do território para o desenvolvimento no capítulo 2 do livro.

A dimensão ambiental está atrelada ao uso adequado e responsável dos “recursos naturais” renováveis e não renováveis existentes no território, ou seja, à necessidade de valorização ambiental. Um dos maiores problemas do modelo atualmente dominante é a degradação do meio ambiente. É a exploração do meio ambiente que tem sustentado o crescimento econômico. As florestas existentes na zona climática temperada foram quase que totalmente dilapidadas. As florestas das zonas equatorial e tropical estão desaparecendo rapidamente. No Brasil, a floresta Amazônica, por exemplo, tem sua área reduzida dia após dia. As queimadas e a derrubada das árvores são constantes e colocam em risco esse complexo ecossistema. O Cerrado tem sido rapidamente substituído pela agricultura e pecuária moderna. A Mata Atlântica, que preenchia praticamente todo o litoral do país, está restrita a pouco mais de 10% da sua cobertura original.

A água, fundamental para a vida, tem sido usada de maneira irresponsável em muitos lugares do mundo, e a poluição de rios e lagos já preocupa e ameaça a existência da vida de inúmeras espécies animais. A escassez de água potável atinge milhões de pessoas no mundo, especialmente em algumas áreas na Ásia e na África, estabelecendo uma crise humanitária de grandes proporções. Pessoas estão morrendo por falta de água ou pelo uso de água contaminada.

Enquanto a escassez atinge milhares de pessoas, os maus exemplos de uso da água são inúmeros: contaminação por chumbo,

exploração maior do que a velocidade de recarga, impermeabilização do solo urbano, desmatamento, lançamento de lixo e esgoto doméstico e industrial sem tratamento nos rios, poluição do lençol freático, entre tantos outros. A preocupação se torna ainda maior quando verificamos que 97% da água disponível é salgada e 2,1% da água doce estão nas geleiras. Temos que pensar em políticas sustentáveis, sem abrir mão de que a água é um direito inalienável e não pode ser transformada em capital privado.

Outro fato preocupante é que o uso do solo rural está pautado em uma agricultura comercial, predominantemente para exportação, que é muito dependente de veneno químico. O uso excessivo de veneno na produção agrícola tem preocupado especialistas em todo o mundo. Além disso, imensas áreas de solos propícios para a produção de alimentos estão fragilizados pela ação da erosão, em virtude do manejo inadequado.

A extração de minérios para sustentar a produção industrial também vem degradando o solo e contaminando a água. A biodiversidade está ameaçada com a extinção de várias espécies. O ar, a cada dia que passa, está mais poluído.

O modelo consumista pautado no “usa e joga fora” vem causando problemas sem precedentes. Diariamente milhares de toneladas de produtos descartáveis não são reciclados e acabam parando nos rios e no mar. O plástico descartado de forma incorreta pode provocar a morte de pássaros, tartarugas e peixes. Usar para depois jogar fora é um modelo ambientalmente injustificável e insustentável.

Precisamos modificar a relação do homem com o meio ambiente, partindo do entendimento de que os seres humanos estão inseridos no ambiente, ou seja, fazem parte dele. A visão antropocêntrica de homem dominador da natureza está ultrapassada, pois está fundada em bases equivocadas.

Novas interpretações estão surgindo e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, popularmente conhecida como Rio 92, foi um marco importante, ainda que

limitado, para a tomada de consciência ambiental. Sem o cuidado adequado com o meio ambiente o desenvolvimento é mera ilusão momentânea e para poucos.

Com relação à dimensão cultural, compreendemos que as diferenças existentes no mundo são fundamentais para potencializar o desenvolvimento de cada território. As heranças culturais dos povos tradicionais devem ser respeitadas e utilizadas, para que todas as nações, inclusive o interior delas, as diferentes regiões e localidades possam aproveitar os seus próprios recursos, com base nas suas potencialidades endógenas.

O respeito à identidade e a valorização das práticas culturais devem conviver com as novas tecnologias, pois não podemos dispensar os objetos técnicos capazes de melhorar a vida das pessoas, como é o caso da energia elétrica. No entanto, a grande diversidade cultural existente no espaço mundial precisa ser respeitada e valorizada, pois se trata de uma riqueza imensurável.

# 2

## Globalização, desenvolvimento e desigualdade

### 2.1 As bases do processo de globalização atual

A partir das últimas décadas do século 20 não é possível tratar do desenvolvimento (objetivo principal do presente livro) sem abordar a sua relação intrínseca com o processo de globalização atual, visto que a essência da globalização nada mais é do que o próprio projeto de modernização e de expansão espacial elaborado pela civilização ocidental capitalista (tema que procuramos abordar na primeira parte do livro).

A palavra globalização, assim como a palavra desenvolvimento, tem sido cada vez mais inserida no discurso político e nas análises econômicas. Muitas vezes a globalização é apresentada como algo inevitável e sem volta, um caminho rumo a um mundo integrado e altamente conectado por redes de elevada fluidez.

Como ponto de partida para ampliar o debate, vamos sinalizar algumas questões: 1) qual é a ideia geral que predomina no discurso com relação à globalização? 2) que tipo de globalização estamos vivendo atualmente? 3) quais foram as bases para a produção da globalização? 4) quais são os principais problemas inerente a globalização?

Um leitor atento de jornais, revistas e *blogs* já percebeu que a ideia de integração mundial predomina no discurso quando o assunto é a globalização. A noção de integração aparece inúmeras vezes atrelada a um mundo ao alcance de todos e unido economicamente, politicamente e culturalmente. Tal discurso não é obra do acaso, pois faz parte de um projeto arquitetado internacionalmente.

É provável que a ideia mais difundida que circula associada a esse termo seja a de uma integração econômica, política e cultural contínua e crescente do mundo. Na prática, isso implica que há fenômenos e processos que afetam a todo o mundo de maneira imediata, inclusive simultânea, isto é, global. E se atribui à “revolução científico-tecnológica” nos meios e sistemas de comunicação e de transporte a qualidade de ser a principal determinante histórica desse possível processo (QUIJANO, 2002, p. 6).

Um dos alicerces estruturais para a difusão de tal entendimento foi a elaboração da noção de aldeia global, formulada pelo canadense Herbert Marshall MacLuhan, na década de 1960, bem como a popularização da expressão de que o mundo está ao alcance das nossas mãos. Esses são dois exemplos do discurso dominante com relação à globalização. Não existe nada mais atraente para os seres humanos que viveram a maior parte da sua história em pequenos povoados do que a possibilidade do mundo estar ao alcance das suas mãos. Tais ideias são repetidas centenas de vezes para reforçar o discurso e conquistar mais adeptos. Será realmente que o mundo está ou poderá estar ao alcance de todos?

Para seguir na discussão, faz-se necessário esclarecer que tipo de globalização nós estamos vivenciando atualmente. Entendemos que a livre circulação de mercadorias e de capitais pelo espaço geográfico mundial é o grande objetivo do processo em curso (retornaremos a esse assunto mais adiante).

Com a finalidade de compreender melhor quais são os interesses dos capitalistas com a globalização é preciso recorrer, mesmo que brevemente, ao início do seu processo de formação, ou seja, como ocorreu a produção da globalização no tempo e no espaço.

As bases para o que hoje denominados de globalização foram alinhavadas no final do século 15, com as grandes navegações (lideradas por Portugal e Espanha), no começo da fase comercial do modo de produção capitalista. Mesmo que para aquele período histórico não seja adequado usarmos o termo globalização, foi nele que co-

meçou a expansão capitalista liderada pelos primeiros Estados nacionais europeus, cujo objetivo era encontrar novas rotas comerciais de longa distância com o Oriente, navegando pelo oceano Atlântico.

Os primeiros contatos e aproximações entre o Ocidente e o Oriente são bem anteriores ao século 15. O comércio continental de especiarias, a rota da seda e as viagens de exploração (feitas por chineses, europeus e árabes) são exemplos dessa aproximação, realizada alguns séculos antes das grandes navegações. Os povos árabes, por exemplo, controlavam as rotas comerciais por terra e mediaram durante séculos o comércio entre a Europa, a Índia e a China. No entanto:

[...] se essas culturas se tocavam, se comunicavam, não é menos verdade que giravam em órbitas diferentes. Cada uma possuía seu próprio centro, podendo até mesmo integrar elementos que vinham de fora, desde que adaptados a sua rotação (ORTZ, 1994, p. 35-36).

Nesse aspecto, a civilização chinesa que se estabeleceu inicialmente na bacia hidrográfica do rio Amarelo há mais de 2.000 a.C., formou uma civilização complexa e pujante, com o seu próprio centro e com uma cultura original. Também podemos observar a formação de civilizações antigas e complexas na Índia, no Oriente Médio (Mesopotâmia entre os rios Tigres e Eufrates) e na África (no Egito as margens do rio Nilo).

No entanto, é a partir da modernidade que o processo de globalização encontra as suas raízes históricas. Dussel (1995) considerou o ano de 1492 como a data do “nascimento” da modernidade, ainda que a sua gestação seja anterior. No fim do século 15, a Espanha era a única força da Europa em condições de promover uma conquista externa (conquista do Reino de Granada do domínio islâmico). Até esse momento a Europa ocupava uma posição periférica em relação ao mundo islâmico, mais forte e “desenvolvido” (DUSSEL, 1995).

A violência com que foi feita a reconquista ibérica foi o modelo utilizado para a colonização do novo mundo. Em um processo

de constituição da modernidade, a América Latina ocupou a posição de primeira periferia da Europa. Dussel (1995), assim como Quijano (2002), considera a “conquista” da América como parte importante na constituição da modernidade.

Durante o século 15 ocorreram inúmeras transformações que fortaleceram o renascimento comercial na Europa e estimularam, seguidamente, as navegações oceânicas. O aperfeiçoamento das caravelas, o uso da bússola e do astrolábio para localização geográfica, bem como o aprimoramento da cartografia possibilitaram melhorias significativas nas condições para a navegação em mar aberto. As navegações oceânicas foram realizadas com a finalidade de encontrar rotas alternativas para o comércio com as Índias e conduziram ao maior conhecimento da superfície terrestre por parte dos europeus.

No final do século 15 e no transcorrer do século 16, foram estabelecidas novas rotas comerciais com as Índias, assim como a invasão e a ocupação da América (colonialismo) e o tráfico de escravos africanos para o continente americano.

Entre os feitos mais conhecidos das navegações estão: 1) o reconhecimento da existência de uma ligação entre o oceano Atlântico e o Índico, navegando pelo sul da África, em viagem comandada pelo navegador português Bartolomeu Dias, abrindo caminho para o comércio com as Índias; 2) a chegada à América em 1492, em viagem comandada pelo navegador Cristóvão Colombo, financiada pelos espanhóis.

Podemos observar que a necessidade de expansão geográfica é intrínseca ao capitalismo. Para existir e continuar existindo, o capitalismo usa como uma das suas estratégias a expansão espacial. Como assertivamente apontou Moreira (2016, p. 77): “O capitalismo nasce e se desenvolve sob o signo da mundialização”. No período histórico abordado temos um duplo movimento acontecendo: 1) a formação e fortalecimento dos Estados modernos e; 2) o colonialismo.

[...] um, no *front* interno, com os Estados territoriais modernos formando-se a partir do controle sobre os camponeses, da propriedade privada absoluta e incon-

dicional e da soberania absoluta do monarca. E, no *front* externo, mediante a conquista colonial, com a reinvenção moderna da escravidão para fins mercantis na América, com o deslocamento forçado de negros e negras da África, com a servidão, depois da quase dizimação indígena na América; enfim, com a invenção, pela modernidade, da colonialidade. Eis, aqui, uma questão central constitutiva da ordem (contraditória) mundial ensejada desde o Renascimento e o Colonialismo: estamos, desde 1453-92, diante não só da constituição de um sistema-mundo, mas, também, de um sistema-mundo que é moderno-colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p.18).

Para Mignolo (2003, p. 81), no referido contexto histórico, ocorreu a formação de um sistema mundial colonial/moderno, no qual a colonialidade desempenha um papel importante na modernidade. Assim: “[...] a conexão do Mediterrâneo com o Atlântico através de um novo circuito comercial, no século 16, lança as fundações tanto da modernidade como da colonialidade.”

Modernidade e colonialidade são compreendidas como os dois lados do sistema mundial moderno. Não seria possível a existência da modernidade sem a exploração colonial que retirou ouro, prata e produtos agrícolas tropicais da América, além de escravizar povos indígenas autóctones e negros oriundos da África.

No transcorrer do século 16 seria prematuro falarmos de globalização. Seria um anacronismo, mesmo considerando o aumento do conhecimento sobre a superfície terrestre adquirido no referido período, bem como o ressurgimento do comércio de longa distância e a invasão e a ocupação da América. Para Ortiz (1994), são vários os indícios de sua incipiência, ou seja, trata-se dos primeiros ensaios para o que viria a ser a globalização capitalista atual.

Em meados do século 17 ocorreu a revolução financeira na Holanda e na Inglaterra. A nova forma de organização das finanças permitiu a ampliação dos capitais, via sistema de bancos e de crédito bem definidos (FIORI, 2014). Em virtude do início do declínio espanhol, a Holanda despontou como centro de poder e a cidade de Amsterdã se transformou no novo centro comercial europeu.

A revolução financeira foi uma inovação fundamental para sustentar o expansionismo capitalista, pois os recursos obtidos com os lucros proporcionados pelo comércio e a elaboração de um sistema bancário complexo foram utilizados em grande escala para financiar os projetos capitalistas. A partir do século 18, o processo de expansão mundial começou a ganhar uma forma mais nítida com as inovações técnicas e o aprimoramento do sistema financeiro.

Por volta da segunda metade do século 18, teve início a Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra. O novo modelo de produção introduziu uma transformação sem precedentes na história da humanidade. Com a Revolução Industrial o carvão mineral foi utilizado como a principal matéria prima para gerar energia. Posteriormente, ocorreu a criação do motor à combustão interna, sendo o petróleo a maior fonte de energia. O processo de industrialização foi pautado na contínua sofisticação das máquinas, o que permitiu a elevação da produção e da produtividade.

Hobsbawm (2009) considerou as revoluções ocorridas entre o final do século 18, até meados do século 19, como o período de conquista econômica capitalista do planeta pela burguesia. No decorrer do século 19, o capitalismo industrial expandiu-se pela Europa central e para os EUA. No Japão o processo modernizador começou a ganhar força no período Meiji, a partir de 1868.

Com a Revolução Industrial, a ascensão econômica e posteriormente política da burguesia e a expansão imperialista, a Inglaterra ocupou uma posição de destaque em âmbito mundial:

A Inglaterra organizava um sistema universal e se convertia na prodigiosa fábrica abastecedora do planeta: do mundo inteiro provinham as matérias-primas e sobre o mundo inteiro se derramavam as mercadorias elaboradas. O Império contava com o maior porto e o mais poderoso aparato financeiro de seu tempo, tinha o mais alto nível de especialização comercial, dispunha do monopólio mundial dos seguros e dos fretes e dominava o mercado internacional do ouro (GALEANO, 1987, p. 196).

Em 1880, conforme Hobsbawm (2009, p. 31), o mundo já seria praticamente global: “Quase todas as suas partes agora eram conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos adequado”. Todavia, segundo observou Ortiz (1994) no século 19 ainda existiam fatores limitadores para a emergência de um mundo globalizado. As principais limitações seriam: 1) a dificuldade física para superar as longas distâncias; 2) as relações diplomáticas precárias entre os Estados; 3) as limitações para estabelecer comunicação com lugares distantes (mesmo com a existência do telégrafo) e; 4) a fraqueza dos laços econômicos e diplomáticos entre as nações.

No final do século 19, a globalização – como conhecemos hoje – é apenas uma potencialidade que ainda não se realizou plenamente, ainda que as suas principais características já estejam materializadas ou em fase de materialização (mobilidade de capital, mercadorias, pessoas, integração comercial e avanços no sistema de comunicação e transportes). As limitações existentes ainda são um obstáculo para a densa integração comercial e financeira, especialmente no que diz respeito às dificuldades para a comunicação de longa distância e as barreiras protecionistas existentes.

Entre o final do século 19 e o início do século 20, as disputas entre as potências europeias pelo controle do espaço mundial foram acirradas. O desenvolvimento científico, tecnológico e militar (realizados como uma política de Estado) aumentou. O desejo de construir uma hegemonia mundial impulsionou as disputas entre as potências imperialistas.

Tordesilhas e Greenwich são a expressão da disputa pela hegemonia no mundo moderno-colonial. De início, sob o mando da Cruz e das finanças do comércio – o mundo sob a hegemonia ibérica de Tordesilhas –, e depois, sob o mando da ciência e das finanças da indústria – o mundo sob a hegemonia inglesa. Ambas, entretanto, com uma boa armada dando suporte à Igreja, à Técnica (Ciência) e ao Dinheiro (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 20).

Em um mundo cada vez mais complexo e tenso, a definição de um tempo único, estendido em âmbito mundial, foi fundamental para a realização de um projeto global. Introduz-se na vida cotidiana a disciplina do tempo marcado pelo relógio mecânico, uma contagem do tempo cada vez mais universal. Um marco histórico foi à definição, no ano de 1884, do meridiano de Greenwich, que passa sobre o observatório real inglês situado no distrito de Greenwich, próximo à cidade de Londres. O meridiano tem por função calcular as distâncias em longitude e definir os fusos horários no mundo.

A escolha de Greenwich como meridiano de referência de uma hora universal não é algo meramente técnico. Ela tem um significado muito mais amplo. O mundo no qual os homens agora circulam, para se unificar, tem que ajustar a maneira de contabilizar o fluir do tempo, sem o que sua racionalidade não encontra meios para se concretizar. O tempo, representação social por excelência, se adequa às exigências de uma civilização urbano-industrial. Tempo mundial, que se impõe a todos os países, independentemente de suas peculiaridades, ou de suas idiosincrasias (ORTIZ, 1994, p. 51).

O acerto universal dos relógios rompeu com as diferenças locais e cotidianas na forma de contabilizar o tempo e foi necessário para a ampliação do comércio internacional, bem como para o estabelecimento de um sistema financeiro que começou a se articular em rede. A vida das pessoas tem que se ajustar ao tempo do relógio mecânico e isso é válido tanto no campo pessoal como no profissional. Os trabalhadores, agora em grande número assalariados, vendem o seu trabalho por um período de tempo contado pelo relógio. Um relógio disciplinador, pois exige ordem, controle, supervisão e rendimento.

O controle do tempo pelo relógio mecânico e o ajuste dos relógios com base no meridiano de Greenwich, também permitiu às grandes empresas orquestrarem uma ação global. As empresas passaram a atuar em múltiplos lugares, promovendo uma revolução no mercado.

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

Tomada como fenômeno físico, a percepção do tempo real não só quer dizer que a hora dos relógios é a mesma, mas que podemos usar esses relógios múltiplos de maneira uniforme. [...] a operação planetária das grandes empresas globais vai revolucionar o mundo das finanças, permitindo ao respectivo mercado que funcione em diversos lugares durante o dia inteiro. O tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles (SANTOS, 2004, p. 28).

O relógio estabeleceu uma nova dinâmica para a organização social, na qual o ser humano ficou “refém” das horas na realização das suas atividades de trabalho e da vida em geral. A padronização dos horários mundiais também foi um elemento importante para a emergência, na metade final do século 20, de um sistema financeiro globalizado e articulado em uma densa rede capaz de funcionar 24 horas por dia. Nesse sistema, é possível, a partir de um determinado lugar, interagir com os outros.

O transcorrer do século 20 foi caracterizado, simultaneamente, pela intensificação da procura por integração econômica internacional, duas guerras mundiais, dezenas de conflitos geopolíticos (a Guerra Fria foi o principal deles), ampliação dos laços políticos (criação de organizações internacionais) e aprofundamento das contradições produzidas pelo modo de produção capitalista.

A raiz das contradições capitalistas está na relação entre capital e trabalho, especialmente na forma como ocorre a compra e a venda da força de trabalho. Os donos dos meios de produção se apropriam da mais valia gerada pela força de trabalho e concentram em suas mãos cada vez mais capital à custa da exploração do trabalhador. O objetivo da classe capitalista é manter o salário dos trabalhadores o mais baixo possível, bem como a existência dos desempregados que constituem um exército de reserva disponível para trabalhar. Assim, a pobreza e a miséria aumentaram em inúmeras partes do mundo, com mais vigor nos países periféricos onde a relação entre capital e trabalho é ainda mais perversa. No dizer de Damiani (2004, p. 19): “É

preciso ficar claro que a acumulação da riqueza, nos termos em que se dá, é ao mesmo tempo acumulação da miséria [...]”.

A concentração e a centralização da renda e da riqueza nas mãos da classe capitalista possibilitaram segundo Harvey (2016) que os detentores do capital influenciassem desproporcionalmente a opinião pública e o aparelho estatal. Com isso, a classe capitalista teve a proteção de um Estado que possui o monopólio da violência e da criação do dinheiro e usa desse privilégio para atender aos seus interesses.

Os bancos centrais sempre salvam os bancos, mas nunca as pessoas. É isso que mostra a tendência à formação de uma plutocracia global e ao aumento inacreditável da disparidade de renda e riqueza na maioria dos países do mundo (HARVEY, 2016, p. 160).

Nas últimas décadas do século 20, foram consolidadas as condições necessárias para a efetivação da globalização atual. Santos (2004) destacou como elementos fundamentais para a produção da globalização: a unicidade técnica (um conjunto de técnicas com a capacidade de envolver todo o planeta instantaneamente); a convergência dos momentos (os momentos vividos convergem, pois temos a capacidade de saber rapidamente sobre o acontecer dos outros); o motor único (a mais-valia universal obtida por uma produção em escala mundial); e a cognoscibilidade do planeta (o conhecimento profundo do planeta).

Na avaliação de Arrighi (2003), a globalização é vista como um período caracterizado pela ampliação das relações econômicas no mundo. Entre os processos que se apresentam como globalização, o autor destaca o elevado número de corporações nas quais a procura por lucro rompe com os limites definidos pelas fronteiras nacionais. O fato conduz a ideia de um mercado econômico global e a defesa de um Estado mínimo, ou seja, a existência de um mercado global único e desregulado (o retorno da desgastada doutrina do mercado autorregulado). O que se observa recentemente foi:

[...] a mudança de um sistema financeiro global controlado por uma hierarquia de agências governamentais lideradas pelos Estados Unidos para um sistema financeiro igualmente global, no qual os governos têm pouco controle sobre suas finanças e competem duramente entre si para obter favores e assistência do capital controlado privadamente (ARRIGHI, 2003, p. 14).

A globalização tornou-se uma realidade. No entanto é preciso perguntar que tipo de globalização a sociedade ocidental moderna produziu? Quem realmente é beneficiado com a globalização? Quais são os custos sociais e ambientais da globalização? Vamos atentar para essas questões na sequência do livro.

## **2.2 Uma globalização perversa**

A partir da terceira revolução industrial foram ampliadas as possibilidades de integração econômica em âmbito mundial, com isso o capitalismo ganhou a escala da globalização. A vontade dos capitalistas de criarem um mercado mais amplo e integrado – guardadas as devidas proporções – vem desde a origem do modo de produção capitalista, quando a burguesia procurou romper com as limitações territoriais estabelecidas pelo feudalismo. A globalização materializou-se na paisagem a partir das décadas finais do século 20, quando as condições políticas, econômicas e técnicas estavam dadas. Com relação ao exposto:

[...] os projetos globais têm sido o projeto hegemônico para o gerenciamento do planeta. Esse projeto mudou várias vezes de mãos e de nomes, mas as vezes e os nomes não estão enterrados no passado. Pelo contrário, permanecem vivos no presente, mesmo que a tendência mais visível seja *transformar o planeta em um mercado global*. Contudo, não é difícil enxergar que, atrás do mercado, como objetivo último de um projeto econômico que se tornou um fim em si mesmo, existem a missão cristã do colonialismo moderno inicial (Renascença), a

missão civilizadora da modernidade secularizada e os projetos de desenvolvimento e modernização posteriores à Segunda Guerra Mundial (MIGNOLO, 2003, p. 46-47, grifo nosso).

Os projetos globais instituídos pelos europeus foram impostos pela força ou pela sedução para outras partes do mundo (como no caso da América Latina, da África e da Ásia). Esses projetos foram: [...] fermentados, por assim dizer, nas histórias locais dos países metropolitamos; são implementados, exportados e encenados de maneira diferente em locais particulares [...]” (MIGNOLO, 2003, p. 99).

Na segunda metade do século 20, mais precisamente no final da década de 1980, as nações capitalistas centrais e as corporações transnacionais impuseram um projeto de globalização. Para efetivá-lo foi preciso estimular as inovações técnicas, que cresceram vertiginosamente.

Entre as principais inovações temos o lançamento de foguetes para colocar satélites artificiais na órbita da Terra (o *Sputinik*, primeiro satélite artificial, foi lançado em 1957), a criação da internet (em 1969, com base em pesquisas militares), o desenvolvimento do computador, os avanços na robótica, a inteligência artificial, a química fina, a energia nuclear, o aprimoramento dos meios de transporte (cada vez mais rápidos e eficientes), o telefone móvel, as redes sociais, entre tantas outras inovações. Essas transformações contribuíram para a produção e disseminação da globalização.

Podemos dizer que a globalização atual se manifesta como uma tendência de expansão econômica dos mercados. De acordo com Ianni (1997, p. 24): “A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência”. Estamos falando de uma tendência da globalização que é a busca por mais fluidez, via integração econômica, com a finalidade de aumentar o lucro das grandes empresas ligadas ao mercado produtivo e financeiro.

Na análise elaborada por Benko (1996, p. 42), a globalização é compreendida como: “[...] o espaço de acumulação flexível que se caracteriza por uma hipermobilidade do capital”. A ampliação das possibilidades de mobilidade do capital pelo espaço mundial é um dos elementos característicos da globalização. Essa é a grande novidade do referido período, ou seja, o capital assume uma posição internacionalizada, cujas fronteiras físicas não são grandes obstáculos à sua penetração.

Se o capital aparece como entidade global, é apenas em razão da internacionalização de todos os seus circuitos. Estamos aqui diante, não exclusivamente da difusão extraordinária da “cultura mercantil”, mas, muito mais, da “exportação” da própria relação capitalista no interior de uma multidão de centros e de redes de acumulação transnacionais (BENKO, 1996, p. 44).

Ao tecer sua argumentação, Benko (1996) destacou quatro características do processo em curso: 1) aceleração no ritmo de mobilidade do capital, que pressupõe a fragmentação da produção e uma interação comercial mais flexível, capaz de ampliar os canais para a circulação de mercadorias; 2) elevação da concorrência entre os espaços nacionais, blocos inter-regionais e empresas transnacionais; 3) crescimento dos mercados e ampliação do comércio mundial e; 4) o Estado-nação assume o papel da definição de políticas “nacionais”, ao passo que a ação do capital solapa a coerência de tais políticas.

Atualmente o capital é capaz de se movimentar rapidamente em uma complexa rede internacional. Os investimentos especulativos, por exemplo, fluem de um lugar para o outro com um simples toque na tela do computador ou do *smartphone*. As mercadorias produzidas pelas empresas também circulam por densas redes que exigem cada vez mais liberdade de fluxo.

Quijano (2002) enxergou as seguintes tendências com o aprofundamento da globalização: 1) a riqueza está cada vez mais concentrada; 2) a polarização entre uma minoria rica e uma maioria

pobre; 3) um incremento na superexploração do trabalho; 4) a expansão do desemprego; 5) o crescimento das formas não-salariais de controle do trabalho (trabalho escravo, servil) e; 6) o predomínio da acumulação especulativa e financeira.

Estamos diante de um período marcado por um forte antagonismo: a enorme capacidade social de produzir riqueza e a extrema “dificuldade” para distribuir de uma maneira mais justa a riqueza socialmente produzida. Uma dificuldade propositalmente instalada.

Para promover a internacionalização dos circuitos do capital (capazes de fortalecer a concentração da renda) e dificultar a sua justa distribuição, foi instituído um bloco imperial mundial com força suficiente para impor o seu modelo aos demais países. O bloco imperial mundial é formado pelos modernos Estados-nação do “centro” do sistema mundial, por entidades intergovernamentais (como Otan, FMI, Banco Mundial, Clube de Paris) e pelas grandes corporações globais. Esses agentes formaram um governo global “invisível”.

A emergência do bloco imperial mundial – talvez seria melhor chamá-lo diretamente global? – implica, obviamente, que os demais Estados são submetidos à redução crescente de sua autonomia. Isso ocorre, em particular, com aqueles Estados e sociedades que não atingiram o processo de formação de modernos Estados-nação ou não avançaram nele. E se, de outro lado, se observa o que ocorre com a sociedade, com as diferenças sociais, culturais e políticas que produzem a imposição mundial do neoliberalismo como matriz de política econômica, tanto dentro de cada país como entre países, pode-se perceber sem dificuldade que essa erosão contínua da autonomia (ou soberania) de tais Estados, consiste sobretudo na desdemocratização da representação política da sociedade no Estado e, desse modo, na desnacionalização da sociedade e do Estado. Isso é o que mostra às claras a associação estrutural entre as necessidades do capital financeiro, dos mecanismos especulativos de acumulação, e as tendências de reconcentração mundial do controle da autoridade pública, cuja maior expressão atual é o bloco imperial mundial (QUIJANO, 2002, p.11-12).

No desenrolar de sua argumentação, o referenciado autor expõe que a globalização não se trata de um fenômeno “natural” e inevitável. Trata-se, na realidade, do resultado do conflito pelo poder, cujas forças vitoriosas representam a colonialidade e o capitalismo. O projeto de poder global vitorioso só beneficia um restrito grupo, sendo perverso para a maioria da população mundial.

Stiglitz (2016), também teceu forte crítica à globalização. O autor criticou dois pontos principais: 1) liberalização financeira e 2) efeitos da globalização no comércio. Com relação ao primeiro ponto, os agentes financeiros procuram na política uma maneira de estabelecer um conjunto de regras que tragam benefícios para o seu grupo, em detrimento dos trabalhadores, que são forçados a submeterem-se ao desemprego e aos baixos salários. Destarte: “Quando nos interrogamos como é possível que as agências financeiras enriqueçam tanto, parte da resposta é simples: ajudaram a redigir uma série de regras que as beneficiam [...]” (STIGLITZ, 2016, p. 126).

As regras que definem o livre mercado global são pensadas para favorecer apenas os que controlam de fato o mercado produtivo e financeiro, não a sociedade em geral. Por isso os bancos ganham tanto e os trabalhadores, por seu turno, apropriam-se de uma parte cada vez menor da riqueza gerada pelo seu trabalho.

Em relação ao segundo ponto, é evidente que o livre comércio internacional tem aumentado o poder das grandes empresas e limitado cada vez mais as possibilidades de negociação dos trabalhadores. Em virtude da capacidade de mobilidade pelo espaço geográfico mundial, uma empresa pode ameaçar os trabalhadores de fechar as suas portas e se transferir para outro país, caso os empregados não aceitem salários menores e leis flexíveis. Algumas vezes as ameaças são cumpridas, mesmo com o atendimento das exigências.

As grandes empresas, uma vez que conseguiram que os governos definissem as regras da globalização de forma a aumentar o seu poder negocial com os trabalhadores, podem agora condicionar a máquina política e exigir

menos impostos. Ameaçam o país onde se encontram: se não baixarem os nossos impostos, iremos para outro lado, onde somos taxados com impostos baixos (STI-GLITZ, 2016, p. 127).

O mercado financeiro e as grandes empresas adquiriram tamanho poder que são capazes de ameaçar tanto os trabalhadores como os próprios países, caso os seus interesses particulares não sejam atendidos. O “jogo” é cada vez mais desigual. As empresas transnacionais – algumas delas inclusive possuem uma receita maior do que o PIB de um país – ameaçam os governos locais dizendo que irão fechar as portas e transferir a produção para outra nação. Com receio do desemprego e da redução na arrecadação de impostos, o governo procura atender as reivindicações do capital, que exige cada vez mais flexibilização. Ainda assim, centenas de empresas fecharam as suas portas nos EUA e na Europa Ocidental e transferiram as suas atividades para a China ou o sudeste asiático.

A defesa de um Estado desregulado feita pelos neoliberais tem como pano de fundo o estabelecimento de um Estado regulado por eles. Isso significa que foram estabelecidas novas regras políticas e econômicas para favorecer os seus formuladores, ou seja, 1% da população detentora do grande capital. O capital se multiplica, já os empregos são cada vez mais precários.

Essa é a loucura que vivenciamos repetidas vezes nos últimos quarenta anos. Capital excedente e uma massa cada vez maior de mão de obra excedente e descartável repousam lado a lado, sem que haja nenhuma maneira de uni-los para produzir os valores de uso tão urgentemente necessários (HARVEY, 2018, p. 204).

O crescimento do capital global, na atualidade, vem acompanhado do descarte de uma parte significativa da força de trabalho. O salário dos trabalhadores que continuam empregados também não tem subido no mesmo ritmo do crescimento do capital (mais adiante abordaremos essa questão).

Na análise elaborada por Santos (20004) podemos verificar que a globalização tem se manifestado como um processo produtor de perversidade para a maioria da população. A perversidade é caracterizada pela: tirania da informação e do dinheiro; competitividade; confusão dos espíritos; globalitarismo (globalização como totalitarismo); perversidade sistêmica e o despotismo do consumo. Vamos examinar, em um primeiro momento, o papel do consumo e do consumismo, pois esse modelo tem promovido sérios problemas tanto nos países ricos como nos pobres.

Para sustentar o motor produtivo moderno (pautado no crescimento a qualquer custo) foi imposto o consumismo como um modelo a ser seguido pela sociedade. Nesse modelo, as mercadorias e os serviços oferecidos devem ser rapidamente colocados em movimento e, posteriormente, substituídos com a mesma velocidade por meio da obsolescência programada. É preciso produzir, vender e jogar fora o mais rápido possível. Com a instituição dessa nova lógica, os seres humanos não são mais tratados como seres humanos e sim como seres consumidores.

Raymond Willians diz que nada há de mais corriqueiro do que tratar os membros das sociedades contemporâneas como "consumidores". Nos acostumamos a tal ponto a percebê-los desta maneira, que dificilmente conseguiríamos imaginá-los de outro jeito [...] Concepção bizarra, que assimila o indivíduo a um "canal sobre o qual os produtos navegam e desaparecem" (para falar como o autor), indivíduo-meio, no qual as coisas circulam como informação (ORTIZ, 1994, p. 146).

O "valor" de uma pessoa na sociedade de consumo é medido pela sua capacidade de consumir. O desejo de consumir cada vez mais foi embutido na cabeça das pessoas pelo pesado *marketing* das empresas. As propagandas criam e estimulam o desejo pelo consumo. A voracidade para consumir é a meta a ser atingida.

O endividamento via crédito bancário foi à solução encontrada para prolongar o consumismo ao máximo, visto que o salário dos tra-

balhadores não é suficiente para manter o ritmo da produção. Temos uma sociedade cada vez mais endividada em virtude da aquisição de produtos desnecessários ou supérfluos. As regras do jogo são essas e isso deve ser feito cada vez mais rápido e em nível mundial para manter o ritmo de acumulação de capitais. Essa ideologia é alienante:

[...] isto é, uma perspectiva de horizonte temporal muito curto onde existe um "crescimento" do consumo sem referência às necessidades humanas reais. Esta diminuição do horizonte temporal resulta da função dominante da taxa de mais-valia, porque esta taxa determina o ritmo de acumulação [...] (AMIN, 1976, p. 58).

As mercadorias devem ser produzidas sem relação direta com as necessidades reais das pessoas. A utilidade do produto não é o mais importante, o importante é o consumo pelo consumo, ou seja, o consumo voltado para o crescimento econômico. Para Ortiz (1994, p. 119): "As mercadorias têm de ser adquiridas independentemente do seu 'valor de uso'. A ética do consumo privilegia sua 'inutilidade'". Por trás desse modelo imposto a sociedade está o desejo de ampliar o ritmo de acumulação.

Na crítica elaborada por Santos (2004, p. 49), encontramos que o consumo aparece como: "[...] o grande fundamentalismo do nosso tempo", visto que o consumismo e a competitividade conduzem: "[...] ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo".

Para manter o ritmo do consumismo é preciso investir constantemente em inovação. Na ânsia por inovação, os países centrais e suas grandes empresas passaram a focar no desenvolvimento da pesquisa, o que contribuiu decisivamente para a difusão da globalização. As pesquisas e as inovações técnicas foram fundamentais para promover maior velocidade para as práticas capitalistas.

Quando a distância percorrida numa unidade de tempo passou a depender da tecnologia, de meios artificiais de transporte, todos os limites à velocidade do movimento,

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

existentes ou herdados, poderiam, em princípio, ser transgredidos. Apenas o céu (ou, como acabou sendo depois a velocidade da luz) era agora o limite, e a modernidade era um esforço contínuo, rápido e irrefreável para alcançá-lo (BAUMAN, 2001, p. 16).

Nesse ponto da discussão é válido atentarmos para o papel da técnica na produção da globalização. As técnicas constituem um sistema que atua de forma integrada. Vejamos o seguinte exemplo: a possibilidade de conectar computadores (que são objetos técnicos) na internet (outro objeto técnico), criou uma rede de comunicação com uma velocidade impressionante para a circulação da informação.

A comunicação no ciberespaço é tão rápida que uma informação saída de Buenos Aires, capital da Argentina, leva apenas 480 milésimos de segundo para chegar à Nova York, nos Estados Unidos da América (BUZAI, 2004). Para Bauman (2001, p. 16) “A velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos à posição de principal ferramenta do poder e da dominação”. Nesse sentido, o poder, para se efetivar, procura romper com as fronteiras e barreiras existentes no território.

Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular um que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, e imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem (BAUMAN, 2001, p. 22).

As grandes empresas transnacionais, o mercado financeiro e os países centrais apropriam-se politicamente das técnicas e, com isso, possuem as condições para impor aos outros uma agenda política e econômica em seu benefício. A técnica está a serviço do dinheiro, que vem em primeiro lugar. A preocupação com o bem estar das pessoas fica em segundo ou terceiro plano.

Em vez do sentido de domínio da tecnologia para colocar o saber a serviço do atendimento das necessidades sociais, o controle da tecnologia vem sendo usado como detenção do poder de utilizar uma determinada técnica à disposição da sociedade, independentemente do seu produto ser ou não do interesse social. Em consequência disso, em vez de ser um instrumento de libertação social, o chamado controle tecnológico passou a ser um instrumento de dominação da sociedade, posta a serviço do avanço técnico. Isso é ainda mais grave nos países dependentes, onde chama-se avanço tecnológico a cópia dos padrões de consumo de países com sofisticadas técnicas, independentemente das consequências sociais do uso destas técnicas. Nestes casos, os países são controlados por um avanço técnico que eles não conhecem (BUARQUE, 1990, p. 77).

O controle político da técnica pelos grandes detentores do capital possibilitou a produção de um mundo globalizado cada vez mais dependente da técnica e subordinado aos interesses econômicos. Para esse modelo de globalização concretizar-se também foi necessário a introdução das ideais neoliberais.

Essa combinação de consenso neoliberal, livre fluxo de capitais e reestruturação produtiva incorporando as novas tecnologias foi o que permitiu a efetiva globalização, a partir do qual ocorrerá a emergência das novas estruturas econômicas e políticas – domésticas e internacionais –, definido a nova lógica de expansão do sistema capitalista e renovando o significado da ciência e do progresso (DUPAS, 2012, p. 151).

Assim, podemos dizer que a principal característica do atual processo de globalização é a expansão dos mercados e a constituição de redes de acumulação transnacionais com elevada mobilidade. A prioridade das ações políticas é a abertura de mercados atrelada à liberdade econômica em detrimento do bem estar coletivo das pessoas.

Os neoliberais defendem uma política externa de abertura dos mercados e redução, ou até mesmo a eliminação das tarifas alfandegárias. Com isso, suas empresas conseguem ampliar os seus lucros. A mais-valia, antes restrita à produção local ou regional, agora pode ser obtida em distintas áreas do espaço mundial. Isso favorece a concentração de capital nas mãos de poucas empresas, capazes de obter mais-valia em praticamente todo o planeta.

As empresas transnacionais fragmentam a produção pelo mundo. Nesse modelo cada parte de uma mercadoria pode ser produzida em um país diferente, para depois ser finalizada. A partir dessa nova lógica de produção, uma parcela significativa das mercadorias, feitas inicialmente nos Estados Unidos, foi deslocada para o México ou para a China, em virtude dos menores salários pagos aos trabalhadores. Agora já existe uma expansão com destino a alguns países do continente africano.

Nos países periféricos, as grandes empresas transnacionais procuram alguma forma de associação com os políticos locais. As vantagens obtidas são: isenção fiscal; leis ambientais frágeis; pagamento de salários inferiores aos praticados nos países centrais e potencial mercado consumidor interno. Além do mais, a corrupção existente nas relações com os políticos permite que o interesse das grandes empresas seja favorecido.

No mundo em que mandam os mercados da riqueza financeira e a concorrência entre as grandes corporações, os cidadãos estão divididos entre vencedores e perdedores. Os primeiros, ao acumular capital financeiro, gozam do “tempo livre” e do “consumo de luxo”. Os demais se tornam dependentes crônicos da obsessão consumista e do endividamento, permanentemente ameaçados pelo desemprego e, portanto, obrigados a competir desesperadamente pela sobrevivência (BELLUZZO, 2015, p. 27).

Outro problema verificado na atualidade, segundo Dupas (2012, p. 280) foi a: “[...] transição da exploração para a exclusão”. O agravante é que estamos vivendo um momento no qual a maior

perversidade produzida pelos atores hegemônicos que controlam o modo de produção capitalista é a constituição de uma sociedade de excluídos. No mundo todo vêm crescendo o número de pessoas excluídas da livre mobilidade, excluídas do trabalho com carteira assinada e com as garantias constitucionais, excluídas da riqueza socialmente produzida, excluídas do acesso à educação e à saúde de qualidade, excluídas de um meio ambiente com qualidade de vida, excluídas dos seus territórios tradicionais e excluídas daquilo que lhes foi prometido pela globalização: o desenvolvimento.

A globalização também reforçou a Divisão Internacional do Trabalho. Nesse quesito, a constituição de um mercado mundial, no qual as mercadorias e a informação circulam em rede e com certa facilidade, estimularam ainda mais os países a se especializarem em determinados setores, nos quais são mais competitivos internacionalmente.

Vejamos o caso do Brasil. O país aderiu à onda neoliberal, especialmente a partir da década de 1990, e promoveu parcialmente a abertura dos mercados. Nesse contexto, o país passou a se especializar em alguns segmentos. Antes de tratar desse tema é necessário mencionar que a Divisão Internacional do Trabalho não impediu a diversificação da economia brasileira, apenas incentivou alguns poucos setores em detrimento de outros.

No Brasil, a escolha principal foi a agropecuária e a mineração. Tal escolha não é novidade nenhuma, pois basta recorrer à história do país para confirmar que isso vem de longa data (praticamente desde o começo da colonização portuguesa com o ciclo do açúcar e a mineração do ouro).

Atualmente, não há como falar da agricultura e da pecuária sem abordar o tema do agronegócio. O agronegócio é uma rede integrada internacionalmente e controlada por poderosas empresas que estabelecem as diretrizes de todo o processo produtivo. Existe pouca margem de manobra para negociação, a maioria dos produtores agrícolas que foi inserida nessa poderosa rede deve seguir as orientações definidas externamente.

A soja, um dos carros-chefes do agronegócio brasileiro, é uma *commodity* cujo preço é negociado na Bolsa de Mercadorias de Chicago, situada nos Estados Unidos. A economia brasileira concentrou as suas estratégias na produção primária e na exportação de *commodity*. Tal orientação possibilitou, durante certo período de tempo, o crescimento econômico do país. Porém, tal estratégia, ainda que contribua para o crescimento econômico beneficia na prática poucas pessoas.

Para romper com esse modelo dependente (orquestrado internacionalmente e com forte apoio interno) é necessário que os países periféricos passivos articulem um processo de desenvolvimento baseado em um conjunto de potencialidades capazes de mobilizar territorialmente um grande número de pessoas. Milton Santos (2004) colocou a questão da seguinte maneira:

A nação chamada passiva é constituída pela grossa maior parte da população e da economia, aqueles que apenas participam de modo residual do mercado global ou cujas atividades conseguem sobreviver à sua margem [...]. As atividades dessa nação passiva são frequentemente marcadas pela contradição entre a exigência prática da conformidade, isto é, a necessidade de participar direta ou indiretamente da racionalidade dominante, e a insatisfação e inconformismo dos atores diante de resultados sempre limitados (SANTOS, 2004, p. 157).

A nação passiva torna-se ativa ao tomar consciência (a partir da experiência da escassez) dos problemas existentes. Tal fato possibilita a construção de um novo projeto, com um dinamismo autêntico, próprio e capaz de promover uma outra política e uma outra economia (SANTOS, 2004). Para a efetivação de um novo projeto seria necessário que a:

[...] criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização

das potencialidades dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (FURTADO, 1999, p. 65).

Nos últimos séculos o esforço humano tem sido demasiadamente canalizado para a inovação técnica. Existe uma valorização excessiva em tudo que diz respeito à tecnologia. Por exemplo, nas universidades os maiores investimentos vão para as pesquisas em inovação técnica. Isso está fundado na necessidade intrínseca de acumulação econômica. Porém, é necessário ponderar que o problema não está na inovação técnica favorecida pela globalização, mas no uso político dado a técnica. O problema não está na proposta de integração estabelecida pela globalização, mas na forma como o atual modelo foi organizado para favorecer interesses específicos de determinados grupos.

Creio que a globalização tem o potencial de trazer enormes benefícios para as populações tanto do mundo em desenvolvimento como no desenvolvido. Mas há provas avassaladoras de que ela não tem estado à altura desse potencial. [...] o problema não está na globalização em si, mas no modo como ela foi gerida [...]. As regras do jogo foram, em larga medida, estabelecidas pelos países industrializados avançados – e, em particular, pelos interesses especiais dentro desses países – e eles moldaram a globalização para promover seus interesses próprios, o que não surpreende. Eles não procuraram criar um conjunto justo de regras, muito menos um conjunto de regras que promovesse o bem-estar dos habitantes dos países mais pobres do mundo (STIGLITZ, 2007, p. 62-63).

A expansão capitalista teceu uma densa rede capaz de integrar o comércio e as finanças no espaço mundial. Nessa rede globalizada as grandes empresas transnacionais, o sistema financeiro, as poderosas instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC, entre outras), e os países considerados como potências econômicas centrais procuram definir as diretrizes que devem ser seguidas. A fluidez oriunda dos avanços técnicos permite rápida mobilidade ao

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO .....

capital, o que empodera cada vez mais os referidos grupos, produzindo laços de dominação e subordinação.

É importante ressaltar que o problema não está na integração do mundo, mas na violência orquestrada pelo bloco imperial mundial, cuja finalidade é manter a concentração da riqueza nas mãos de 1% da população mundial.

Trata-se, pois, não de deter a integração do mundo, mas de permitir seu desenvolvimento mais completo, de liberá-la tanto quanto possível de conflitividade sistemática e de violência extrema, de modo que a diversidade da espécie deixe de ser um argumento da desigualdade na sociedade, que as relações sociais entre as várias identidades entre a população do planeta possam ser entre seres socialmente iguais e individualmente livres (QUIJANO, 2002, p. 23).

Não há mais dúvidas de que a desigualdade é um dos grandes problemas da atualidade. No entanto, ao invés de encontrar alternativas para promover um processo de integração mundial com redução das desigualdades, o que observamos é exatamente o contrário. Nesse quesito Piketty (2014) constatou que:

Se o patrimônio do décimo superior ou do centésimo superior da hierarquia mundial do capital avançam mais rápido do que o dos décimos inferiores, a desigualdade da riqueza tende a se ampliar sem limites. Esse processo pode tomar proporções inéditas dentro de uma nova economia global (PIKETTY, 2014, p. 420).

Mesmo considerando as incertezas dos dados e das estimativas disponíveis em relação a distribuição da riqueza mundial, o referido autor procurou organizar as informações existentes com a finalidade de contribuir para o entendimento da desigualdade. Seguem os resultados:

Se adotarmos a mesma abordagem global desses relatórios e confrontarmos as diferentes estimativas disponíveis, podemos chegar mais ou menos à seguinte conclusão [...]. A parcela do milésimo superior atualmente parece estar próxima de 20% do patrimônio total, a do centésimo superior, perto de 50% do patrimônio total, e a do décimo superior, entre 80% e 90%; a metade inferior da população possui, sem dúvida, menos de 5% do patrimônio total (PIKETTY, 2014, p. 427).

Os valores apresentados com relação a distribuição do patrimônio são perversos e assustadores. A perversidade da globalização está na escolha política feita pelos governos para favorecerem apenas uma pequena parte da população por meio de práticas como o neoliberalismo. Romper com a lógica perversa instituída internacionalmente pelo bloco imperial mundial, cuja principal característica é a colonialidade do poder, é tarefa para os que desejam uma outra globalização e um outro tipo de desenvolvimento. Robert Muggah (2019) cita algumas ações que considera prioridade:

[...] o fomento ao crescimento inclusivo e à redução de desigualdades gritantes, a prevenção de pandemias e superagentes infecciosos, a regulação das engenharias genética e biológica, a formulação de regras para a gestão da segurança cibernética, o manejo dos fluxos de migrantes e refugiados e a imposição de regras comerciais exequíveis para a economia global do século 21 (MUGGAH, 2019, p. 3).

A lista apresentada oferece-nos a oportunidade para refletir sobre os encaminhamentos necessários para promover uma vida melhor. No entanto, temos falhado em atingi-la, tal fato ficou evidenciado com a pandemia da Covid-19 no mundo e com o vazamento de mais de 230 milhões de dados no Brasil, contendo informações sigilosas que deveriam ser protegidas.

## 2.3 Uma sociedade em crise permanente

A irracionalidade do paradigma de desenvolvimento (pautado nos ideais liberais e neoliberais) estabelecido pela sociedade ocidental capitalista, cujo atual período de globalização perversa marca o seu ápice, produziu uma crise social, econômica e ambiental permanente – especialmente para a população mais pobre. Não se trata de qualquer crise, mas de uma crise global que permeia quase todos os aspectos da vida humana.

O capitalismo, desde a sua origem na Europa, passou historicamente por períodos e por crises. Os períodos foram marcados por certa coerência entre as variáveis, já as crises por um momento em que a ordenação estabelecida foi comprometida (Santos, 2004). Períodos e crises se sucediam no transcorrer do tempo. Benko (1996), também comunga com a ideia de que o capitalismo passou historicamente por ciclos marcados por crises periódicas.

Uma das crises econômicas mais comentadas foi a de 1929, com grande repercussão internacional. A crise de 1929, também conhecida como grande depressão, foi iniciada a partir de uma forte queda no valor das ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos. Os níveis de desemprego aumentaram fortemente e muitas empresas faliram. A intervenção do Estado por meio de obras públicas e benefícios sociais foi um dos fatores que possibilitou a saída da crise.

No entanto, atualmente, conforme constatou o geógrafo Milton Santos (2014), vivemos um período que é uma crise. Isso pode ser considerado como uma novidade, pois tal fenômeno não foi observado em nenhum momento anterior. Período e crise se fundem e formam uma teia complexa e perigosa, na qual apenas uma minoria da população é beneficiada.

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo in-

fluenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos (SANTOS, 2004, p. 34).

O período/crise atual é um dos resultados das ações promovidas pelas pessoas que controlam o capital e defendem mais liberdade para o funcionamento da economia. O desejo real dos controladores do capital não está na liberdade em si, mas na liberdade política para promover as ações capazes de elevar as suas taxas de lucro. Para isso ocorrer e se manter, esses controladores organizam atividades degradantes do ponto de vista político, social e ambiental. Trataremos de tais questões mais adiante.

O objetivo principal dos controladores do sistema e detentores do poder é obter mais dinheiro e para conseguir mais dinheiro é necessário mais investimento (produtivo e/ou especulativo), pois dinheiro parado não se reproduz. Isso estabelece um ciclo contínuo e em expansão no qual muitas das ações degradam o meio ambiente e produzem pobreza. Essa lógica irracional instituída pelo capital, em um mundo cada vez mais globalizado, atinge praticamente toda a superfície do planeta, definindo novas territorialidades que são produzidas e envolvidas pelo poder exercido pelo dinheiro com todas as suas contradições.

Para Benko (1996, p. 29), a forte crise verificada a partir da década de 1990 (que se estende, na nossa avaliação, até os dias atuais), apresenta múltiplas dimensões: “[...] crise monetária, crise industrial, crise do mercado de trabalho, crise do Estado-providência”. Tais dimensões não podem ser analisadas isoladamente, pois estão inter-relacionadas. Porém, em geral, quando os especialistas tratam das crises, elas são vistas apenas do ponto de vista econômico. Isso quer dizer que a crise ocorre quando a acumulação de capital é de alguma forma momentaneamente barrada, os mercados são atingidos com

perdas contínuas e o processo de acumulação é ameaçado (essa é a única crise que os muito ricos querem evitar).

As crises, dizem eles, devem-se a atos de Deus ou da natureza ou a equívocos humanos e erros de cálculo (em especial que podem ser atribuídos a intervenções estatais equivocadas). Todos ou qualquer um desses motivos pode provocar um descarrilamento da máquina supostamente imaculada do infinito capitalismo do livre mercado. Mas os economistas insistem que a máquina em si permanece o epítome da perfeição (HARVEY, 2018, p. 173).

Superar a crise exige um novo rearranjo de forças. Isso é necessário para manter o processo de acumulação. Feitas as mudanças que os capitalistas julgam adequadas, recebemos a avaliação, elaborada por especialistas, de que o pior da crise passou e vamos entrar em um novo período de crescimento e prosperidade para todos. A “fé” no livre mercado e no progresso parece inabalável.

O “fim” da crise fica evidente, de acordo com alguns economistas, quando os bancos voltam a ganhar muito dinheiro, os diretores das grandes corporações voltam a receber elevados bônus, as ações das grandes empresas começam a subir, os especuladores aumentam as suas fortunas, o Produto Interno Bruto – PIB dos países centrais retoma o seu crescimento e o desemprego é estabilizado ou minimamente reduzido. Se os ricos estão novamente ficando mais ricos é sinal de que a crise foi “resolvida”.

No entanto, para a maior parcela da população mundial a crise não passou, pelo contrário, ela tornou-se permanente. Seguem alguns exemplos: 1) o desemprego se mantém (mesmo que tenha sido reduzido em algumas regiões do mundo, às vezes à custa da precarização do trabalho); 2) são impostas regras de flexibilização do trabalho (com a alegação de que isso irá gerar mais empregos); 3) os salários dos trabalhadores são reduzidos (com o intuito de manter o processo de acumulação); 4) o poder de compra só pode ser sustentado via crédito bancário (o que eleva o endividamento

das famílias); 5) os problemas com habitação aumentam cada vez mais (tanto nos países centrais como nos periféricos); 6) a natureza é degradada (para sustentar o consumismo); 7) a violência urbana mata milhões de pessoas e encarcera outros milhares pelo mundo (muitos dos quais jovens e pobres); 8) a fome e a miséria afligem milhões de pessoas (a fome persiste mesmo com a abundância na produção de alimentos). A escassez parece ser a via dolorosa dos mais pobres (uma crise permanente e global).

Com relação às questões explicitadas, são esclarecedoras as palavras do Papa Francisco na "*Carta Enciclica Laudato si'*":

A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano. A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, se aprende a lição do deterioramento ambiental. Nalguns círculos, defende-se que a economia actual e a tecnologia resolverão todos os problemas ambientais, do mesmo modo que se afirma, com linguagens não académicas, que os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado. [...] Com os seus comportamentos, afirmam que é suficiente o objectivo da maximização dos ganhos. Mas o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 35).

Ao focar os seus objetivos na acumulação do dinheiro (objetivo que se tornou a própria razão da existência dos seres humanos), a sociedade capitalista praticamente abandonou certos princípios, entre eles os de cooperação, solidariedade, compaixão, empatia e respeito à natureza. Isso reforça nosso argumento de que a partir do final da década de 1980 e início de 1990, a crise deixou de ser apenas um momento e tornou-se permanente e global para a população de menor poder econômico. A abundância (obtida à custa da exploração do trabalho e da natureza) é limitada a uma minoria privilegiada. Assim, observamos uma contradição dialética entre a abundância e o luxo para uma minoria e a escassez e a crise para a maioria.

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

O cerne do período/crise atual começa, especialmente, a partir das decisões políticas e econômicas tomadas entre a década de 1980 e o transcorrer da década de 1990, quando os analistas econômicos, (vinculados aos grandes bancos), em conjunto com os especuladores financeiros e com o apoio dos organismos internacionais, (entre eles o FMI e o Banco Mundial), elegeram como “solução” para a econômica mundial uma agenda neoliberal. A palavra de ordem em tempos de neoliberalismo é austeridade. Porém:

Os programas de austeridade ameaçam transformar a vida dos cidadãos num calvário de sofrimentos e aspirações frustradas. Essa cadeia de privações materiais e psíquicas é entretecida nos subterrâneos da economia neoliberal, onde se articulam o poder da finança desregulada, a concorrência em escala global e as transformações na morfologia da grande empresa (BELLUZZO, 2015, p. 28).

As políticas neoliberais disseminadas pelo mundo promovem, na interpretação de Belluzzo (2015), uma tentativa de reestruturação regressiva. Isso significa que as classes dominantes tentam promover o retrocesso, o recuo das conquistas sociais e econômicas e a violação dos direitos sociais. A finalidade é manter a acumulação de capital. O custo é pago pela população de menor poder aquisitivo. As privatizações de empresas públicas são exemplos da fúria neoliberal por controlar o mercado.

A onda de privatizações obedece à lógica patrimonialista e rentista do moderno capital financeiro, em seu furor de aquisições de ativos existentes. Nada tem a ver com a qualidade dos serviços prestados, mesmo porque os exemplos são péssimos. Em geral, no mundo, declinou a qualidade dos serviços prestados pelas empresas privatizadas, declínio acompanhado do aumento de tarifas e da deterioração dos trabalhos de manutenção (BELLUZZO, 2019, p. 2).

Para melhor compreendermos a crise global também se faz necessário atentarmos para algumas das suas particularidades (sem

perder de vista a totalidade). Consideramos como as principais particularidades da crise global: a crise social, a crise de representação política e a crise ambiental. Elas estão interligadas, entretanto vamos discuti-las caso a caso para fins didáticos.

No que tange à crise social, podemos destacar dois pontos fundamentais: 1) acumulação e centralização do capital nas mãos de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria e; 2) transformações no mundo do trabalho que reforçam a acumulação e centralização do capital. Os dois pontos sinalizados afetam negativamente a vida da população trabalhadora de baixo poder aquisitivo.

O primeiro ponto indicado em nossa análise diz respeito à imposição de um modelo político e econômico que resultou no aumento na concentração e centralização da renda. É preciso esclarecer que a história do capitalismo, desde a sua origem, sempre foi caracterizada pela concentração e centralização do capital, à custa da produção da desigualdade.

A desigualdade deriva do simples fato de que o capital é social e historicamente construído como um domínio de classe sobre o trabalho. Para que o capital se reproduza, a distribuição de renda e riqueza entre capital e trabalho tem de ser desigual. Igualdade distributiva e capital são incompatíveis (HARVEY, 2016, p. 159).

A situação relatada na citação agravou-se ainda mais a partir do momento em que ganhou força o famigerado Consenso de Washington. O Consenso de Washington trata-se de um conjunto de medidas elaboradas no final de 1989, por economistas ligados ao Banco Mundial, ao FMI e ao departamento de Tesouro dos Estados Unidos, que foram amplamente difundidas no transcorrer da década de 1990. Entre as suas principais orientações estavam: a redução de gastos públicos; a abertura comercial; a abertura para capitais internacionais; a privatização e a desregulamentação das leis trabalhistas. O Consenso de Washington procurou introduzir, em muitas regiões do espaço mundial, um receituário neoliberal.

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

Com a queda do Muro de Berlin, em 1989, e da União Soviética, em 1991, volta o capitalismo sem peias, sob o patrocínio de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, doutrinariamente orientado por Friedrich Hayek e Milton Friedman, professores universitários, respectivamente da London School of Economics e da Universidade de Chicago (AZEVEDO, 2005, p. 57).

Aproveitando-se do enfraquecimento do socialismo no leste europeu, (dentro do contexto da dissolução da União Soviética e do final da Guerra Fria), fato que ampliou o poder do bloco capitalista, Ronald Reagan (então presidente dos Estados Unidos) e Margaret Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido) foram os grandes defensores do recuo do Estado do Bem Estar Social e da introdução do neoliberalismo no campo político internacional.

A principal investida na resposta da dupla Thatcher-Reagan foi fazer uso de um Estado inchado para esvaziar o poder social dos trabalhadores do Primeiro Mundo e dos povos do Terceiro Mundo, numa tentativa de reconquistar a confiança e o apoio de um capital crescentemente transnacional e volátil (ARRIGHI, 2003, p. 20).

As ideias liberais foram inspiradas, especialmente, nos trabalhos do economista austríaco-britânico Friedrich Hayek que defendia os seguintes pontos: a necessidade de acabar com o poder dos sindicatos (que exerciam pressões para a elevação de salários); a redução dos gastos do Estado com programas sociais; e a limitação do Estado na intervenção econômica, ampliando a liberdade de mercado.

A eleição de Reagan e a introdução da doutrina neoliberal foram pontos de viragem no aumento da desigualdade no interior dos Estados Unidos. Seu governo ampliou a desregulação do setor financeiro e reduziu a progressividade do sistema tributário (os mais ricos passaram a pagar menos impostos). O resultado foi que nos Estados Unidos, um dos berços das políticas neoliberais, os problemas com a concentração da renda são cada vez mais evidentes e colocam em risco o predomínio de uma classe média no país. De acordo com

Stiglitz (2016), nos Estados Unidos os 5% mais ricos possuem mais de dois terços da riqueza e os 0,1% do topo tem quase 5% da riqueza. Por sua vez, durante o período da recessão (2007 – 2010), a riqueza da classe média caiu 40%.

O nosso sistema político tem vindo a funcionar cada vez mais de uma forma que aumenta a desigualdade dos resultados e reduz a igualdade de oportunidades. Isto não devia ser surpresa pra ninguém: temos um sistema político que dá um poder excessivo aos do topo, e eles têm usado esse poder não só para limitar a extensão da redistribuição, como também para moldar as regras do jogo a seu favor, e para extrair do público o que pode apenas ser chamado de “prendas” avultadas (STIGLITZ, 2016, p. 93).

A noção de um país que oferece oportunidades para todos e uma narrativa construída historicamente, pautada na meritocracia vêm sendo questionada pelos dados econômicos e sociais. Reportagem publicada no portal G1 (2019) averiguou que nos EUA os altos executivos das grandes empresas chegam a ganhar 278 vezes mais do que seus funcionários. Segundo a reportagem a relação era de 20 a 1 em 1965. Entre os anos de 1978 e 2018, os diretores executivos elevaram a sua remuneração em mais de 1000%, já o salário dos trabalhadores aumentou menos de 12%. (G1, 2019). O elevado crescimento da remuneração dos CEOs está relacionado ao seu poder para fixar o próprio salário.

O trabalho de Piketty (2014), também verificou que a desigualdade da renda nos Estados Unidos vem crescendo significativamente a partir da década de 1980.

Desde os anos 1970-1980, assiste-se a uma explosão sem precedentes da desigualdade da renda nos Estados Unidos. A parcela do décimo superior passou de 30-35% da renda nacional nos anos 1970 para cerca de 45-50% nos anos 2000-2010, uma alta de quase quinze pontos percentuais da renda nacional americana. A inclinação da curva é bem impressionante, e é natural perguntar-se até

onde tal trajetória pode ir: por exemplo, se tudo continuar a crescer nesse ritmo, a parcela do décimo superior há de superar os 60% da renda nacional até 2030 (PIKETTY, 2014, p. 287).

Ao decompor o décimo superior, o trabalho de Piketty (2014) mostrou que a alta fica mais concentrada no 1% mais rico que passou de 9% para 20% da renda nacional. Fica cada vez mais evidente que as políticas neoliberais estão contribuindo para a elevação da desigualdade da renda tanto nos Estados Unidos como em muitas outras partes do espaço mundial.

Outro ponto marcante no quesito desigualdade é a diferença entre a renda do trabalho (resultante, principalmente, dos salários) e a renda do capital (resultante, principalmente, dos alugueis, dividendos, ações, investimentos, entre outros). Observar o comportamento dessas variáveis também é fundamental para compreender a desigualdade no capitalismo. Conforme dados disponibilizados por Piketty (2014), historicamente e em praticamente todo o mundo:

[...] a participação dos 10% dos indivíduos que recebem as rendas do trabalho mais elevadas costuma ser de 25-30% do total das rendas do trabalho, enquanto a participação dos 10% dos indivíduos que detêm o patrimônio mais alto é sempre superior a 50% do total da riqueza, chegando às vezes a 90% em algumas sociedades (PIKETTY, 2014, p. 289).

No ano de 2010, na Europa, a renda do trabalho estava assim distribuída: os 10% mais ricos possuíam 25% da renda e os 50% mais pobres possuíam 30%. Nos Estados Unidos: os 10% mais ricos possuíam 35% da renda e os 50% mais pobres possuíam 25%. Com relação a propriedade do capital, também para o ano de 2010, na Europa: os 10% mais ricos possuíam 60% do capital, enquanto os 50% mais pobres apenas 5%. Nos Estados Unidos: os 10% mais ricos possuíam 70%, já os 10% mais pobres 5% (PIKETTY, 2014). A desigualdade da

distribuição da renda do trabalho é significativa, já a desigualdade da distribuição da renda do capital é imensa.

A situação é ainda mais crítica nos países periféricos situados na América Latina e na África Sub-Sahariana, nos quais o receituário neoliberal foi colocado em prática. O Brasil e a Argentina, por exemplo, enfrentaram, na década de 1990 e início de 2000, graves problemas como: os elevados índices de desemprego e o aumento da miséria. Depois de um período marcado por uma breve melhora social (ainda que insuficiente para promover o desenvolvimento), esses países, a partir de 2015, novamente estão enfrentando sérios problemas sociais, econômicos e ambientais (com destaque para a elevada desigualdade na distribuição da renda, os altos índices de desemprego e de desalentados, o baixo crescimento econômico e o aumento do desmatamento).

Com relação à questão da desigualdade no Brasil, segundo reportagem publicada no sítio do PNUD-Brasil (2018), os novos índices revelaram que a desigualdade persiste no país. O Coeficiente de Gini, que mede o grau da concentração de renda, indicou que o Brasil possui o 9º pior valor do mundo. Com relação ao Índice de Desigualdade de Gênero, que mede três dimensões relacionadas à questão de gênero (saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho), ocupa a 94ª posição no mundo.

O IBGE (2019a), com base nos dados obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD contínua de 2018, divulgou que: “[...] o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820)”. A pesquisa também revelou que: “Os 10% da população com os menores rendimentos detinham 0,8% da massa, enquanto que os 10% com os maiores rendimentos concentravam 43,1%.” Com relação à pobreza extrema:

Em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia,

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Esse número é equivalente à população de Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. Embora o percentual tenha ficado estável em relação a 2017, subiu de 5,8%, em 2012, para 6,5% em 2018, um recorde em sete anos (IBGE, 2019b).

Os dados de pessoas vivendo em extrema pobreza são os maiores dos últimos 7 anos. Maranhão e Alagoas foram os estados com maior percentual de pessoas em situação de extrema pobreza. A pesquisa publicada pelo IBGE (2019b) também revelou que 52,5 milhões de brasileiros, cerca de um quarto da população do país, vivia em 2018 com até R\$ 420 per capita mês, ou seja, em situação de pobreza. De cada quatro brasileiros, um vive em situação de pobreza.

A taxa de desocupação no Brasil disponibilizada pelo IBGE (2019c) no trimestre que englobou março, abril e maio do ano de 2019, atingiu 12,3%, o que equivale a 13 milhões de pessoas. A população subutilizada chegou a 25%, equivalente a 28,5 milhões de pessoas e o número de desalentadas foi de 4,9 milhões. O número de trabalhadores por conta própria atingiu um valor recorde e checou a 24 milhões.

No 3º trimestre de 2020, considerando a continuação da crise e a pandemia da Covid-19, a taxa de desemprego subiu para 13,1%, equivalente a 14,1 milhões de desempregados. A taxa de subutilização passou para 30,3% e o número de desalentados para 5,9 milhões de pessoas (IBGE, 2020). O país convive, novamente, com graves problemas econômicos e sociais.

No caso da Argentina, a pobreza atingiu 34,5% da população e 25,4% dos lares não têm condições de pagar por uma alimentação básica. A inflação chegou à marca de 60% no ano e 50% dos menores de idade vivem na pobreza (EL PAÍS, 2019).

O empobrecimento dos argentinos é facilmente constatado. O consumo familiar registou, neste outubro, seu vigésimo primeiro mês contínuo de redução, o que não acontecia desde 2001. No segundo semestre do ano

passado, 32% da população vivia abaixo da linha de pobreza. No final do primeiro semestre de 2019, o percentual havia subido para 36%, ou 1,5 milhão de argentinos a mais. Atualmente, cerca de 16 milhões de cidadãos são considerados pobres, o equivalente a um Portugal e meio. Os miseráveis passaram de 7% para 8% da população, ou 3,6 milhões, contingente maior do que a população do vizinho Uruguai (CARTA CAPITAL, 2019, p. 48).

O sítio do G1 (2019) noticiou que o PIB da Argentina caiu 0,3% no segundo trimestre de 2019, puxado por uma queda de 18% dos investimentos e 7,7% do consumo privado. Por sua vez, a taxa de desemprego subiu para 10,6% e a taxa de subocupação passou para 13,1%.

Em virtude das dificuldades em resolver os problemas sociais e econômicos argentinos, o governo de direita de tendência liberal do presidente Mauricio Macri foi derrotado nas urnas na eleição realizada no dia 27 de outubro de 2019. O candidato vitorioso foi Alberto Fernández, de esquerda, que enfrentará o desafio de recuperar a economia e reduzir a pobreza.

Porém novo governo tem enfrentado muitas dificuldades, visto que no 2º trimestre de 2020, a taxa de desemprego saltou para 13,1% (a maior desde 2004). O PIB, por sua vez, recuou 16,2% (G1, 2020). A crise econômica e social está cada vez mais intensa na Argentina e a população sofre com as escolhas econômicas.

No Chile uma onda de protestos atingiu o país. O foco inicial das manifestações foi contra um aumento na tarifa do metro. Insatisfeitos com as políticas governamentais os protestos se estenderam ao governo de Sebastián Piñera, presidente chileno. Segundo averiguou a reportagem do portal de notícias UOL (2019), os protestos possuem como origem a desigualdade socioeconômica, a privatização e a precariedade dos serviços públicos. O modelo de aposentadoria, pautado na capitalização, conduziu milhares de idosos para a pobreza, as tarifas de energia foram continuamente elevadas, o custo com a saúde aumentou, a educação de qualidade ficou mais cara. Por seu turno, o salário dos trabalhadores está cada vez mais achatado.

O crescimento econômico verificado no Chile nos últimos anos contrasta com a elevação das desigualdades sociais. Com as privatizações, parte da população chilena têm dificuldades para arcar com os custos de educação, moradia e saúde. “Aos gritos de ‘basta de abusos’ e com o lema que dominou as redes sociais ‘Chile Acordou’, os manifestantes criticam o modelo econômico do país, com acesso à saúde e à educação praticamente privado, elevada desigualdade social, aposentadorias baixas e alta do preço dos serviços básicos” (NOTÍCIAS UOL, 2019).

O G1 (2019) informou que os principais sindicatos em conjunto com os movimentos sociais chamaram para os dias 23 e 24 de outubro uma greve geral no Chile. “‘Afirmamos de maneira forte e clara: basta de aumentos e abusos!’, anunciou em uma rede social a Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), o sindicato mais influente do Chile”. Os manifestantes criticaram veementemente a posição do governo de recorrer às Forças Armadas e ordenar toque de recolher. Como já se sabe, na América Latina, assim como em outras regiões do mundo, o Estado ao ser vigorosamente questionado pela população atua com truculência.

As manifestações e revoltas surtiram algum efeito. No dia 25 de outubro de 2020, 78% do povo chileno aprovou o plebiscito para trocar a Constituição (G1, 2020). A Constituição do país é de 1980, sendo elaborada durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (no poder entre 1974 – 1990). Ainda que tenha passado por algumas alterações, a Constituição dedica pouca atenção aos serviços básicos prestados a população pelo Estado, além de ainda conter elementos autoritários. Será formada uma Assembleia Constituinte para elaborar a nova carta. Entre as principais reivindicações está o amparo da população, especialmente com relação a saúde, educação e seguridade social (até agora nas mãos, especialmente, do setor privado). A maioria da população chilena demonstrou não aceitar o Estado mínimo promulgado com a Constituição de 1980, com forte característica neoliberal.

Países como o Brasil, a Argentina e o Chile, estão tecnologicamente cada vez mais distantes dos principais centros de produção mundial (cultural, científica e tecnológica), dessa forma entram na armadilha neoliberal do crescimento econômico sem geração de emprego. O fato também é grave nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura.

Na América Latina, nos últimos anos, também ocorreram manifestações no Equador, na Bolívia, na Venezuela e em Honduras. Nesse aspecto, é importante observar a situação socioeconômica da região. Segundo o Panorama Social da América Latina - 2019, publicado pela CEPAL, "A desigualdade é uma característica histórica e estrutural nas sociedades latino-americanas e caribenhas, e tem se mantido e reproduzido inclusive em períodos de crescimento e prosperidade econômica" (CEPAL, 2019, p. 14, tradução nossa).

Depois de um período entre 2002 e 2014 de redução da pobreza, ainda que insuficiente para promover melhorias efetivas, a partir de 2015, os níveis de pobreza e extrema pobreza voltaram a crescer na maioria dos países da América Latina. Em 2018, cerca de 30% da população latino-americana estava abaixo da linha da pobreza e 10,7% em situação de extrema pobreza. Em números absolutos são 185 milhões de pessoas em situação de pobreza, das quais 66 milhões estão em situação de pobreza extrema (CEPAL, 2019, p. 17, tradução nossa).

A previsão para 2019 será de crescimento para 30,8% e 11,5%. O aumento da pobreza foi puxado, especialmente, pelos casos ocorridos no Brasil, Venezuela e Argentina. Em alguns outros países ocorreram redução da pobreza em virtude das políticas sociais e sistema de proteção. Os grupos mais afetados pela pobreza, de acordo com o citado estudo, são: os habitantes de zonas rurais; os meninos, meninas e adolescentes; os desempregados; as mulheres; os indígenas e a população afrodescendente.

O Panorama Social da América Latina 2019, também evidenciou a elevada participação do 1% mais rico no total da renda e da

riqueza. No Brasil (dados de 2014), conforme informação tributária, o 1% do topo possuía 27,5% da riqueza nacional, no Chile (dados de 2015), 22,6%, na Colômbia (dados de 2010) 20,5% e no Uruguai (dados de 2014), 17,5%.

O fenômeno das manifestações não é exclusivo dessa região do mundo. Fortes manifestações também foram observadas em Hong Kong, no Líbano e até mesmo no Reino Unido, berço do capitalismo industrial. De acordo com análise elaborada por Belluzzo e Lirio (2019), publicada na revista Carta Capital:

A rebeldia planetária expõe ainda as feridas não cicatrizadas da crise mundial de 2008. Trata-se de uma reação pertinente à lógica perversa, segundo a qual os punidos são aqueles sem responsabilidade pelo crime. Para salvar os bancos das próprias estripulias, os Estados Nacionais contraíram dívidas e emitiram moedas. Após o curto período de uma falsa autopenitencia, encenada para evitar uma onda a favor de uma maior regulação, o sistema financeiro voltou a se embriagar de derivativos e a distribuir bônus milionários aos executivos, como se não houvesse amanhã. [...] No fim, a conta dos prejuízos causados pelas finanças foi espetada nas costas do cidadão, por meio do corte de programas sociais, das privatizações e do aumento das tarifas dos serviços básicos (BELUZZO; LIRIO, 2019, p. 17).

Na França a situação também tem se agravado. Desde novembro de 2018, um número significativo de manifestantes usando coletes amarelos protesta contra o aumento no preço dos combustíveis, a elevação de alguns impostos, a precarização dos serviços públicos ofertados à população, bem como condições de trabalho precário. Os confrontos com as forças policiais deixaram milhares de manifestantes feridos. No referido país algumas políticas públicas estão sofrendo ataques seguidos desde à década de 1970, o que tem comprometido a qualidade de vida da parcela da população de menor poder aquisitivo.

As políticas neoliberais, pautadas na austeridade e na abertura cega dos mercados, ao invés de promoverem o desenvolvimento, produziram uma forte crise social. A abertura econômica e a redução dos gastos públicos, contrariamente ao que foi prometido, atenderam aos desejos dos grandes investidores, os quais obtiveram lucros astronômicos e elevaram o seu patrimônio. Além do mais:

[...] a política de acumulação por espoliação torna-se um meio primário de extração de renda e riqueza das populações vulneráveis, entre elas as classes trabalhadoras (seja lá como forem definidas). A subtração de privilégios adquiridos (como o direito a aposentadoria, assistência médica, educação gratuita e serviços adequados que amparam um salário social satisfatório) tornou-se, no neoliberalismo, uma forma de espoliação racionalizada que agora é reforçada por uma política de austeridade adotada em nome da retidão fiscal (HARVEY, 2016, p. 71).

Os “gastos” do Estado com os direitos constitucionais para atender a população (saúde, educação e previdência social, por exemplo), estão sendo gradualmente reduzidos. O trabalhador é espoliado do pouco que ganha para a ampliação dos lucros dos patrões e dos grandes investidores, bem como para o pagamento de juros para os especuladores que oferecem crédito a juros astronômicos. Assim, os bancos também se transformaram em grandes ferramentas de expropriação da riqueza ao cobrarem juros muito acima do esperado. A aplicação de duas décadas de teses neoliberais resultou em:

[...] uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos grandes países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do mundo. Isso acarretou a marginalização de grupos até recentemente integrados ao padrão de desenvolvimento (DUPAS, 2012, p. 161).

O segundo ponto responsável pela crise social está intimamente conectado com o primeiro, pois diz respeito às transformações no mundo do trabalho que favoreceram a concentração da riqueza. As

transformações estão ligadas, de maneira geral, às novas técnicas de produção e às mudanças nas leis trabalhistas. Tais ações contribuem para a centralização do capital, por um lado, e para a permanência da crise social, por outro. Esse período de reestruturação capitalista é nominado por Benko (1996), como momento da acumulação flexível.

É necessário enfatizar que o trabalho ocupa uma posição central no processo de produção. Sem o trabalho humano não seria possível a transformação da natureza para atender as necessidades das pessoas. No modo de produção capitalista, sem o trabalho humano social não seria possível a reprodução do capital. Para atingir a reprodução ampliada de capital, o trabalho social foi convertido em trabalho mercantilizado.

[...] o capital só pode se reproduzir sistematicamente pela mercantilização da força de trabalho, a qual resolve o problema de como criar desigualdade de lucros em um sistema de troca mercantil baseado na igualdade. Essa solução implica converter o trabalho social – trabalho que fazemos para os outros – em trabalho social alienado – trabalho dedicado exclusivamente para a produção e reprodução do capital (HARVEY, 2016, p. 89).

Ao transformar o trabalho social em trabalho social alienado, fato que permite aos donos dos meios de produção obter mais-valia, estabeleceu-se uma grande desigualdade em uma relação que deveria ser baseada na “igualdade”. A “igualdade” seria caracterizada pela negociação no mercado de trabalho entre pessoas livres (o capitalista e o trabalhador). No entanto, a “liberdade” estabelecida favoreceu os donos dos meios de produção e penalizou os trabalhadores, pois os trabalhadores recebem apenas uma parte do que produziram e no limite para a sua subsistência.

A mercantilização da força de trabalho, desde o momento em que foi instituída, produziu uma série de problemas para a classe trabalhadora. Porém, a ruptura com o “compromisso” salarial do período fordista e a introdução da flexibilização do trabalho aliadas às inovações tecnológicas estão agravando a crise no mundo do trabalho.

A ruptura na qual o capital aposta sua “salvação” é antes de tudo uma *modalidade de aprofundamento das relações capitalistas*. A era “eletrônica” da acumulação capitalista não é a de um lento refluxo da exploração da força de trabalho pelo capital, mas, ao contrário, um momento histórico singular em que o reexame do “compromisso” da relação salarial fordista e a busca de novas fontes de produtividade se conjugam (pelo jogo de práticas imanentes) com a complexificação da concorrência intercapitalista e uma nova configuração internacional da divisão do trabalho (mudanças na composição intersetorial da acumulação, deslocação das unidades para zonas de baixo salário, tendência a privilegiar unidades de produção menores, em que o processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção (BENKO, 1996, p. 20–21, grifo do autor).

As estratégias de reestruturação capitalista estão pautadas no combate à “rigidez”. Isso significa uma luta para a desvalorização da força de trabalho (revisão e redução dos salários e das garantias de emprego), utilização da tecnologia a fim de reorganizar os processos de produção e os sistemas de gestão e a mobilidade das empresas para países onde as condições de produção sejam mais favoráveis aos anseios do capital. A produção flexível substitui a produção “rígida” fordista.

O assalto modernizador remodela em grande parte o funcionamento do mercado de empregos: se durante o período de crescimento fordista a venda da força de trabalho estava ligada a uma *certa cidadania* (a regulação ligada ao *welfare* fazia ressaltar a especificidade *política* dessa mercadoria *sui generis*), o impulso de desregulamentação visa exatamente ao contrário: a banalização dessa mercadoria, portanto sua despolitização [...] (BENKO, 1996, p. 22, grifo do autor).

No Brasil a lei 13.429/17 permite que as empresas possam contratar trabalhadores terceirizados para a realização de atividades-meio e atividades-fim. A lei pode fazer com que muitos trabalhadores não tenham o vínculo jurídico direto com as empresas

nas quais trabalham, pois serão contratados por outra empresa e terceirizados para a realização da função. Isso faz parte das políticas de precarização do trabalho pautadas nas necessidades do capital. Os que defendem a terceirização alegam que ela é fundamental para que o país se adeque a padrões internacionais de produção e se torne mais competitivo.

Entendemos que a legalização das atividades-fim no país fragiliza ainda mais as já precárias relações de trabalho. A redução de direitos trabalhistas (ausência do vínculo jurídico direto com a empresa na qual atua), bem como uma baixa remuneração pelo trabalho – uma característica da terceirização – implica em perdas cada vez mais substanciais para o trabalhador assalariado. Pesquisa realizada por Pelatieri *et al* (2018), revelou que nas atividades tipicamente terceirizadas, geralmente, a remuneração e as condições de trabalho são inferiores as tipicamente contratantes. Entre os dados, destacam:

[...] o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes – 9,6% contra 6,1%; [...] os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menores do que nas atividades tipicamente contratantes (R\$ 2.011 contra R\$ 2.639) (PELATIERI *et al*, 2018, p. 28).

Estudo elaborado por Sousa, Sobral e Macambira (2018) mostrou que no ano de 2015, o tempo médio de permanência no emprego formal foi de 21,1 meses, enquanto no emprego terceirizado foi de 9,9 meses, evidenciando maior rotatividade. Os dados também indicaram o crescimento no número dos estabelecimentos terceirizados no país entre 2011 e 2015. “Uma das maneiras centrais de o capital repor suas taxas de lucro é por meio do aumento da exploração da força de trabalho. Tal aumento assume distintas formas. Percebemos, atualmente, uma dessas formas: a terceirização” (SOUSA; SOBRAL; MACAMBIRA, 2018, p. 91).

Na análise elaborada por Pochmann (2018), foi observado que os principais movimentos estruturais relacionados ao trabalho nas primeiras décadas do século 21 estão ligados ao avanço tecnológico e ao papel do Estado no que tange à regulação do excedente de força de trabalho.

No âmbito do verdadeiro salto tecnológico percebido, as principais alterações transcorridas no interior do padrão de competição intercapitalista têm sido protagonizadas por parte da formação de grandes corporações transnacionais em meio ao avanço da globalização neoliberal, acompanhada da transição de modelos organizacionais (taylorismo, fordismo, kalmarismo, toytismo e outros) na produção e, por consequência, no trabalho. Embora se assista inegável crescimento na concentração e centralização do capital, as grandes corporações transnacionais avançaram na forma de cadeias fragmentadas de produção (POCHMANN, 2018, p. 68).

No que diz respeito às transformações tecnológicas, elas produzem as inovações necessárias para elevar os lucros dos capitalistas. No período atual estão ligadas às possibilidades de fragmentação do processo produtivo pelo espaço mundial, inteligência artificial (construção de máquinas inteligentes), ao uso de nanotecnologia, biotecnologia e até mesmo a computação quântica (tecnologia em desenvolvimento). Isso permite aumentar a produtividade social do trabalho em benefício dos donos dos meios de produção.

Os métodos que nascem dessa base técnica não podem senão confirmar sua razão interna: são métodos de produção destinados a aumentar a produtividade social do trabalho em escala crescente. Sua aplicação *continuada* torna o trabalho imediato cada vez mais redundante (BELLUZZO, 2015, p. 133, grifo do autor).

Harvey (2016, p. 11) também verificou que: “Se o surto atual de inovação aponta em alguma direção é na de uma diminuição das oportunidades de emprego para os trabalhadores [...]”. Em alguns

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

lugares do mundo os trabalhadores já veem os empregos serem reduzidos (especialmente os ligados a técnicas tradicionais, mas também os que envolvem maior qualificação profissional). Conforme a análise tecida pelo autor:

O resultado é uma tendência global de redução da participação do trabalho no produto social. Isso consolida as disparidades crescentes na distribuição individual de renda e riqueza em quase todos os cantos do mundo (HARVEY, 2016, p. 161).

Outro problema constatado por Harvey (2018, p. 193), trata-se da elevação da alienação do trabalho: “[...] em muitas partes do globo a alienação do trabalho vem se intensificando e aprofundando com as transformações tecnológicas [...]”. Além de que: “O desemprego e, não menos importante, o subemprego e a perda de sentido são subprodutos das fortes correntes de transformação tecnológica e organizacionais”. Nesse aspecto, o desemprego acarreta sérios problemas sociais e psicológicos para os trabalhadores.

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos (SEN, 2012, p. 130).

Os trabalhadores que mantêm os seus empregos, por sua vez, também são atingidos por reformas destinadas a flexibilizar os seus direitos. A relação entre a mudança tecnológica e o futuro do trabalho torna-se cada vez mais complexa. Novas tecnologias tornam o trabalho humano cada vez mais descartável, com isso os trabalhadores habituados a exercer determinada função têm dificuldade para se adequar aos novos postos de trabalhos criados. O trabalhador sente a perda da sua dignidade com o desaparecimento do trabalho do

.....

qual estava habituado. Somado a isso está a dificuldade experimentada para sentir-se novamente útil à sociedade.

[...] após quase quatro décadas de geração das promessas neoliberais voltadas à construção de uma sociedade superior, registra-se, pelo contrário, o fortalecimento de sinais inegáveis de regressão no interior da sociedade do capital em avanço também no Brasil (POCHMANN, 2018, p. 74).

Em virtude das grandes mudanças verificadas no mundo do trabalho, obter um emprego com boa remuneração é um desafio cada vez maior. Os trabalhadores são obrigados a concorrerem entre si. “A concorrência entre trabalhadores frustra a cooperação e impede a construção de solidariedade de classe [...]. Os trabalhadores passam a estranhar uns aos outros” (HARVEY, 2018, p. 194).

Nesse ponto, a despolitização da classe trabalhadora é cada vez mais evidente, fato que intensifica o problema, pois a dificuldade de organização política dos trabalhadores fragiliza ainda mais a sua posição.

Na visão apresentada por Pochmann (2018), os direitos sociais e trabalhistas estão sendo tratados como custos pelos empregadores. Com isso, a contratação sem direitos sociais e trabalhistas vem ganhando força, o que induz a competição cada vez maior entre os trabalhadores. Aliado a isso, os sindicatos estão fragilizados e perdendo força na negociação, o que conduz a despolitização.

Mesmo com a existência de todos os problemas sinalizados, ainda está presente no discurso político – e até mesmo no imaginário popular – a falsa ideia de que a concentração de renda nas mãos dos capitalistas pode ser favorável aos trabalhadores, visto que a concentração de renda promove novos investimentos capazes de gerar mais empregos.

Existe a crença de que, apesar de parecer injusta, a distribuição desigual de renda é vantajosa para o trabalho, porque o capital controla a criação de empregos e, quan-

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

do mais a classe capitalista possua, maior será a criação de empregos. Infelizmente, essa história não é correta. O capital reinveste na criação de empregos apenas quando a atividade é lucrativa [...]. Se tivesse de investir em produção, o melhor era investir em tecnologias que poupam trabalho, e aumentam o desemprego, do que em criação de empregos (HARVEY, 2016, p. 160).

A crise no emprego compromete a própria estrutura do capital, pois impacta diretamente na demanda por mercadorias. A redução na demanda por produtos elaborados em grande escala, fruto do desemprego e dos baixos salários pagos aos trabalhadores, prejudica a realização do capital, ampliando ainda mais a crise no interior do próprio modo de produção.

Na crise atual do capitalismo globalizado, o sistema de exploração se defronta com novas possibilidades de protagonizar um novo salto no uso e remuneração da classe trabalhadora. A consolidação inédita do sistema de coordenação centralizada capitalista, com articulação e integração descentralizada da produção de bens e serviços pelo mundo, expõe a força de trabalho a formas cada vez mais sofisticadas de exploração (POCHMANN, 2018, p. 77).

Se o trabalho assalariado, assim como as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida foram um dos fatores responsáveis pela politização da população e pela conquista da cidadania, a flexibilização e a precarização do trabalho podem ameaçar as conquistas sociais ao iniciar um processo direcionado a despolitizar a classe trabalhadora e fragilizar o pouco que ainda resta de cidadania.

Os dados e as discussões apresentadas mostram que o atual modelo de flexibilização neoliberal, cujos maiores interessados são as grandes empresas transnacionais e o sistema financeiro, têm piorado a situação da população trabalhadora nos lugares onde foi introduzido. Pochmann (2020, p. 29) avaliou que as teses neoliberais

e a ditadura do mercado estão privatizando os direitos sociais e trabalhistas. Para o autor é necessário uma mudança estrutural que passa pela: “[...] redução drástica do tempo do trabalho heterônomo, com ingresso após completar o ensino superior, educação pela vida toda, jornada semanal de 30 horas, férias de seis semanas ao ano...”.

Por seu turno, a crise de representação política diz respeito, especialmente, ao distanciamento cada vez maior nas democracias representativas entre os interesses dos eleitores e as ações praticadas pelos políticos e partidos políticos eleitos. Também é preciso considerar, no âmbito da crise, a limitação dos espaços públicos para a participação popular no debate e na gestão do território.

No transcorrer do tempo, em virtude da complexidade e das dificuldades em operacionalizar uma democracia verdadeiramente participativa (na qual todos poderiam participar da tomada de decisões), foi definido, em alguns lugares do mundo, o modelo de democracia representativa. Em uma democracia representativa a população escolhe pelo voto os políticos que serão os seus representantes.

Os políticos eleitos estão, geralmente, filiados a partidos políticos. Nas democracias existem espaços para vários partidos (pluripartidarismo), com ideais muitas vezes contraditórios. Frente a isso, os partidos políticos deveriam apresentar com clareza para a população quais são os seus ideais, a sua visão de mundo, as causas que defendem, os grupos que representam, o seu plano de ação (a curto, médio e longo prazo) e as suas prioridades. A população também deveria ter acesso às informações necessárias para escolher com mais clareza os seus representantes.

Os eleitores com a posse das informações iriam até as urnas para votar no partido político e/ou no representante político cujas ideias correspondessem aos seus anseios. Os eleitores criariam um vínculo de confiança com o seu representante político. Os eleitores teriam a convicção de que quando o político fosse eleito representaria os ideais que o elegeram. A confiança é fundamental para uma verdadeira democracia.

No entanto, esse modelo vem passando por uma forte crise. Uma crise de representação. Uma crise de identidade. Isso ocorre porque, inúmeras vezes, os partidos não apresentam com clareza as causas que defendem ou quando apresentam uma causa, na prática defendem outra. Os verdadeiros objetivos dos políticos e dos partidos políticos não são claramente informados aos eleitores. Existe muita nebulosidade nessa relação.

Atualmente, é crescente o descrédito em relação à democracia representativa como mecanismo eficaz de agregação de interesses e resolução de conflitos, além da incapacidade de dar sustentabilidade aos governos a partir da agregação de votos para composição das maiorias, haja vista os problemas de governabilidade que vêm sendo enfrentados como consequência da desconfiança nas autoridades governamentais e nos processos decisórios sobre as políticas públicas. Fatores como o crescente poder de veto do capital, a complexificação, burocratização e tecnificação do processo de planejamento governamental, as negociações informais entre grupos de interesse e burocratas, são apontados como responsáveis pelo baixo potencial de criação de unidade política através da democracia representativa (FLEURY, 2003, p. 21-22).

No mundo são poucos os políticos que realmente defendem na prática os interesses da classe trabalhadora. No Brasil, a situação não é diferente. Um número significativo dos representantes eleitos, ao tomar posse do cargo público, deixa de lado o compromisso firmado na eleição com a maioria dos seus eleitores, para atender as demandas dos grupos que possuem o poder econômico.

A crise política é evidente. Os partidos políticos, de modo geral, carecem de representatividade, tendo-se especializado no exercício de um duplo discurso, crítico em relação ao *establishment*, até chegar ao poder, tornando-se acomodatório ao atingir o mando. O jogo político torna-se a cada dia mais cínico. A desconformidade entre o dito e o feito atinge proporções alarmantes.

A democracia pouco importa às forças econômico-financeiras. O que interessa é a fidelidade aos dogmas econômicos estabelecidos. Mesmo as formalidades democráticas podem ser afastadas, à condição que o contexto econômico prevaleça e se mantenha. Impera a ética política do negócio (AZEVEDO, 2005, p. 17).

No trato político, os interesses do capital têm se sobreposto às necessidades da maioria das pessoas. O poder exercido pelos grupos que controlam o capital (esses grupos muitas vezes estão por trás do financiamento das campanhas eleitorais) acaba por definir a direção da política que será praticada pelo governo. O “[...] fundamental é o dado econômico, sendo o estado natural da sociedade o mercado e não a democracia”, com isso os governantes: “[...] são, cada vez mais, agentes de políticas que advêm do exterior. Impõe-se, ao ‘mundo a ditadura do mercado, a preeminência do setor privado, o culto do lucro” (AZEVEDO, 2005, p. 19).

No poder executivo, o governo eleito (federal, estadual ou municipal) acaba amarrado aos seus financiadores (o elevado custo das campanhas torna os partidos dependentes dos grandes doadores de dinheiro) e aprovam as medidas econômicas cobradas por eles. Tais medidas vão, na maioria das vezes, contra o interesse da maioria da população, pois trazem benefícios apenas para um restrito grupo. São inúmeras as tentativas do capital de controlar a política e afastar a participação popular, entre elas:

As tentativas de interdição ao voto, o reconhecimento de que os nossos sistemas político e econômico são injustos, a consciência de que o fluxo de informação é controlada por uma comunicação social manipulada pelo topo da pirâmide social, e o papel que o dinheiro parece ter na política, refletido em contribuições desmensuradas para campanhas políticas, tudo isso apenas aumentou a desilusão relativamente ao nosso sistema político (STIGLITZ, 2016, p. 208-9).

O resultado de tais contradições, conforme verificou Azevedo (2005), é que estamos vivendo algo que poderia ser denominado de “fachada democrática”. Isso significa que o poder não é verdadeiramente representativo, ou seja, o governo não é pelo povo e para o povo. A distância entre os representantes e os representados tem aumentado cada vez mais. As leis e as políticas públicas são formuladas para atenderem aos clamores do mercado e não para resolverem os problemas da população.

No caso do Brasil, a eleição de 2018 foi um exemplo nítido da crise de representação política que atingiu o país. Os três maiores partidos, (PT – Partido dos Trabalhadores, PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira e MDB – Movimento Democrático Brasileiro), enfrentaram fortes críticas em virtude dos seguidos escândalos de corrupção, nos quais alguns de seus membros foram envolvidos. Promessas não cumpridas, crise econômica, desemprego elevado, corrupção e descredito com os políticos levaram a polarização do país. O resultado foi que o candidato Jair Messias Bolsonaro, do PSL – Partido Social Liberal, mesmo com pouco tempo de campanha na televisão, porém com forte inserção nas redes sociais e defendendo ideais conservadoras no campo social e liberais na economia, foi o vencedor da eleição presidencial.

A incapacidade em reforçar o laço de confiança entre os maiores partidos do país com os seus eleitores provocou uma ruptura política, visto que PSDB e PT ganharam as seis eleições presidenciais anteriores e saíram derrotados na última. A ideia de mais do mesmo fez com que parte considerável do eleitorado migrasse para outros partidos. No entanto, o presidente Bolsonaro, que se apresentou como a novidade capaz de mudar o país, ao assumir o cargo em primeiro de janeiro de 2019, parece estar repetindo os passos e seguindo os caminhos da velha política.

A representação em âmbito internacional também possui problemas. Na ONU, por exemplo, o Conselho de Segurança – responsável por manter a paz e a segurança internacional – é composto

.....

por 15 países e controlado por cinco países permanentes com direito a veto (Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China). A decisão final é tomada apenas por um seleto grupo. No FMI a escolha do presidente é sempre feita pelos Estados Unidos. Onde está a democracia? Simplesmente não existe. É o poder econômico e político quem dita as regras e toma as decisões finais.

Segundo argumento tecido por Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 122), é preciso recuperar o sentido da palavra política, que é a arte de definir limites. “Trata-se da reapropriação da política por parte da iniciativa dos homens e mulheres [...]”. Ou seja, temos que romper com a política que privilegia os desejos de uma pequena parte da população, para estabelecer regras capazes de promover melhorias para a maioria.

[...] a política faz-se pela construção desses valores gerais do ambiente social, que não se dá de forma abstrata e idealista, como pensaram muitos teóricos liberais, mas por meio de um *common ground*, ou seja, da construção de um solo comum, de uma prática social que se realiza no correr da história e que constitui os valores que caracterizam as civilizações (SERRANO, 2019, p. 31).

Um sistema econômico sem regras, com regras mínimas ou com regras feitas pelos que controlam o capital é uma armadilha para a população trabalhadora. A desregulação permite, por exemplo, aos bancos cobrarem juros exorbitantes no cheque especial e no cartão de crédito. Segundo reportagem publicada no portal UOL, em 07 de maio de 2019, os juros do empréstimo pessoal chegam a 107,77% ao ano e no cheque especial alcançam exorbitantes 357,44% ao ano.

A atual subordinação ao modo econômico único tem conduzido a que se dê prioridade às exportações e importações, uma das formas com as quais se materializa o chamado mercado global. Isso, todavia, tem trazido como consequência para todos os países uma baixa de qualidade de vida para a maioria da população e a ampliação do número de pobres em todos os continentes,

pois, com a globalização atual, deixaram-se de lado políticas sociais que amparavam, em passado recente, os menos favorecidos, sob o argumento de que os recursos sociais e os dinheiros públicos devem primeiramente ser utilizados para facilitar a incorporação dos países na onda globalitatória. Mas, se a preocupação central é o homem, tal modelo não terá mais razão de ser (SANTOS, 2004, p. 148-149).

Para recuperar a política, bem como o sentido da política, é preciso romper com o controle exercido por um pequeno e poderoso grupo, e assim ampliar a participação popular com a finalidade de estabelecer limites e regras mais justas. A preocupação com os seres humanos deve ser o objetivo da política e da economia.

A crise ambiental atual, por sua parte, encontra o seu cerne na concepção de que o homem deveria controlar a natureza e submetê-la às suas intenções e aos seus desejos. Tal ideia não é nova, pois remonta as bases da cultura judaica e cristã. No livro de Gêneses, por exemplo, está escrito que Deus criou, primeiramente, o céu e a terra, a luz, o mar, a relva, os animais e, por fim, o homem à sua imagem e semelhança para tudo dominar e usufruir. A partir da passagem relatada, construiu-se a ideia de que a natureza estava a serviço e a disposição das necessidades dos homens. Essa concepção ganhou folego na modernidade com o filósofo inglês Francis Bacon, que publicou, em 1620, a obra *Novum Organum*, defendendo que a natureza deveria ser dominada pelos homens. A natureza foi se transformando, cada vez mais, apenas em um "recurso natural" útil economicamente e submetida ao controle político exercido pelos seres humanos.

A relação entre os seres humanos e a natureza mudou no transcorrer do tempo. Inicialmente a relação era de dependência das pessoas em relação à natureza. Os homens estavam submetidos à ação dos elementos da natureza e pouco podiam fazer para transformá-la. Dependiam de cavernas para se abrigar, da coleta de frutos, da caça etc. Porém, ao longo do tempo, os seres humanos foram elaborando técnicas que possibilitaram intervenções cada vez

maiores sobre a natureza, isso com a finalidade de satisfazer as suas necessidades.

Os primeiros objetos técnicos elaborados permitiam intervenções pequenas, em virtude da limitação nas ferramentas de trabalho criadas. A exceção foram alguns casos específicos onde civilizações que dispunhas de técnicas mais complexas para o seu período (como os egípcios e os gregos durante a antiguidade), foram capazes de construir grandes obras de engenharia ou retirar a vegetação para a prática da agropecuária. Ainda assim, as ações intervencionistas eram predominantemente de caráter local, dificilmente extrapolavam limites regionais mais amplos.

A “dominação” da natureza pelo homem foi possível a partir do desenvolvimento de um conjunto de técnicas complexas, bem como por meio do estabelecimento de uma organização política e jurídica que regulamentou e sustentou a dominação tanto da natureza como do próprio homem.

[...] para dominar a natureza, é necessário que ela esteja à disposição dos que a dominarão, e assim, tanto o Direito Romano, com suas técnicas formais e sua base na propriedade privada (e para os proprietários privados), como a força pura e simples, serão empregados para que essa dominação se faça. As técnicas modernas serão, desde o início, técnicas que, ao mesmo tempo, dominam homens para que se possa dominar a natureza [...] Há, assim, *técnicas jurídicas* [...], *técnicas políticas* [...], além de *técnicas militares* e outras de dominação da natureza e dos homens (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 107, grifo do autor).

A partir da Revolução Industrial, iniciada em meados do século 18, o cenário técnico começou a avançar de maneira mais rápida. No século 19, a inovação técnica obtida pelos países imperialistas, localizados na Europa, cresceu vertiginosamente e as intervenções humanas na natureza aumentaram. As necessidades humanas (especialmente nos países capitalistas centrais) foram ampliadas no

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

decorrer do século 20, em virtude do estabelecimento de uma sociedade marcada pelo consumo. Com isso, a procura por matéria-prima cresceu exponencialmente em praticamente todo o mundo. Dessa feita:

[...] a 'natureza' se tornou repositório para a materialidade objetivada, [...] para a realização das metas econômicas dos "mestres" dos materiais. O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a 'natureza' é o fornecedor de 'recursos naturais' para a sobrevivência diária (MIGNOLO, 2017, p. 7).

A adoção do citado modelo conduziu a humanidade a uma crise ambiental sem precedentes. Segundo Campanella (1978, p. 68), a existência de uma crise ambiental não pode ser analisada separadamente da ordem política e econômica que a criou: "[...] para se estudar a transformação da natureza e a do homem, deve-se considerar as mudanças de ordem econômica e política que se deram ao longo dessa transformação". Tais mudanças foram feitas, na maioria das vezes, focadas apenas na acumulação de capital e não pensando nas pessoas.

Para Mignolo (2017), no Ocidente a transformação da natureza em recursos naturais é vista como um sinal de modernização pautada no progresso. Isso significa que a natureza, pelo olhar político e econômico do capitalista, serve somente como um recurso natural disponível para ser transformado em mercadoria. Ao tratar a natureza apenas como um recurso natural, ou seja, como fonte de matéria-prima para atender as demandas crescentes por mercadorias e serviços, foi definida uma dinâmica de exploração do meio natural.

A sociedade capitalista é a síntese dessa acumulação de uma produção desorganizada e da propriedade privada e concentração de poderes nas mãos de minorias. Todos esses fatores determinam o contato com a natureza e todo meio ambiente e, por outro lado, determinam a **crise ambiental** [...] (CAMPANELLA, 1978, p. 75, grifo do autor).

Na relação dos homens com a natureza, no modo de produção capitalista, somente são contabilizados os lucros com o uso dos recursos naturais capazes de gerar riqueza e elevar o PIB. No entanto, raramente são contabilizados os valores necessários para recuperar a destruição causada no meio ambiente e nas comunidades locais.

Os custos com a recuperação dos danos ambientais e sociais causados dificilmente entram na contabilidade das empresas, fato que consideramos preocupante. Determinados materiais, para citar alguns exemplos, demoram mais de mil anos para se decompor, no entanto são produzidos e jogados no lixo em uma velocidade assustadora. A tabela 2 apresenta o tempo de decomposição de alguns materiais selecionados.

**Tabela 2 – Decomposição de materiais**

<b>Material</b>	<b>Tempo de decomposição</b>
Papel	De 3 a 6 meses
Panos	De 6 meses a 1 ano
Filtro de cigarro	Mais de 5 anos
Madeira pintada	Mais de 13 anos
Náilon	Mais de 20 anos
Metal	Mais de 100 anos
Alumínio	Mais de 200 anos
Plástico	Mais de 400 anos
Vidro	Mais de 1.000 anos
Borracha	Indeterminado

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, lixo.

O plástico, um dos materiais mais utilizados no mundo, é usado para a fabricação de centenas de objetos que vão desde sacolas e embalagens até roupas. Um dos problemas é que a maioria dos objetos, depois de usados, vão para o lixo. Nesse quesito, o comércio de alimentos é um dos setores que tem usado em grande escala produtos descartáveis, como: copos; canudos; pratos; garfos; facas; toalhas; entre outros. São usados uma única vez e jogados no lixo. Muito pouco desse material vai para a reciclagem. Na casa das

peças não está sendo diferente, visto que muito material reciclável tem ido parar no lixo comum. A decomposição do plástico demora mais de 400 anos e o seu descarte incorreto fez com que milhares de toneladas desse material se acumulem nos rios e mares. Isso tem ocasionado a morte de animais que ingerem o produto.

Ainda assim, a exploração da natureza para a retirada de matéria-prima para sustentar a produção e o consumo cresce cada vez mais, por sua vez, as empresas não querem se responsabilizar com os custos para a recuperação das áreas degradadas e muitas pessoas pouco contribuem com uma mudança de hábitos efetiva. As empresas alegam que isso iria prejudicar a competitividade internacional, impactando negativamente no crescimento do PIB, e muitos consumidores não se sentem responsáveis pelos impactos gerados. Porém, os danos ambientais, tais como a poluição da água e do ar, para citar apenas dois exemplos, prejudicam a qualidade de vida como um todo.

[...] é no meio ambiente que os resultados desta concepção econômica se mostram mais avassaladores, embora, obviamente, o desastre ambiental tenha iniciado bem antes do advento do neoliberalismo [...]. É certo, entretanto, que sob o império neoliberal as agressões ambientais não fizeram senão crescer (AZEVEDO, 2005, p. 81).

No início do século 21, a degradação da natureza chegou a níveis alarmantes em quase todo o Planeta. Isso produziu uma crise ambiental global e permanente caracterizada pela: devastação das florestas boreais, temperadas e tropicais; poluição da água dos mares, dos rios e dos lagos; despejo de milhares de toneladas de lixo nos oceanos; poluição do ar por produtos químicos; vazamento de petróleo nos mares; extinção de espécies da flora e da fauna; queimadas descontroladas, entre outros. Essas ações provocam prejuízos em uma escala temporal e geográfica cada vez maior.

A escala temporal e geográfica do ecossistema do capital tem mudado em função do crescimento exponencial. Enquanto no passado os problemas eram tipicamente localizados (um rio poluído aqui, uma nuvem tóxica ali), hoje se tornaram mais regionais (chuva ácida, concentrações baixas de ozônio e buracos na camada de ozônio) ou globais (mudança climática, urbanização global, destruição de *habitats*, extinção de espécies e perda de biodiversidade, degradação de ecossistemas oceânicos, florestais e terrestres, e uso descontrolado de compostos químicos artificiais, como fertilizantes e pesticidas, cujos efeitos colaterais são desconhecidos e podem ter uma variedade inimaginável de impactos sobre a terra e a vida em todo o planeta) (HARVEY, 2016, p. 236).

O pensamento dominante em nossa sociedade continua defendendo o crescimento econômico (a marcha rumo ao progresso/ desenvolvimento), à custa da degradação da natureza e da exploração da população mais pobre.

No Brasil, as recentes tragédias ocasionadas pelo rompimento das barragens em Mariana (em cinco de novembro de 2015) e em Brumadinho (em vinte e cinco de janeiro de 2019), ambas no estado de Minas Gerais, estão entre os mais graves desastres ambientais e trabalhistas da história do país. O rompimento de duas barragens com rejeitos de minério em pouco mais de três anos causaram as mortes de centenas de pessoas e danos sem precedentes. Fica evidente que o lucro vem acima de tudo.

O vazamento de petróleo no litoral do Nordeste no final de 2019, que atingiu inúmeras praias da região, causando um dano ambiental gigantesco, também evidencia o despreparo do país para lidar com a questão. O foco está apenas nos lucros, os custos com a prevenção de desastres e com a recuperação não são contabilizados. Resta saber onde será a próxima tragédia.

O aumento das queimadas e do desmatamento da floresta Amazônica ao longo do ano de 2019 e no transcorrer de 2020 também tem preocupado pesquisadores brasileiros e de outros países. A reação do governo federal, no tratamento do desmatamento no país

preocupa, tendo em vista a magnitude e a complexidade da questão e o pequeno empenho em encontrar soluções.

A situação atual do ambiente demonstra a insuficiência da ética vigente, antropocêntrica, individualista, incapaz de perceber a íntima ligação entre todos os organismos vivos, em interconexão entre eles e com o meio inorgânico, cujos recursos são exauríveis, razão por que sua utilização tem que ser prudente e orientada por uma ética da solidariedade, em que sobressaia a responsabilidade transgeracional. Só assim poder-se-á preservar e assegurar a vida à presente geração e àquelas que venham a sucedê-la (AZEVEDO, 2005, p. 90).

Além dos problemas já sinalizados, faz-se necessário expor que os ambientalistas (defensores do meio ambiente e denunciantes da destruição desenfreada da natureza) sofrem ameaças de morte em muitos lugares do mundo. No Brasil a situação é de tensão, visto que a ameaça e o assassinato de ambientalistas é um problema real. Defender a qualidade da água e a preservação da floresta tornou-se risco de morte. Temos que mudar com urgência a relação entre economia, política, sociedade e meio ambiente.

Para que se adote uma ação compatível com as necessidades humanas, tem-se que atentar que os ecossistemas são unidades interdependentes, complexas, e que sua extensão geralmente se estende além das fronteiras políticas e econômicas. Tudo evidencia a insuficiência de sua consideração parcial. O desafio do século XXI consiste em compreender as fraquezas e implicações dos ecossistemas, de modo a conciliar sua utilização com os níveis de tolerância aceitados pela natureza (AZEVEDO, 2005, p. 92).

Uma das razões da crise permanente em que se encontra a sociedade está no fetichismo econômico que domina o discurso político. Criou-se a ilusão de que todos os problemas existentes na sociedade, ou pelo menos uma grande parte deles, podem ser resolvidos mediante receitas econômicas. Tal concepção tem deformado

.....

a nossa capacidade em lidar com os problemas, pois sem o aval dos economistas pouco pode ser feito. “Influenciada por anos de primazia do econômico a sociedade cai na armadilha de considerar as dificuldades econômicas como sendo os seus verdadeiros problemas” (BUARQUE, 1990, p. 84).

De acordo com a argumentação tecida por Capra (2006), quanto mais são estudados os problemas da atualidade, mais percebemos que eles não podem ser analisados isoladamente, pois são considerados problemas sistêmicos. A solução para os problemas exige uma mudança de visão de mundo, um novo paradigma capaz de ir além da primazia do fator econômico:

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos) (CAPRA, 2006, p. 25).

A compreensão de que os seres humanos também fazem parte de uma teia complexa e relacional de grande amplitude denominada natureza é de grande importância para avançarmos na construção de uma agenda revolucionária capaz de mudar os rumos da sociedade. Nesse aspecto, vale a pena reproduzirmos as palavras do Papa Francisco, na *“Carta Encíclica Laudato si”*:

Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um

limite aos seus interesses imediatos. Pelo contrário, se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 4).

A crise social, a crise de representação política e a crise ambiental constituem o que denominamos de crise global permanente. A crise tem conduzido a elevação da desigualdade em todo mundo: desigualdade entre ricos e pobres; desigualdade no acesso a informação; desigualdade na representação política nacional e internacional; desigualdade na qualidade de vida; desigualdade no acesso à água potável; entre tantas outras desigualdades e perversidades.

## **2.4 A geografia da desigualdade**

Inúmeras pesquisas acadêmicas já revelaram as profundas desigualdades existentes entre países, como no próprio interior de um país. Os dados levantados por Stiglitz (2016), no livro “O preço da Desigualdade”, e por Piketty (2014), em “O capital no século XXI” evidenciam que a disparidade entre pessoas ricas e pobres continua aumentando em praticamente todos os lugares do mundo, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980.

Porém, mesmo com os dados que demonstram o crescimento da desigualdade, ainda persiste no mundo: [...] uma razão econômica burguesa que não apenas justifica como promove a acumulação sem limites, enquanto simula uma infinidade virtuosa de crescimento harmonioso e melhorias contínuas e alcançáveis do bem-estar social (HARVEY, 2018, p. 173).

A lógica defendida pela burguesia e amplamente noticiada e apoiada pela mídia comercial é a do crescimento infinito e harmonioso capaz de melhorar a vida da maioria das pessoas. Porém, na prática, como já demosmos anteriormente, os resultados são bem diferentes das promessas.

Nessa etapa do livro, o objetivo é apresentar as possíveis contribuições oferecidas pela Geografia para o entendimento da

.....

produção e da expansão da desigualdade pelo espaço mundial. Com esse intuito vamos atentar para os seguintes pontos: a produção do espaço geográfico no capitalismo e a teoria de desenvolvimento geográfico desigual.

O espaço geográfico é produzido pela relação estabelecida entre os seres humanos e a natureza. Podemos dizer que é o trabalho humano, realizado em sociedade que transforma a primeira natureza em espaço geográfico. A técnica utilizada e a política praticada têm um papel importante nesse processo, visto que orientam e definem a magnitude da transformação. Os avanços técnicos aliados aos interesses políticos e econômicos possibilitam grandes intervenções humanas, resultando na produção de um espaço geográfico dotado de elevada complexidade.

A intervenção humana por meio do trabalho social sobre a paisagem natural tem como resultado a formação de uma paisagem humanizada: áreas rurais; cidades; estradas; ferrovias; pontes; viadutos; túneis; prédios; casas; igrejas; indústrias; comércios; *shopping center*; praças; portos; aeroportos; usinas hidrelétricas; usinas termoeletricas etc. Os seres humanos produzem um espaço que contém as características da sociedade na qual estão inseridos.

Como as sociedades que vivem sob o ritmo do capitalismo são contraditórias e desiguais, a produção do espaço também vai se manifestar de modo desigual. E isso é percebido em todas as escalas geográficas (global, nacional, regional e local). É obvio que não foi o capitalismo que inventou a desigualdade, pois ela já existia muito antes do seu advento; porém, a sua organização estrutural a reforça ainda mais.

Para entendermos o porquê da existência de espaços tão desiguais é preciso recorrer à teoria do desenvolvimento geográfico desigual. As primeiras discussões teóricas sobre o desenvolvimento desigual estão presentes nas obras dos pensadores russos Vladimir Lênin "Imperialismo: fase superior do capitalismo", e Leon Trotsky "A história da Revolução Russa: a queda do tzarismo".

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

Lênin (1987, p. 60) analisou a desigualdade com base no processo de expansão espacial do capitalismo a partir da sua fase imperialista. Para o referido autor: “O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista”. A forma de organização social estabelecida pelo capitalismo estimula a ampliação da desigualdade.

Trotsky (1967) foi um dos primeiros autores a teorizar a desigualdade. Estudando o caso da penetração tardia do capitalismo na Rússia, elaborou a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Com essa lei explicou as contradições existentes entre os países. Para o autor, um determinado país atrasado, do ponto de vista da modernidade ocidental, poderia assimilar as conquistas materiais dos países adiantados. Para fazer isso o país atrasado é forçado a queimar etapas e dar saltos. Tal fato conduz à combinação de formas arcaicas com as formas modernas. Uma agricultura arcaica conviveria e se combinaria com a presença de indústrias modernas nas cidades.

O economista sueco Gunnar Myrdal também está entre os estudiosos que procuraram evidenciar as desigualdades existentes entre nações e regiões. Em seus estudos verificou que algumas regiões crescem e acumulam investimentos, outras sofrem com a falta de oportunidades.

[...] o crescimento de uma região pode causar efeitos regressivos em outras, devido à troca desigual entre regiões mais ricas, exportadoras de produtos manufaturados e regiões mais pobres, produtoras de bens primários. Esses efeitos regressivos seriam provocados pelos movimentos de mão de obra, de capital e de bens e serviços em direção aos centros em expansão, em detrimento das regiões mais pobres, devido ao fato de as regiões desenvolvidas oferecerem maiores oportunidades de emprego, taxas de retorno em investimento mais elevadas, melhor infraestrutura, assistência social etc. (DALLABRIDA, 2017, p. 47).

Gunnar Myrdal questionava as abordagens econômicas que defendiam a existência de equilíbrio nas economias de mercado. Para o autor, o desenvolvimento das nações ricas e das nações pobres não poderia convergir. Isso se aplica em virtude das desigualdades existentes nas relações de troca. Outra questão considerada são as constantes mobilidades da mão de obra, do capital e dos serviços para os espaços em crescimento, fragilizando ainda mais os países ou regiões pobres.

A desigualdade é produzida a partir da relação dialética e não dualista entre: modernidade e atraso; riqueza e pobreza; concentração e segregação; escassez e acumulação; trabalho social e exploração do trabalho; emprego e desemprego; centro e periferia. Entender a natureza dialética da desigualdade no capitalismo é fundamental para pensar nas estratégias para a sua superação.

No capitalismo, a produção e a difusão da desigualdade fazem-se necessárias para a expansão da lógica mercantil e a acumulação de capitais nas mãos de um restrito número de pessoas. “Sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, há muito tempo o capital já teria se ossificado e se tornado caótico. Esse é um meio crucial pelo qual o capital se reinventa periodicamente” (HARVEY, 2016, p. 139-140). Ao expandir-se do seu centro difusor (a Europa Ocidental), para outras regiões do mundo, o capitalismo cria as condições para a sua reprodução ampliada. Porém, isso é feito à custa da produção de mais desigualdade.

Podemos encontrar uma análise densa da desigualdade espacial produzida no capitalismo na teoria do desenvolvimento geográfico desigual. A referida teoria permite compreender os antagonismos, as tensões e as assimetrias econômicas, políticas, sociais e ambientais existentes nas diferentes escalas geográficas. De acordo com a análise efetuada por Theis (2009), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual é uma tentativa teórico-metodológica para compreender a espacialidade da desigualdade no modo de produção capitalista, ou seja, a natureza geográfica da desigualdade.

Na interpretação construída por Corrêa (2003), o desenvolvimento desigual constitui uma das particularidades da dialética (a interpenetração dos contrários). Trata-se dos processos contraditórios inerentes à composição da realidade que se encontram relacionados e interpenetrados. Conforme o citado autor é no modo de produção capitalista que a diferenciação e a desigualdade se tornam mais nítidas, pois foram inseridos novos elementos como: a divisão territorial do trabalho; o desenvolvimento de novas técnicas e a aceleração dos fluxos de comunicação.

O geógrafo Neil Smith ofereceu uma densa análise conceitual no livro nominado "Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço". Segundo o autor: "[...] o desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo". Em sua análise verificou que: "[...] o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital" (SMITH, 1988, p. 19). Não existe produção capitalista sem a produção de desigualdade.

Para entender a desigualdade é preciso ter em mente que no modo de produção capitalista o modelo político-econômico colocado em prática tem como finalidade a elevação dos lucros e a concentração da riqueza nas mãos da burguesia. Com a globalização, cujo resultado é a maior abertura das economias em âmbito mundial, o capital acumulado em um determinado território passou a movimentar-se com relativa fluidez para outros territórios (claro que isso depende de setor para setor e de escala para escala, como explicou Neil Smith, 1988). Existem setores cuja fluidez é maior (como o mercado de ações) e outro em que a fluidez é menor (setores que são exigidos o transporte de mercadorias, como alimentos).

Em virtude do movimento realizado pelo capital uma região industrial consolidada pode entrar em declínio com a saída dos capitais rumo a outras regiões em expansão. Por sua vez, um novo centro comercial e de prestação de serviços pode ser construído, com a chegada de novos investimentos, em uma área antes degradada econômica e socialmente. Nesse aspecto, também para Bauman (2001):

As principais técnicas do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial, com a responsabilidade pelas consequências de tudo, bem como com a necessidade de arcar com os custos (BAUMAN, 2001, p. 18).

O capital investido em um determinado território não está mais rigidamente fixo. Isso ocorre porque foram estabelecidas as condições técnicas e políticas para se evitar o confinamento do capital. Quando as condições não forem as mais favoráveis para sua reprodução, o capital pode fugir rapidamente e migrar para outros territórios (que ofereçam vantagens). Para poder fazer isso é preciso evitar vínculos mais profundos com o território. Criar vínculos profundos significa enraizamento, ou seja, arcar com os custos sociais da fixação (BAUMAN, 2001). Arcar com custos sociais e ambientais é algo que o capital não deseja realizar. Nesse aspecto, encontrou na mobilidade uma possibilidade de fugir dos “custos adicionais” e obter elevados lucros. Conforme análise elaborada por Bernardino (2015):

O desenvolvimento desigual dos espaços geográficos continua sendo importante para a continuidade do capitalismo e, do mesmo modo, é por meio destas diferenças que os espaços do capital se expandem de forma mais vigorosas (Bernardino, 2015, p. 108).

Theis (2009, p. 242) argumentou que em decorrência da mobilidade do capital: “As atividades previamente dominantes dão lugar a outras. Algumas desaparecem, outras novas surgem. Espaços economicamente relevantes no passado são tornados irrelevantes no presente”. Nesse cenário, espaços irrelevantes no passado também podem apresentar novas oportunidades de investimento e lucro.

Artigo elaborado por Bekerman, Dulcich e Moncaut (2013), indicou que o crescimento dos investimentos e da produção industrial na China, especialmente a partir de 1985 em diante, tem impactado na América Latina, pois tem substituído a produção local. No caso do Brasil, os autores citaram a substituição do país como provedor de

alguns artigos de consumo e de bens de capital para a Argentina. Por exemplo, a exportação brasileira de motocicletas para a Argentina caiu de 23% para 15% e de malhas de 31% para 18%.

No Brasil, Chile, Argentina e México, as exportações da China cresceram e já ocupam os primeiros lugares no montante total. Com isso, a China atua cada vez mais como novo fornecedor industrial para muitos dos países localizados na América Latina, visto que os Estados Unidos e a União Europeia estão perdendo participação (BEKERMAN; DULCICH; MONCAUT, 2013).

Parte expressiva dos investimentos na produção industrial, investimentos que eram antes predominantes nos Estados Unidos e nos países pertencentes à União Europeia, foram agora deslocadas para a China, que ocupa a posição de grande produtor industrial no mundo. Os grandes investidores não estão preocupados com o lugar da produção, mas sim com os lucros obtidos. A China se tornou uma área de atração de capitais internacionais, ainda que fortemente regulado pela ação do Estado comunista. Por sua vez, o Brasil está perdendo participação na produção industrial:

Fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade imediatamente ou em pouquíssimo tempo. Por outro lado, fixar-se muito fortemente, sobrecarregando os laços com compromissos mutuamente vinculados, pode ser positivamente prejudicial, dadas as novas oportunidades que surgem em outros lugares (BAUMAN, 2001, p. 21).

Com essa estratégia (possível em razão do uso de técnicas cada vez mais fluidas e dos acordos políticos que asseguram a sua presença ou a sua saída de determinado território), o capital investido pode mudar para outro local, desde que as oportunidades sejam mais atraentes aos investidores. Dessa maneira, as empresas, antes mais rígidas e fixas no território, agora procuram fragmentar a produção mundialmente.

A empresa Boeing, fundada nos Estados Unidos, é um exemplo de empresa que atua em uma densa rede mundial. Segundo informações obtidas em seu *site*, a empresa é uma das maiores fabricantes de aeronaves (comerciais e militares) e satélites do mundo. Possui cerca de 150 mil funcionários em mais de 65 países. Tem seis centros de pesquisa avançada fora dos Estados Unidos.

No Brasil, a Boeing construiu um centro de pesquisa em São Paulo, no ano de 2012, obtendo parcerias com empresas e universidades. A produção das peças e equipamentos dos aviões da Boeing é realizada por empresas parceiras em diferentes partes do mundo, posteriormente a montagem de alguns modelos, como 747, 767, 777 e 787 ocorre na fábrica em Everett, Washington.

Cada etapa do processo produtivo pode ser realizada em uma localidade diferente. As grandes empresas com atuação internacional buscam locais nos quais possam obter mão de obra qualificada, pagar os salários mais baixos possíveis, além de receberem incentivos fiscais para a sua instalação. Isso permite ampliar ainda mais a acumulação.

Nessa perspectiva, o capital se movimenta geograficamente com a intensão de aproveitar as oportunidades geradas pelo desenvolvimento, sem arcar com os custos inerentes ao subdesenvolvimento. Desta feita “[...] o capital tenta fazer um “vaivém” de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área [...]” (SMITH, 1988, p. 213).

Bauman (1999) também verificou que a grande fluidez do período atual permite que os investimentos se movimentem com muita velocidade de um ponto para outro da superfície terrestre. No entanto, conforme constatou o referido autor, para a maioria da população, não existem condições materiais para movimentarem-se com a mesma fluidez. Tal fato reforça ainda mais a desigualdade.

Surge uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da “vida como um todo” – assimetria que o poder agora desarraigado,

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar às consequências da exploração (BAUMAN, 1999, p. 16).

Os investimentos realizados pelos capitalistas (e parte da infraestrutura resultante do investimento) podem ser transferidos para outros territórios com relativa facilidade. Os controladores das grandes empresas não estão muito preocupados com a força de trabalho local que irá perder os seus empregos, ou com a queda na arrecadação de impostos que resultará em menores investimentos em saúde e educação na cidade que foi abandonada pela empresa. Essas empresas estão mais interessadas em se deslocar para os locais que possuem baixos custos, flexibilização das leis trabalhistas, mercados abertos, frágeis leis ambientais e muitos incentivos fiscais.

Enquanto isso, para a maior parte da população mundial, deslocar-se legalmente para os países mais desenvolvidos, que possuem melhor qualidade de vida, continua sendo um grande desafio. Inclusive com risco de morte, haja vista os exemplos de tentativa de chegar aos Estados Unidos pela fronteira com o México, ou à Europa pelo mar Mediterrâneo em embarcações precárias.

A política desempenha um papel significativo para que a mobilidade do capital ocorra, visto que normatiza e regulamenta os investimentos, bem com as transações comerciais e financeiras. As regulamentações devem estar em conformidade com os interesses dos grandes capitalistas. Centenas de acordos internacionais são firmados entre países (acordos bilaterais) ou entre grupos de países para favorecer a mobilidade de mercadorias.

Para Harvey (1982, 2004), com a produção da desigualdade geográfica, ficaram nítidas as profundas contradições oriundas do processo de expansão capitalista. A desvalorização ou a destruição, em um dado lugar fomenta os investimentos em outro. Porém, os mais afetados são os mais necessitados.

A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais (HARVEY, 2004, p. 115).

As desigualdades geográficas são mais do que os legados histórico-geográficos oriundos da ocupação humana da superfície da Terra, elas são continuamente produzidas, reproduzidas, solapadas e reconfiguradas por processos político-econômicos e socioecológicos (HARVEY, 2004). Entender esse complexo processo exige ir além da simples observação empírica linear. Exige avançar rumo a uma leitura interdisciplinar e relacional do espaço geográfico.

Em virtude da dinâmica do processo de desenvolvimento geográfico desigual as: “[...] regiões ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto regiões pobres tendem a ficar mais pobres” (HARVEY, 2016, p. 142). As regiões ricas e dinâmicas são capazes de atrair novas atividades, pois possuem infraestrutura física disponível, mão de obra qualificada em número significativo e um mercado consumidor com elevada vitalidade capaz de absorver a produção.

Como consequência, mais capital é atraído. Em compensação, outras regiões carecem de serviços ou perdem cada vez mais atividades. Elas entram numa espiral descendente de depressão e decadência. O resultado são concentrações regionais desiguais de riqueza, poder e influência (HARVEY, 2016, p. 142).

Contudo, Harvey (2016, p. 142) verificou que existem limites à centralização, tais como: superpopulação, poluição, elevação dos custos com manutenção, aumento de impostos, crescimento do custo de vida, reivindicações trabalhistas etc. Os fatores elencados trazem consequências negativas para a acumulação de capital. “Quando os custos locais aumentam rapidamente, os capitalistas buscam outros espaços na economia global para exercer suas atividades”.

Os espaços dinâmicos podem entrar em estagnação ou até mesmo decadência quando o excesso de centralização passa a atuar como um obstáculo para a reprodução ampliada do capital. Os investimentos são orientados para outros locais quando os custos aumentam significativamente. Harvey (2016) chama esse deslocamento do capital de “ajustes espaçotemporais”. O ajuste é uma tentativa de resolver os problemas de absorção do excedente de capital.

Existem duas implicações principais. Com o redirecionamento dos fluxos de capital no espaço tem-se uma redução, ainda que temporária, dos riscos de superacumulação e desvalorização. Porém, “O capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente” (HARVEY, 2016, p. 145). Os antagonismos internos do capital não são resolvidos e sim transferidos para outros espaços.

A segunda implicação diz respeito à existência de uma concorrência internacional muito grande entre os principais centros dinâmicos mundiais. Os perdedores entram em crise de desvalorização e isso estimula conflitos geopolíticos que podem levar a guerra entre potências. “Nesse caso, o ajuste espaçotemporal adquire um significado muito mais sinistro, transformando-se em exportação de desvalorização local e regional e destruição do capital” (HARVEY, 2016, p. 146). A guerra destrói para que posteriormente os vencedores possam reconstruir. Inicia-se um “novo” ciclo de reprodução ampliada.

Podemos perceber que o capital, ao adentrar em um território e usá-lo para atender as suas necessidades, produz uma paisagem geográfica que é de seu interesse. Contudo, mais adiante precisa destruí-la para criar novas formas de acumulação. O prejuízo fica, geralmente, para as pessoas que vivem nos territórios degradados.

Outro autor que contribuiu significativamente para a compreensão da desigualdade geográfica foi Edward Soja (1993). Para a existência e continuidade do modo de produção capitalista, conforme sinalizou o autor, são necessárias a existência e a manutenção da desigualdade geográfica. A lista da desigualdade é ampla e envolve: taxas de lucro, composição orgânica do capital, produtividade do tra-

balho, organização do trabalho, índices salariais, níveis de tecnologia, custo dos materiais, infraestrutura, investimentos de capital etc. Tais elementos estão presentes em todas as escalas geográficas (global, regional e local). Na escala local é possível observar:

[...] diferentes níveis de desenvolvimento entre os municípios, assim como no interior dos municípios (cidades, bairros, distritos, áreas rurais etc.). No espaço urbano – com maior evidência para as cidades – verificamos a produção de espaços diferenciados com características e peculiaridades próprias (centro, subúrbio, bairros e distritos destinados para atender determinado nicho cultural). A segregação espacial, a construção de condomínios fechados de luxo, a redução dos espaços públicos em relação aos privados (como exemplos podemos citar o abandono dos cuidados públicos com relação à praças e a ampliação do *número de shopping center*), o turismo como negócio, revitalização de determinadas áreas como investimento, a elevação no número de sem tetos e o crescimento das favelas mostram a desigualdades em âmbito local (COSTA, 2016, p. 98).

A desigualdade atinge de maneira perversa, principalmente, a população pobre e se manifesta como: desigualdade de oportunidades desde a infância; analfabetismo ou baixa escolaridade; segregação espacial; fome; miséria; racismo, desemprego; baixos salários; exploração da força de trabalho; exploração sexual; degradação ambiental; desigualdade de gênero; desrespeito a grupos minoritários; migrações forçadas; elevação do número de refugiados espalhados pelo mundo; egoísmo; individualismo entre outros sérios problemas que afligem um grande número de pessoas.

No transcorrer do ano de 2020, a pandemia da Covid-19 tem reforçado a desigualdade de norte a sul, do global ao local. Depois do início na China, foram as cidades dinâmicas situadas na Itália, França e Inglaterra as primeiras a enfrentarem milhares de casos. Nos Estados Unidos, a cidade de Nova York, capital financeira mundial, foi uma das primeiras cidades do continente americano a registrar milhares

de casos. Inicialmente a doença causada pelo vírus Sars-CoV-2 atingiu uma parcela da população de maior poder aquisitivo e que se deslocava com relativa fluidez pelo espaço geográfico. Porém, o vírus rapidamente se espalhou para diferentes partes do mundo, atingindo com força a América Latina e a Índia. Nesses países, a população pobre tem sofrido com os impactos do vírus.

Ainda não existe unanimidade sobre o surgimento da pandemia, mas pode-se afirmar que ela está diretamente associada à globalização e seus fluxos de pessoas e mercadorias, que transportaram o vírus aos países e, depois, pelo seu interior (RIBEIRO, 2020, p.7)

A velocidade dos fluxos de mercadorias e de pessoas desencadeada pela globalização contribui, sem dúvidas, para a rápida expansão do vírus. Os aeroportos internacionais, inicialmente foram um dos principais canais de difusão. O intenso fluxo de pessoas viajando a trabalho ou fazendo turismo acabou contribuindo para o rápido espraiamento da doença pelo espaço geográfico mundial.

O primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020. Trata-se de um homem residente em São Paulo, que realizou uma viagem para a Itália. A primeira morte ocorreu no dia 12 de março do mesmo ano.

No interior do país, o vírus foi sendo transmitido entre a população. A doença chegou nas periferias urbanas das cidades. Algumas cidades adotaram medidas mais adequadas e conseguiram, ainda que parcialmente, conter o avanço da doença. Em outras, cuja ação política falhou ou foi equivocada, a Covid-19 infectou um maior número de pessoas. Mais uma vez, como tem sido comum com a globalização, é a população de menor poder econômico a mais afetada.

Distintamente do que se afirmava no começo de 2020, a pandemia não é democrática. Ela afeta de modo muito

mais intenso a população de renda mais baixa, que necessita sair de casa para trabalhar, está mais sujeita a aglomerações pelo uso de transporte coletivo e não tem infraestrutura de saneamento básico para lavar as mãos com regularidade. Ela é também uma pandemia urbana, dado que é nas cidades que as maiores concentrações humanas estão presentes (RIBEIRO, 2020, p. 8).

As cidades dos países periféricos, além de concentrarem maior população residente, também são caracterizadas pela segregação espacial. Enquanto as pessoas de maior renda vivem em bairros com infraestrutura adequada, com destaque para os serviços de saúde, educação e saneamento básico, os que vivem nas periferias urbanas degradadas não possuem as mesmas condições. Nesses casos, a pandemia castiga essa parcela da população que, em sua maioria, não tem água tratada e nem sabão para lavar as mãos em casa, muito menos álcool gel. A residência dessa população fica longe trabalho, por esse motivo surge a necessidade de enfrentar o transporte coletivo, sempre lotado diariamente. Outros fatores agravantes são: o de não poder ficar em isolamento físico na residência por depender dos setores formal e informal da economia para sobreviver; o de não ter à sua disposição um serviço de saúde de qualidade; o de não poder fazer exames para diagnosticar a doença para impedir a sua disseminação.

Conforme verificou Ribeiro (2020, p. 10): “A propagação do vírus desnudou a histórica desigualdade social planetária, que piorou”. O desemprego, em países como o Brasil e a Argentina, voltaram a atingir níveis históricos. Os pequenos comercialmente (donos de restaurantes, bares, lojas etc.) estão com dificuldade para manter sua atividade e muitos já fecharam temporariamente ou definitivamente as portas. Os trabalhadores informais com dificuldades para manter a sua renda dependem dos auxílios emergenciais instituídos pelo Estado. Por seu turno, de acordo com os dados disponibilizados pela Oxfam Brasil (2020), os 25 maiores bilionários do planeta obtiveram

crescimento da sua fortuna em U\$ 255 bilhões apenas nos três primeiros meses da pandemia.

A desigualdade no acesso à educação também está sendo reforçada com a pandemia. No Brasil, por exemplo, foi adotado a partir de meados de março de 2020, o ensino remoto. Milhões de estudantes da educação infantil, do ensino fundamental, médio, superior e da pós-graduação foram lançados ao ensino remoto. Porém, em um país no qual a maioria da população de baixo poder aquisitivo não tem acesso à internet de qualidade, a equipamentos adequados, bem como não possuem local apropriado para o estudo em sua residência e nem alguém da família em condições de ajudar no aprendizado, o resultado será catastrófico.

Sem acesso à escola e aos professores por meio físico, apenas de forma remota, parcial e muitas vezes precária, as crianças e os jovens mais pobres ficarão cada vez mais distantes do conhecimento necessário para enfrentar os desafios impostos pelo século 21. A desigualdade entre ricos e pobres será maior do que já é. A educação que deveria ser prioridade na agenda foi tratada com desdém. Triste realidade.

Em meados de fevereiro de 2021 o número de casos no país está próximo dos 10 milhões e o número de mortes em cerca de 240 mil. A campanha de vacinação da população acontece lentamente, desnudando os equívocos políticos cometidos pelo governo federal, especialmente no Ministério da Saúde. Ainda não foi observado sinais efetivos de recuperação na economia com relação a geração de emprego.

A pandemia da Covid-19 tem mostrado que a desigualdade é um problema muito mais complexo do que imaginavam alguns economistas liberais ortodoxos.

## 2.5 Articulações entre o global e o local

O aprofundamento do processo de globalização com toda a fluidez que envolve as suas ações provoca transformações que permeiam o global e o local. Para tratar adequadamente das escalas global e local é preciso ter em mente que ambas não podem mais ser verificadas separadamente, visto que: “Cada local vira um ponto de um circuito mundial articulado em rede [...]” (MOREIRA, 2016, p. 91). Stiglitz (2007, p. 87), também acredita que: “[...] podemos viver em nossas cidades, mas cada vez mais teremos de pensar globalmente [...]”.

Em um passado relativamente distante (até cerca de um ou dois séculos atrás) as relações sociais tinham como referência apenas o lugar. A vida comum e todos os seus atributos eram influenciados pelos fenômenos que ocorriam no lugar. Festas, política, comércio, feiras, religião, educação e cultura estavam fortemente enraizados nos lugares. A maioria das pessoas não tinha ideia do que era o global. Não era possível promover integrações e conexões internacionais com fluidez. O contato entre diferentes civilizações, distantes uma das outras, até existia, mas era restrito.

A existência de uma escala global se tornou realidade com o aprofundamento do conhecimento sobre a superfície da Terra. Assim, uma nova concepção de mundo passou a fazer cada vez mais parte da vida das pessoas – a existência de um espaço global articulado. Isso foi possível em virtude do mapeamento cartográfico do planeta, da melhoria nos meios de transporte, da invenção de técnicas eficientes para comunicação, da expansão da diplomacia, do acirramento das redes financeiras e da criação de organizações e corporações internacionais. Com isso, hoje não é mais possível pensar o local sem considerar as redes tecidas internacionalmente e a sua capacidade de influenciar as ações políticas e o modo de vida das pessoas que vivem o lugar.

Vejamos mais uma vez o caso da pandemia da Covid-19, inicialmente identificado como novo coronavírus e agora nominado

como Sars-Cov-2. O vírus provavelmente apareceu pela primeira vez em Wuhan, província de Hubei, na China. O primeiro caso foi sinalizado em 31 de dezembro de 2019. Em pouco tempo o vírus atingiu a Europa, com muitos casos na Itália, Espanha, França e Reino Unido, logo em seguida os Estados Unidos. Com a fluidez típica da globalização atingiu em pouco tempo quase todos os países do mundo.

A velocidade com que ocorreu o aumento no número de casos de infectados com o vírus no mundo está relacionada com a sua alta transmissibilidade, mas também com a globalização e com a política definida por cada Estado para combater a pandemia. Os meios de transporte rápidos (como os aviões) e a grande quantidade de pessoas viajando contribuíram para que o vírus em poucos meses se espalhasse.

Um fenômeno que começou localmente (pontualmente em Wuhan) se espalhou para outros continentes (atingindo a escala global) e mudou as relações interpessoais nos lugares em que se propagou. O isolamento físico, uma das medidas adotadas para conter a expansão do vírus, alterou, mesmo que por um certo período, hábitos (como o de abraçar ou cumprimentar uma pessoa), a forma de trabalhar (trabalho remoto em casa utilizando as tecnologias virtuais) e até mesmo a economia (fechamento do comércio e de indústrias e aumento do comércio eletrônico).

A pandemia da Covid-19 deixa claro que o lugar em tempo de globalização não pode ser descolado da escala global, visto que as interações e os fluxos são cada vez maiores. Um acontecimento local pode rapidamente atingir uma amplitude global e repercutir em outros lugares.

Quando atentamos para a influência cultural em tempos de globalização, o lugar mesmo que ofereça resistência a certas imposições externas introduzidas pela globalização, acaba sendo afetado por essas externalidades. Isso promove transformações capazes de alterar a própria dinâmica interna do lugar. As intervenções políticas e econômicas realizadas em um lugar podem ter como origem pontos

distantes. Uma informação/ação proveniente dos principais centros financeiros e de gestão situados nos EUA tem consequências em lugares que estão a milhares de quilômetros.

Em virtude do aprofundamento da globalização foram introduzidas novas relações econômicas, políticas, culturais e ambientais. Isso transformou algumas das características de inúmeros lugares. Porém, o global nunca se realiza por completo no lugar, visto que as relações historicamente estabelecidas, bem como os vínculos sociais e as heranças culturais não desaparecem completamente. As relações sociais e os laços culturais estabelecidos localmente continuam sendo representativos e capazes de influenciar as pessoas.

O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global. Mas, mesmo assim, o lugar é também o outro da totalidade porque é a totalidade, mas também a sua negação, já que, materializando-se no lugar, o evento perde o dinamismo próprio da potencialidade. Essa potencialidade está definida dialeticamente pela necessidade e a possibilidade. É aliás, o outro da totalidade, porque o lugar se transforma numa totalidade parcial – no vocabulário sartriano – que está ligada a todas as outras totalidades parciais, mas sempre via totalidade global (SILVEIRA, 1997, p. 204-205).

Seguindo sua linha de pensamento, Silveira (1997, p. 205), argumenta que o todo se nega e se afirma no lugar, visto que o lugar não é somente uma parte, e sim o todo concretado. Com isso, “[...] os lugares se tornam mundiais, ainda que cada vez mais diferente entre eles, e formam uma totalidade concreta, empírica”. A autora considera que os eventos que se materializam nos lugares estão ligados a uma estrutura única, mas se empiricizam em combinações com individualidade própria.

Entendemos que o atual processo de globalização fluida não homogeneizou o espaço mundial, nem o fará, pois existem muitas diferenças e resistências. A globalização é uma tendência à ho-

mogeneização econômica e cultural que não se realiza, mas altera substancialmente algumas ou muitas das características do lugar.

O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o *lugar* se apresenta como o *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 1997, p. 303, grifo da autora).

A existência de estilos de vida que são mundializados a partir de uma atitude dita como moderna, conforme a abordagem feita por Ortiz (1994), são alguns dos sinais da globalização e da sua influência no lugar. As marcas de mercadorias ditas como globais tentam impor certos padrões culturais mundiais para ampliarem as suas vendas. Para isso, usam e abusam dos meios de comunicação e da publicidade para criar o desejo pela mercadoria.

A publicidade das grandes empresas está se tornando cada vez mais global e uma mesma propaganda pode ser usada em diferentes países para convencer o público a aceitar o produto. No dizer de Santos (2004, p. 48): “Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços”. Primeiro se cria o desejo pelo consumo, depois vem o produto. Um produto cada vez mais universal.

São ações comuns em várias partes do mundo: viver em grandes cidades; usar calça *jeans* e tênis; beber refrigerante; andar de automóvel; ter uma motocicleta; comer em *fast food*; escutar música eletrônica; ter um *smartphone*; estar conectado nas redes sociais; ler livros produzidos em massa e assistir a filmes e séries de *hollywood*. Trata-se de uma tentativa de homogeneização.

Anthony Giddens (2002, p. 9) tocou em um ponto substancial para a compreensão da relação dialética entre o global e o local. Trata-se das transformações na autoidentidade dos indivíduos: “[...] ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e

.....

promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações". Ao mesmo tempo, diz o autor: "[...] a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades do eu, se torna cada vez mais comum" (GIDDENS, 2002, p. 12). Nesse aspecto:

[...] quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Certamente existem também influências padronizadas – particularmente na forma de criação da mercadoria, pois a produção e a distribuição capitalista são componentes centrais das instituições da modernidade (GIDDENS, 2002, p. 13).

A tendência à homogeneização produzida pela ação da globalização tenta reduzir as escolhas individuais a um leque limitado de opções. O capital procura transformar quase tudo em mercadoria e o estilo de vida adotado por um indivíduo localmente pode ser cada vez mais influenciado pelos interesses das grandes empresas transnacionais. O foco está em criar objetos de desejo que se transformam em mercadorias globais.

No mundo globalizado o indivíduo acredita que faz uma escolha pessoal, porém a sua escolha pode estar restrita as opções definidas pelas grandes corporações transnacionais. Isso é evidente em quase todo o mundo, seja em Tóquio (Japão), Miami (EUA), Lisboa (Portugal), Luanda (Angola), Sydney (Austrália), Buenos Aires (Argentina), Lima (Peru) ou São Paulo (Brasil), os desejos e os gostos estão cada vez mais padronizados.

As transformações na autoidentidade e a globalização [...] são os dois pólos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligados ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude [...] pela primeira vez na

história humana, “eu” e “sociedade” estão inter-relacionados num meio global (GIDDENS, 2002, p. 36).

Os aspectos da vida pessoal na alta modernidade não podem mais ser tratados sem considerar as conexões de maior amplitude estabelecidas globalmente. Um gosto pessoal pode não ser tão pessoal assim, pois é possível encontrar nele conexões externas oriundas de locais distantes, que foram pensadas para atingir um grande número de pessoas e gerar lucro para os seus idealizadores.

As grandes franquias de *fast food* espalhadas pelo mundo são exemplos da influência da globalização. A proposta de comida rápida ganhou adeptos nas grandes cidades e posteriormente se espalhou para cidades menores. O número de pessoas que se alimentam nas redes de *fast food* cresceu significativamente. Ainda assim, nos lugares onde estão presentes não são capazes de homogeneizar as escolhas gastronômicas das pessoas. No Brasil, por exemplo, mesmo com a expansão das franquias de *fast food*, a população não perdeu os hábitos culturais de consumir determinados alimentos, pelo contrário os movimentos em defesa da valorização dos alimentos produzidos regionalmente tem crescido.

A Gastronomia Típica como Patrimônio Gastronômico Regional pode ser uma resposta imediata à dinâmica da cultura global de mercado, pois pretende apontar uma diferenciação com base na originalidade regional, propondo a reconstituição ou definição de elementos expressivos que sejam capazes de configurar marcas regionais de identificação (MULLER; AMARAL; REMOR, 2010, p. 16).

A valorização da gastronomia regional e local contribui para reforçar os laços de pertencimento a uma comunidade que possui uma identidade cultural coletiva. A riqueza de sabores e a diversidade regional da gastronomia brasileira marca uma identidade cultural que precisa ser preservada.

.....

Outro exemplo são os filmes e seriados produzidos para o mercado global capazes de gerar elevado lucro. Nesse contexto, o filme “Vingadores: Ultimato” de 2019 tornou-se a maior bilheteria do cinema no mundo. De acordo com a Folha de São Paulo (2019), arrecadou US\$ 2.790,2 bilhões. No Brasil arrecadou US\$ 85,4 milhões. As cinco maiores bilheterias no mundo são: Vingadores – Ultimato; Avatar; Titanic; Star Wars – o despertar da força e Vingadores: guerra infinita. Os conteúdos presentes nos filmes também se transformam em diversos produtos como: brinquedos, capa de cadernos, camisetas, chinelos, adesivos, copos, entre outros. A influência cultural da indústria cinematográfica também movimenta bilhões de dólares em produtos e serviços oferecidos para o consumo.

No entendimento de Carlos (2007), a globalização introduziu novos costumes e novos objetos técnicos que são assimilados pelo indivíduo. Nesse contexto, podemos visualizar duas questões. A primeira diz respeito a alguns pontos positivos, entre eles a maior facilidade para executar tarefas cotidianas em virtude dos novos objetos técnicos (computadores, satélites, redes sociais, *smartphone* etc.). Por sua vez, o consumismo voraz introduziu desejos que se tornam necessidades em um ritmo cada vez mais acelerado, o que acarreta problemas sociais, ambientais e psicológicos. A autora conclui a sua argumentação defendendo que com a globalização é preciso pensar o lugar a partir das suas singularidades específicas e das suas articulações com o global.

As singularidades que dão personalidade própria ao lugar não desapareceram, basta observar as diferenças e tradições culturais que ainda resistem. No entanto, é notória a pressão exercida para a imposição de padrões internacionais, visto que é a partir do lugar que nos relacionamos com o mundo e o mundo se relaciona com cada pessoa.

Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma

implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social, pois em toda parte estamos presos em maior o menor grau nas forças neoliberais e da globalização (RELPH, 2014, p. 31).

Frente às questões inerentes a um espaço geográfico no qual o lugar está cada vez mais globalizado, Furtado (1984, p. 32) questionou: “[...] temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural”. O autor pensa que se deixarmos de lado nossa identidade: “[...] seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos”. Caso o consumo de bens criados por outras culturas passe a predominar de forma indiscriminada, isso pode: “[...] frustrar formas de criatividade e descaracterizar a cultura de um povo”, inibindo ações criativas e inovadoras endógenas.

Dito isso, como será possível resistir localmente às fortes pressões exercidas pela globalização, cujos interesses são a concentração e acumulação de riqueza por meio de um modelo pautado no consumismo voraz? Pensar em uma possível resposta para essa questão exige resgatar e aprofundar a discussão entre desenvolvimento e território.

## ***2.6 As possibilidades para o desenvolvimento territorial local***

Nas duas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento territorial local vem ganhando notoriedade e sendo debatido por administradores, geógrafos, sociólogo, economistas, cientistas políticos, cientistas sociais, entre outros profissionais. Nessas discussões o território:

[...] incorpora um movimento de mão dupla. De um lado, ele se constitui como um espaço de realização de projetos coletivos e, do outro, ele é o lugar de intervenção das políticas, dos poderes públicos e dos agentes produtivos. [...] É na tensão desses arranjos e escalas entre diferentes agentes que se conformam e constroem as

tendências e possibilidades do (novo) desenvolvimento, no âmbito dos lugares e do território (IVO, 2012, p. 201).

Para avançarmos na discussão sinalizada é preciso definir o conceito de território que estamos incorporando em nossa análise. Assim, faremos uma breve caracterização do conceito de território, procurando enfatizar a sua possível contribuição para o conceito de desenvolvimento.

Conforme verificou Dallabrida (2017, p. 140), contemporaneamente o conceito de território tem sido compreendido como um recorte do espaço geográfico: “[...] relacionado ao uso e apropriação, em que se expressam relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais”. Nesse aspecto:

Toda sociedade, ao se constituir, no mesmo movimento, conforma seu espaço. Dessa maneira, o território não é externo à sociedade que o constitui. Ele a abriga com suas contradições e, por isso, contém, sempre, múltiplas territorialidades em potencial. Em outras palavras, não há território que não seja instituído; cada território é, sempre, abrigo e proteção para os sujeitos que, por meio dele, se fazem a si mesmos (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 14).

O território é permeado por relações políticas de uso, poder e dominação. O uso e as relações de poder e controle instituídas no território caracterizam o estabelecimento de uma territorialidade. É fundamental compreender essa questão, visto que a territorialidade está relacionada à apropriação e aos múltiplos usos existentes no território e todas as contradições envolvidas.

Entre as contribuições que mais influenciaram para a ressignificação do conceito de território, está a definição elaborada pelo geógrafo suíço Claude Raffestin (1993). O principal avanço teórico presente na obra do referido autor foi a constatação de que o território é objetivado por relações sociais de poder e dominação e composto por nós, malhas e redes. Para o autor a origem do território

está no trabalho humano e é no território que o poder se produz e reproduz.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A apropriação do espaço é o primeiro passo para a territorialização. O trabalho social também desempenha um papel importante, visto que é o responsável pela produção do território, assim como contribui para a definição do seu uso. As relações de poder ocupam uma posição de destaque na análise do território, sendo que o poder não está limitado à ação do Estado, ainda que esse seja um ator importante. O poder se manifesta em múltiplas escalas e em rede.

Corroborando com a análise feita por Raffestin (1993), o geógrafo Marcos Saquet (2004) verificou que o território é uma construção social resultante da apropriação do espaço. O território é produzido por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes em um jogo de dominação e submissão, com o intuito de controlar o espaço geográfico. Nessa perspectiva, a territorialização:

[...] significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (SAQUET, 2015, p. 30).

O território é caracterizado, na visão de Saquet (2015), por contradições e unidades, por dominação e subordinação, por fixa-

ção e movimento, por mudanças e permanências, por identidades e diferenças. O território é o resultado de um processo histórico de construção oriunda das relações entre a sociedade e a natureza.

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas (SAQUET, 2015, p. 45).

Os argumentos apresentados oferecem subsídios teóricos para percebermos toda a dinâmica, bem como toda a complexidade presente no conceito de território. As relações de poder e dominação estão articuladas com as relações de subordinação e resistência. A contradição é intrínseca à produção do território. A resistência (estabelecida por parte da população que vive no território e depende dele para existir) ao *status quo* dominador, possibilita a produção de novas experiências de desenvolvimento.

No texto “O retorno do território”, Milton Santos (2005) priorizou em sua análise o uso do território. Na sua interpretação, o uso do território estabelece relações complementares e conflitantes, contínuas e descontínuas, indo do global ao local e constituindo redes geográficas complexas.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. [...] Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 2005, p. 225).

Santos (2005), considerando a elevada fluidez existente no período atual chamou a atenção para um novo funcionamento do

território caracterizado pela configuração de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades estão relacionadas ao domínio da continuidade, ou seja, de lugares vizinhos marcados por uma continuação territorial. Já as verticalidades são pontos distantes uns dos outros, porém conectados.

O território pode ser formado por lugares contínuos (onde existe uma continuação territorial) e por lugares descontínuos (sem uma continuação territorial). “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2005, p. 256). Dessa forma, é possível enxergar uma dialética no território, na qual se estabelece um controle local do território e um controle externo.

O controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus “relais” nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas (SANTOS, 2005, p. 258).

No período em que vivemos – marcado por inúmeros avanços técnicos na área de comunicação – é cada vez mais comum que grupos internacionais estabeleçam o controle de territórios localizados em diversas regiões do mundo. Esses grupos internacionais, articulados em redes de poder verticais, podem estar situados em pontos distantes do território controlado. Com isso, a população local (os que vivem materialmente no território) está exposta a uma ação cuja informação vem de fora e da qual não participam. Tal fato impõe a subordinação e a alienação da população local aos interesses de grupos externos.

O território passa a ser usado com o objetivo de atender aos interesses dos poderosos grupos internacionais, em detrimento dos que nele efetivamente vivem. Os resultados dessa relação conflituosa são cada vez mais problemáticos para as populações locais. Daí a necessidade urgente, abordada por Milton Santos, de retomar o controle do território.

Utilizando como base os argumentos apresentados, percebemos que as relações de poder e o controle estabelecido por determinados grupos definem as diretrizes políticas para o uso do território. O uso do território, geralmente, atende aos interesses de grupos que desejam ampliar ainda mais o seu capital. Esses grupos impõem a sua vontade perante os demais, subordinando a maioria da população aos seus interesses. Isso contribuiu para o desenvolvimento desigual do/no território.

Assim, defendemos que para ocorrer um novo desenvolvimento é necessário que a população local (que se encontra subordinada aos interesses do capital externo ou interno) se empodere do território no qual vive. É preciso lutar pelo controle político do território para instituir novas formas de uso que atendam às necessidades da maioria da população. Retomar o controle do território a partir de princípios efetivamente democráticos é fundamental para promover o desenvolvimento. Diante disso, a democracia deve ser entendida:

[...] como o controle popular sobre todas as instituições sociais, políticas, econômicas e culturais – da parte de todos os seus membros, considerados partícipes diretos e iguais. Ao nível de vida cotidiana, todas as atividades comuns deveriam ser controladas pelo povo, que as conhece melhor que ninguém, na forma de uma democracia de participação (PEET, 1997, p. 62).

As populações locais precisam ser incluídas nos espaços de discussões, bem como na definição das prioridades para o uso do território e das orientações para o desenvolvimento. Nesse aspecto:

Assumir a gestão territorial a partir de estruturas de governança tem uma relação direta com a ampliação da prática democrática, não só na sua dimensão representativa, mas também a democracia participativa – ou deliberativa (DALLABRIDA, 2007, p. 03).

A partir da definição de território apresentada e da necessidade de introduzir uma democracia verdadeiramente participa-

## **A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO**

---

tiva, vamos avançar na discussão com relação ao desenvolvimento territorial. No transcorrer do caminho é preciso ter em mente que o controle político do território pela população que nele vive e nele estabelece a sua identidade é fundamental para a mudança no paradigma de desenvolvimento.

Nas últimas décadas, um número crescente de pesquisadores está contribuindo para a teorização e para a prática de ações transformadoras pautadas no desenvolvimento territorial local. O conceito de desenvolvimento territorial local é um dos mais recentes paradigmas do desenvolvimento.

A referência à dinâmica territorial do desenvolvimento, dentre outras razões possíveis, justifica-se pelo fato de que se entende que o desenvolvimento ocorre localmente, no território, na região, no município, na localidade, logo porque desenvolvimento territorial, que pode substituir termos usuais como desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento local/regional sustentável, ou outros. O qualificativo territorial abarca todas estas dimensões (DALLABRIDA, 2007, p. 05).

A ocorrência do desenvolvimento em um determinado território com o objetivo de melhorar as condições de vida da comunidade exige que as pessoas da própria comunidade assumam o protagonismo e procurem respostas a partir de uma perspectiva integrada (AMARO, 2003).

O desenvolvimento territorial local objetiva o aproveitamento das potencialidades de uma determinada comunidade com a finalidade de beneficiar a própria comunidade, respeitando a identidade cultural e as dinâmicas ambientais. Tal modelo contraria a proposta tradicional de desenvolvimento que prioriza os interesses dos grandes grupos detentores do capital.

As experiências de desenvolvimento local corresponderam, inicialmente, a respostas da sociedade ou de alguns

agentes, diante das dificuldades e desafios econômicos. Mediante essas possibilidades, conformou-se um debate sobre os modelos locais de desenvolvimento, com valorização de recursos e características próprias, conduzidos por processos de iniciativas preferencialmente locais (ENDLICH, 2007, p. 10).

Para que o desenvolvimento territorial local ocorra, a comunidade não pode estar subordinada aos mandos e desmandos do capital, nem de braços cruzados frente às crises econômicas, políticas, sociais e ambientais que se tornaram permanentes na atualidade. É preciso que a comunidade a partir de ações proativas encontre respostas, crie alternativas, aponte novos caminhos, resolva as suas contradições e conflitos internos e promova as mudanças intencionais capazes de reverter o quadro de problemas. Desse modo, Pires *et. al.* (2006) avaliaram que o desenvolvimento territorial local:

[...] é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. [...] Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES, *et. al.*, 2006, p. 448).

O desenvolvimento territorial local deve ser uma ação coletiva pautada na cooperação horizontal para o aproveitamento das potencialidades existentes na comunidade. Dentro desse contexto, a comunidade é que deve assumir o protagonismo na definição de uma agenda contendo as ações e os caminhos a serem percorridos. Trata-se de um processo com características endógenas. Conforme Furtado (1984, p. 108): “[...] a endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas”.

O grande diferencial do conceito de desenvolvimento territorial de outros encaminhamentos dominantes está em assegurar a participação efetiva da comunidade em todo o processo. Na avaliação de Ávila (2000, p. 68): “[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ [...]”. Isso com o objetivo: “[...] de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios [...]”.

Na análise elaborada por Endlich (2007), também verificamos que o desenvolvimento endógeno se trata da utilização dos recursos e das capacidades dos atores locais em conduzirem o processo de desenvolvimento sem a dependência direta de atores exógenos. A relação entre atores locais e externos ocorre por meio da cooperação.

A comunidade local com o apoio de agentes externos – nesse momento a Universidade por intermédio dos programas e projetos de extensão pode colaborar com o conhecimento científico e extensionista – tem de diagnosticar e avaliar as potencialidades existentes. O passo seguinte é estabelecer um plano de ação consciente e capaz de envolver os diferentes segmentos da população. Um dos maiores desafios é mediar os conflitos e divergências internas existentes.

Os resultados esperados pela comunidade somente serão atingidos se as ações de desenvolvimento forem construídas horizontalmente, ou seja, a partir do despertar das potencialidades sociais, econômicas, culturais e ambientais existentes no próprio território. A nova proposta contraria o modelo convencional de desenvolvimento ‘de cima para baixo’ que espera passivamente a ação intervencionista do Estado ou de grandes grupos industriais detentores de capital para investimento.

O desenvolvimento territorial local visa articular um processo qualitativo e criativo de aproveitamento dos recursos disponíveis no território. Para isso se efetivar, a comunidade tem de definir o programa de desenvolvimento em sintonia com as características do lugar/ território onde vive e condizente com a sua identidade cultural.

As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças. A identidade é construída coletivamente pelos sujeitos locais, interagindo entre si e com o *milieu* e significa uma forma para, politicamente, dinamizar as singularidades em favor do desenvolvimento [...] (SAQUET, 2015, p. 130, grifo do autor).

Conforme argumentação defendida por Pires *et. al* (2006), as estratégias de desenvolvimento devem apresentar sinais de identidade coletiva (cultural, histórica, econômica etc.), serem capazes de convergir para as expectativas e promoverem a integração econômica e social em âmbito local. Saquet (2015) colabora com a questão apresentada defendendo que:

É preciso nutrir com nossas pesquisas a construção de políticas públicas não ortodoxas economicamente, não presas a interesses institucionais que não representem os anseios e as necessidades do povo. Políticas que tenham um caráter participativo, valorizando o patrimônio histórico, a natureza, os sujeitos, as experiências locais e ativando, na medida do possível, sinergias já existentes entre os sujeitos, grupos e classes. Políticas que atendam as singularidades e particularidades de cada lugar-território, bem como aspectos comuns trans-multiescalares, em redes de cooperação (SAQUET, 2015, p. 132).

O desenvolvimento envolve necessariamente as questões políticas, nas quais existem conflitos de interesse que devem ser amplamente debatidos e resolvidos democraticamente. Assim, acreditamos que é preciso romper com as velhas práticas políticas historicamente descompromissadas com a população, para construir um novo território para uma nova sociedade.

É necessário construir um *novo* território para uma *nova* sociedade, o que exige, evidentemente, uma práxis diferente para a relação sociedade-natureza, valorizando os saberes populares, a agricultura camponesa agro-

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

---

ecológica, o pequeno comércio, a produção artesanal de alimentos saudáveis, as relações de ajuda mútua, a confiança e a natureza exterior ao homem. É fundamental definir *novas* práticas territoriais, *novas* apropriações e relações que valorizem o patrimônio territorial de cada lugar (SAQUET, 2015, 133-4).

Os saberes populares fazem parte da cultura do local e devem ser (re)valorizados, assim como as práticas de agricultura para a produção de alimentos saudáveis, a produção de artesanato, o pequeno comércio, a pequena agroindústria, o patrimônio cultural e o turismo rural. Tais atividades podem contribuir para dinamizar a economia local.

A comunidade e a associação de comunidades como a estrutura institucional de autoridade pública, local e regional, já assomam no horizonte, com o potencial de chegar a ser não só o marco institucional mais apto para a democracia das relações cotidianas entre as pessoas, mas estruturas institucionalizadas mais eficazes e mais fortes do que o Estado, para o debate, a decisão, o planejamento, a execução e a defesa dos interesses, necessidades e trabalhos e obras de vasto alento da população mundial (QUIJANO, 2002, p. 18).

As comunidades locais e regionais têm um grande potencial para promoverem ações verdadeiramente democráticas e pautadas na defesa dos interesses dos que ali vivem. A governança territorial aparece como uma fonte capaz de potencializar o desenvolvimento.

Com relação à efetivação do desenvolvimento territorial local, acreditamos que seja preciso, nesse ponto da discussão, oferecer uma atenção especial aos seguintes questionamentos: Em espaços periféricos, como os estudados por Costa (2016), é possível estabelecer o desenvolvimento somente a partir de práticas endógenas? Até que ponto a ação global praticada pelas grandes potências centrais e pelas empresas transnacionais (forças externas) podem limitar o desenvolvimento dos espaços periféricos?

Reforçamos o argumento de que a participação ativa da comunidade no processo de identificação das potencialidades de elaboração de diagnóstico, de planejamento e nas práticas das ações estabelecidas para a transformação da realidade é fundamental para o êxito. Porém, sem conhecimento científico, sem apoio técnico e sem financiamento estatal é difícil a viabilização dos programas e projetos pensados. Nesse ponto, o Estado desempenha um papel fundamental que é apoiar o diagnóstico e financiar o planejamento e a execução das políticas públicas adequadas para potencializar o desenvolvimento territorial local.

Sem a participação efetiva do Estado (em todas as esferas: federal, estadual e municipal) fica quase inviável pôr em práticas as ações planejadas localmente, o que pode constituir-se em um forte obstáculo para o desenvolvimento. Por isso, devem atuar em conjunto a comunidade local, os agentes externos apoiadores (como as universidades) e o Estado. Nesse ponto, a abordagem territorial possibilita:

- (i) definir áreas ou regiões de intervenção com base em indicadores sociais, geográficos ou outros critérios técnicos, de acordo com a natureza e o objetivo de cada política específica; (ii) diminuir significativamente o número de interlocutores a que o órgão central responsável tem de se remeter para a implementação das ações; (iii) obter diagnóstico mais precisos sobre a infraestrutura e os recursos humanos necessários para a otimização da política; (iv) mapear grupos sociais e forças que estão presentes em cada configuração territorial com potencial para contribuir na execução da política; e (v) permitir a construção de arranjos institucionais que propiciem mais conectividade e articulação com outras ações (públicas e privadas) que também incidam sobre tais territórios (DALLABRIDA, 2017, p. 134-135).

Endlich (2007) também acredita que o desenvolvimento local deve procurar articulações com escalas geográficas mais amplas, pois o local desconectado de outras dimensões espaciais esconde a natureza do desenvolvimento. O local não deve ser pensado iso-

ladamente, assim como as decisões que afetam a comunidade não podem ser impostas de cima para baixo. Dentro do exposto:

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA, 2017, p. 160).

A escala local deve estar articulada com as oportunidades existentes, especialmente em nível regional, sem perder de vista o nacional e o global. Em nível regional é possível estabelecer ações integradas com a cidade polo da região. Os canais de circulação gradualmente podem ser ampliados para outras escalas mais abrangentes atendendo às demandas nacionais, bem como internacionais.

Em um período caracterizado pela globalização as interações com o mundo são constantes. Somente com a integração e cooperação entre as escalas (local, regional, nacional, global) é que a produção localizada encontrará canais de circulação e comercialização com agregação de valor capaz de contribuir para o desenvolvimento.

Porém, um fato preocupante no que diz respeito ao desenvolvimento territorial local, é a mudança na orientação política iniciada no Brasil a partir de 2016 e que ganhou ainda mais força na eleição presidencial ocorrida no final do ano de 2018. Chegou ao poder em 2019 um grupo com orientação política conservadora e orientação econômica liberal. As ações desse grupo têm caminhado em direção de fortes mudanças no encaminhamento da política do Estado. Essas mudanças vão ao encontro dos interesses de grupos internos e externos que defendem uma agenda pautada nos ideais neoliberais. O fortalecimento das ações conservadoras pode colocar em risco os restritos avanços verificados no campo do desenvolvimento territorial local nas duas últimas décadas.

Com base no exposto, precisamos questionar se existe no interior do modo de produção capitalista, no qual vivemos atualmente, as condições para promover um novo modelo de desenvolvimento? Ou a resposta para tal pergunta estaria no socialismo teorizado no século 19 e experimentado em alguns países no século 20? Entendemos que existem limites tanto no capitalismo real, como no socialismo real, para promover o desenvolvimento.

A efetivação de um novo paradigma de desenvolvimento centrado nas necessidades dos seres humanos e com responsabilidade ambiental exige a criação de ideias e ações que considerem alguns elementos do capitalismo, mas que vão além do capitalismo. Também precisa considerar alguns elementos oriundos do socialismo, mas que vão além do socialismo. Não estamos falando aqui de um modelo híbrido, como tem procurado fazer a China (mesmo que alguns resultados atingidos pelos chineses pareçam ser interessantes). Estamos falando de um novo modo de produção capaz de revolucionar as relações sociais entre os seres humanos e entre os seres humanos e a natureza.

A História nos ensina que a novidade sempre chega, no entanto o velho procura a todo custo resistir e se perpetuar. Será na tensão dialética entre o desconhecido e o conhecido que as bases para um novo paradigma de desenvolvimento surgirá.

## Reflexões sobre desenvolvimento

Resolver os problemas impostos pela desigualdade se tornou um dos principais desafios enfrentados pela sociedade. Ainda assim, a temática vem sendo pouco abordada no meio acadêmico, jornalístico ou político, com a exceção de alguns grupos que insistem em tornar público tal questão. O combate real da desigualdade tem se mostrando pouco eficaz em muitas partes do mundo. O que se observa é o aumento da concentração de renda e a centralização do poder político e econômico nas mãos de poucos. Tais fatos não podem ser deslocados da sua fonte originária, ou seja, o modelo de desenvolvimento produzido pela modernidade ocidental.

O paradigma de desenvolvimento vigente começou a ser elaborado no século 18, no entanto ganhou maior notoriedade em âmbito internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Nas três décadas seguintes predominou em inúmeras regiões do mundo, a visão economicista (centrada na dimensão econômica) e etapista (na qual cada nova etapa é vista como um momento de superação da anterior, ou seja, uma evolução linear). Tal concepção de desenvolvimento estava apoiada na necessidade de urbanização, industrialização, modernização tecnológica e crescimento econômico. Esta visão de mundo foi construída na Europa e difundida para outras partes do mundo. O seu objetivo principal foi promover a reprodução ampliada do capital no espaço geográfico mundial.

O modelo de desenvolvimento dominante foi construído com embasamento na racionalidade moderna, em detrimento da grande heterogeneidade cultural e filosófica existente no mundo. O resultado desse movimento foi: “[...] a dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI” (MIGNOLO, 2017, p. 4).

Porém, as profundas crises econômicas, políticas, sociais e ambientais vivenciadas a partir da década de 1970 e consolidadas nos anos 1990, tanto nos países periféricos situados na América Latina, na África e na Ásia, como também nos países desenvolvidos centrais, exigiram novas interpretações teóricas com relação à definição de desenvolvimento. Surgiram os conceitos de: desenvolvimento territorial; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local; desenvolvimento endógeno; desenvolvimento participativo; desenvolvimento comunitário; desenvolvimento humano; desenvolvimento social e desenvolvimento integrado.

As novas abordagens, de acordo com Amaro (2003, 2017), trazem como inovação: 1) o seu caráter multidimensional e uma visão interdisciplinar; 2) o enfoque na realização das capacidades das pessoas; 3) a relação com o conceito de cidadania, exigindo metodologias participativas; 4) uma nova relação com a Natureza alicerçada na interdependência sistêmica; 5) assumem uma multiterritorialidade, transitado simultaneamente entre o global e o local; 6) associação a múltiplos protagonistas e não apenas a centralização no Estado e nas empresas e; 7) a grande diversidade de caminhos e propostas.

As novidades citadas abriram caminho para a ressignificação conceitual do que é desenvolvimento. Porém, a sua base epistemológica ainda continua alicerçada e presa no pensamento produzido pela racionalidade moderna. Com isso, a sua prática efetiva e a sua capacidade de transformação ainda são muito limitadas, visto que a maioria da população mundial vive em permanente crise e não se beneficiou integralmente da riqueza existente.

Entendemos que algumas questões importantes inerentes ao desenvolvimento ainda não foram suficientemente debatidas, entre elas podemos destacar as seguintes: é possível obter desenvolvimento sem crescimento econômico? O desenvolvimento está necessariamente vinculado a um conjunto de ações típicas da modernidade ocidental? O desenvolvimento está atrelado apenas ao modo de produção capitalista? É possível introduzir o desenvolvi-

mento autônomo, criativo, inovador e socialmente justo na América Latina? Nesse aspecto, vale a pena atentarmos para a importância do pensamento descolonial:

[...] o pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais. [...] as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Com embasamento nos conceitos apresentados no decorrer do livro, entendemos que um novo modelo de desenvolvimento para os países periféricos, exige: 1) buscar epistemologias embasadas nas filosofias elaboradas no Sul; 2) romper com as barreiras historicamente construídas pelos grupos que controlam e concentram o capital e usam da política para atingir os seus objetivos particulares; 3) produzir ideias autônomas e originais pautadas em visões de mundo elaboradas com base nas diferentes culturas e; 4) estabelecer um projeto de cooperação internacional capaz de articular as expertises humanas em prol do bem estar da população.

Para a ruptura ocorrer é preciso pensar criticamente o período presente, com a finalidade de promover ações práticas capazes de transformar o futuro. Como alertou corretamente Dupas (2012):

Quem fica entre a nostalgia do passado e a fantasia do futuro recusa o presente, a única realidade disponível. Por outro lado, viver o presente pressupõe manter uma atitude lúcida e crítica sobre ele e assumir ações que influam no futuro (DUPAS, 2012, p. 278).

Em um mundo cada vez mais fluido e globalizado, Wallerstein (2005) considera necessário, em primeiro lugar, compreender o que

está sucedendo; depois, decidir em que direção queremos que o mundo se mova; por fim, definir como atuaremos no presente para que as coisas aconteçam do modo que desejamos. Uma tarefa como essa, segundo o citado autor, é difícil, mas oferece a possibilidade da criação de algo que possa satisfazer os desejos coletivos.

Refletir o período presente, considerando o passado e vislumbrando os caminhos para o futuro é uma tarefa de grande importância para a criação de alternativas capazes de transformar o mundo. Destacamos, a seguir, dez reflexões/ações que consideramos como o ponto de partida para promover as mudanças necessárias para reverter a perversa lógica de desenvolvimento desigual instituída internacionalmente:

1. Uma governança verdadeiramente democrática do território pautada na cooperação, na solidariedade e na colaboração mútua;
2. O estabelecimento de uma nova ordem mundial multipolar construída a partir de relações de cooperação do tipo ganha-ganha;
3. A substituição do consumismo predatório pelo uso consciente;
4. Uma economia solidária voltada para atender às necessidades das pessoas e não da acumulação de capital;
5. A valorização da ética, da estética e da criatividade a serviço dos seres humanos;
6. A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres;
7. Novas relações de trabalho que priorizem o tempo livre para a realização das potencialidades humanas;
8. A compreensão de que os seres humanos são parte da natureza e não dominadores da natureza;
9. O respeito às identidades culturais e o acolhimento dos imigrantes;

10. A centralidade das ações nos seres humanos e não no dinheiro.

O primeiro ponto elencado diz respeito à construção de uma governança democrática respaldada na recuperação do princípio de participação direta da população nas decisões políticas relacionadas ao uso do território. A cooperação deve nortear as ações e não a competitividade embrutecedora. Podemos observar dois significados modernos para democracia:

Na tradição socialista, democracia ainda significa *poder popular*: um Estado no qual os interesses da maioria do povo eram preponderantes e exercidos e controlados na prática pela maioria. Na tradição liberal, democracia significava eleição aberta de representantes e certas condições (direitos democráticos, como liberdade de expressão) que mantinham o caráter aberto da eleição e da discussão política (WILLIAMS, 2007, p. 128-129, grifo do autor).

O significado de democracia oriundo da tradição liberal tem predominado no mundo. As eleições abertas e a liberdade de expressão são o ponto culminante do processo em curso. No entanto, em muitos países democráticos, os interesses e as necessidades da maioria do povo não são considerados prioridades pelos governantes eleitos.

As elites dominantes se associam com os representantes políticos eleitos para construir uma hegemonia. Com isso, efetivam o controle do Estado e o colocam a serviços dos seus interesses particulares. Recuperar a noção de poder popular, com a finalidade de construir uma sociedade no qual os interesses da maioria do povo sejam respeitados é fundamental para fomentar o desenvolvimento. Nesse aspecto, Furtado (1984), argumentou que:

Somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse [...]. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior

participação do povo no sistema de decisões. Assim, o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste (FURTADO, 1984, p. 30).

A participação popular nas decisões e o predomínio da vontade coletiva sobre os interesses individuais são considerados como elementos chave para a construção de alternativas capazes de aproveitar toda a riqueza criativa do povo.

O estabelecimento de uma nova ordem mundial multipolar pautada na cooperação e construída em relações do tipo ganha-ganha, segundo ponto elencado, exige a produção de uma outra globalização. A atual globalização, marcada por ações perversas para a maioria da população, deve ser substituída por uma globalização voltada para as necessidades humanas, na qual as relações internacionais estabelecidas priorizem o bem-estar das pessoas, por meio da cooperação.

O mundo está cada vez mais integrado e tudo indica que a integração vai continuar ocorrendo nas próximas décadas. O problema não está na integração promovida pela globalização, está na prioridade dada a uma integração desigual e perversa. Uma integração restrita e direcionada para a expansão, ampliação e acumulação do capital. Esse modelo vem dando sinais de esgotamento em praticamente todos os aspectos. No entanto, ainda não estamos tão perto assim da sua superação. A resistência à mudança é forte e vem de grupos poderosos. Ainda assim, existem indicativos de que seja possível uma nova ordem pautada em um mundo multipolar (sem um centro único e hegemônico de poder econômico, político e cultural) e alicerçada internacionalmente em relações do tipo ganha-ganha, na qual a maioria da humanidade possa viver com dignidade.

O terceiro ponto trata da substituição do consumismo degradante pelo uso consciente. O modelo consumista, conforme procuramos demonstrar no transcorrer do livro, está pautado no anseio da

reprodução ampliada do capital a todo custo. O consumismo exige a degradação dos recursos naturais e a obsolescência da mercadoria. Além de provocar uma crise ambiental de grandes proporções, o consumismo afeta diretamente a vida das pessoas que deixam de ser vistas como seres humanos e passam a ser classificadas apenas como consumidores.

O crédito bancário é uma das formas utilizadas para estimular o consumismo. “O crédito de consumo (parte dele do tipo predatório) é disponibilizado a todos (inclusive trabalhadores e estudantes) e normalmente aumenta à medida que circula. A fantasia de uma ‘ilimitabilidade imaginária’ no consumo é avidamente perseguida” (HARVEY, 2018, p. 176). A sensação de crescimento infinito é uma ilusão gerada por esses estímulos. Para reverter esse modelo fortemente enraizado na sociedade é necessário pensar em estratégias pautadas no uso consciente.

O uso consciente está embasado na valorização e preservação dos recursos naturais, inovações técnicas criativas capazes de introduzir produtos que não degradam o meio ambiente, produtos de uso coletivo, entre outros. Precisamos lutar por um mundo no qual:

A provisão direta de valores de uso adequados para todos (habitação, educação, segurança alimentar etc.) tenha precedência sobre a provisão desses valores por intermédio de um sistema de mercado que maximize os lucros, concentre os valores de troca em poucas mãos privadas e distribua bens com base na capacidade de pagamento (HARVEY, 2016, p. 271).

O rompimento com a lógica consumista é condição necessária para a transformação da sociedade. O valor de uso deve ser retomado, revalorizado e voltado para atender as reais necessidades das pessoas. Porém, temos clareza das dificuldades existentes para a introdução das ideias pautadas na provisão de valores de uso adequados para todos. Essa dificuldade é oriunda da forte penetração do ideal consumista na cabeça das pessoas, inclusive na classe trabalhadora, que foi seduzida

.....

pelas promessas de bem estar material contida no consumismo. O ter tem sido mais importante do que o ser.

Para a efetivação do terceiro ponto é importante a introdução de uma economia solidária voltada para atender às necessidades reais das pessoas – quarto ponto sinalizado. Na explicação elaborada por Singer (2002):

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., *uma vida melhor* (SINGER, 2002, p. 114, grifo do autor).

O quinto ponto aborda a valorização da ética, da estética e da criatividade a serviço dos seres humanos. No período atual, o capital tem desvirtuado os valores éticos, assim como vem usando da estética e da criatividade para promover a concentração de riqueza, pautada no princípio da destruição criativa. É preciso reverter esse quadro com urgência, ou seja, recuperar os valores éticos (o combate à corrupção e ao individualismo são ações importantes) e usar da estética e da criatividade para melhorar a vida das pessoas.

Nesse aspecto, a Arquitetura e o Urbanismo, por exemplo, devem voltar-se para a criação de cidades, e no interior das cidades, de bairros cujo desenho, a organização e o conteúdo priorizem a qualidade de vida das pessoas e estimulem a convivência coletiva e democrática.

A maioria das cidades, a partir da metade do século 20, deu mais importâncias aos veículos (especialmente os carros) do que

as pessoas. Os espaços públicos, como as praças, os parques, os calçadões, entre outros, devem proporcionar condições para o lazer individual e coletivo, como também para o debate de ideias e a mediação de conflitos. Com isso seria possível a constituição de uma nova estética urbana a serviço do bem estar coletivo.

No sexto ponto, defendemos a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Em praticamente todas as regiões do mundo vamos encontrar condições desiguais e inadequadas para as mulheres (acesso restrito à educação, salários menores, dupla jornada de trabalho, abuso sexual, exploração sexual, feminicídio, entre outros graves problemas). De acordo com Cruz (2018, p. 102): “[...] as mulheres, em razão de seu gênero, continuam com barreiras de equidade, sofrendo violência, com dificuldade de aceder a recursos econômicos, educativos e espaços políticos de decisão”.

O quadro apresentado é mais crítico em algumas regiões do espaço mundial e um pouco mais ameno em outras. Porém, sem uma mudança estrutural – e isso inclui a superação da visão patriarcal – dificilmente poderemos atingir o desenvolvimento.

Falar de empoderamento das mulheres é oportuno porque se discutem a inclusão e a exclusão delas no mundo público/político e porque é fundamental a sua participação na complexa arena do poder público, no conjunto da vida social e econômica, porque a desigualdade de gênero segue perene, e porque devemos perguntar sempre como reverter a complexa relação das mulheres com o poder, que, por centenas de anos, as tem marginalizado tanto no plano formal institucional como no cultural e simbólico (CRUZ, 2018, p. 102).

O empoderamento deve ser visto como um processo de emancipação individual e coletivo, capaz de contrariar a situação de subordinação no qual se encontram inúmeras mulheres. O fortalecimento da democracia é um dos caminhos para a superação do patriarcado e a instauração de relações mais justas.

A situação é ainda mais grave na América Latina, quando direcionamos a análise para as mulheres negras e indígenas. O racismo e o sexismo, problemas históricos verificados desde o colonialismo, colocaram essas mulheres em uma situação de subordinação terrível (escravidão, castigos com violência física, abusos sexuais, discriminação, entre outros). As mulheres negras e indígenas foram invisíveis durante muito tempo para os políticos (classe composta principalmente por homens brancos), que reforçaram os padrões de dominação e negligenciaram a criação de políticas públicas capazes de mudar a realidade.

A igualdade de gênero, o combate ao racismo e ao sexismo, bem como o empoderamento das mulheres são necessidades indispensáveis para o desenvolvimento.

O sétimo ponto refere-se às novas relações de trabalho que devem priorizar o tempo livre para a realização das potencialidades humanas. Harvey (2016) defende a criação de novas tecnologias e novas formas de organização capazes de melhorar a vida das pessoas. Para isso ocorrer é preciso liberar tempo para a prática de atividades que possam despertar o que as pessoas possuem de melhor.

Estamos caminhando para um período no qual existe grande produção e excedente de capital por um lado, e redução na remuneração e aumento no número de desempregados por outro. Parece cada vez mais difícil unir novamente o capital produtivo com a geração de muitos empregos. Reverter esse modelo concentrador de capital é fundamental para o estabelecimento do desenvolvimento. O emprego necessita adquirir novos contornos voltados para atender as demandas sociais de renda para a população, ao mesmo tempo que possibilita mais tempo livre para a emancipação da vida.

O oitavo ponto propõe uma nova relação com o meio ambiente, tendo como base a compreensão de que os seres humanos são parte da natureza e não dominadores da natureza. Essa mudança de paradigma também é fundamental. O modelo de desenvolvimento eurocêntrico foi elaborado com base na utilização desmedida da

natureza a serviço do capital. No entanto, os problemas oriundos de tal paradigma são grandes e variados (entre eles estão a poluição da água e do ar, essenciais para a sobrevivência dos próprios seres humanos). Temos que construir, e isso já vem sendo praticado em alguns lugares, uma outra relação com a natureza pautada no entendimento de que os seres humanos são parte constitutiva da natureza.

O nono ponto defende o acolhimento dos imigrantes e o respeito à identidade cultural. A liberdade de mobilidade no espaço mundial é um elemento que também precisa ser mais bem debatido. A globalização enfatiza, principalmente, o livre fluxo de capitais e mercadorias. Apenas quem tem dinheiro para gastar pode conquistar a livre passagem entre as fronteiras nacionais. Os imigrantes pobres, bem como os refugiados, muitas vezes não são bem-vindos nos países mais ricos. O caso dos Estados Unidos, país que ampliou o muro na fronteira com o México e prendeu imigrantes separando os pais de seus filhos, é um exemplo nítido do descaso com os imigrantes pobres.

O último ponto elencado trata da necessidade de focarmos as ações nos seres humanos. Não é mais possível aceitar que o dinheiro seja mais importante do que as pessoas. Guerras são ocasionadas por dinheiro e matam milhares. Pessoas ainda continuam sendo escravizadas em condições de trabalho degradante. A concentração de riqueza reflete no aumento da miséria e na morte. Uma brutalidade irracional. Segundo a análise tecida por Santos (2004):

A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações. Dessa forma, estarão assegurados o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo à solidariedade social, a ser exercida entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade e vice-versa e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico (SANTOS, 2004, p. 148).

Para que o desenvolvimento seja uma realidade, ao invés de uma eterna promessa que nunca se realiza, também é fundamental romper com o “pensamento dominante” fundado na opressão, na violência, na corrupção, na dominação, no pensamento único, no individualismo e no egoísmo. No entendimento de Silva (2017), embasada na filosofia de Nietzsche:

Sua vontade de poder dominar, esmagar, ser maior, oprimir, será substituída pela vontade de poder ser alegre, ser feliz, enfim “ser” de fato solidário. O seu egoísmo “nato”, iria se extirpando. Ele poderia voltar-se para um outro como um igual. A luta política desenvolver-se-ia, realmente, sobre o alicerce do bem comum, em busca da justiça social, num fazer-se de liberdade que não conheceria qualquer intermediação (SILVA, 2017, p. 55).

Os elementos apresentados no livro nos permitem pensar o desenvolvimento para além daquilo que somente é externo. O desenvolvimento também tem que ocorrer internamente – em âmbito local e no interior do próprio indivíduo.

Quando cada homem despertar, nele mesmo, e for procurando escapar de todas as formas de alienação religiosa, moral, material, estará em construção um novo homem e será possível alcançar-se uma sociedade de direitos e igualdade comuns a todos” (SILVA, 2017, p. 57).

Para isso ocorrer é necessária a superação de inúmeros obstáculos historicamente enraizados. Porém, como evidenciou Bauman (2001 p. 12): “Ninguém ficaria surpreso ou intrigado pela evidente escassez de pessoas que se disporiam a ser revolucionários: do tipo de pessoas que articulam o desejo de mudar seus planos individuais como projeto para mudar a ordem da sociedade”.

Assim, compreendemos que a realização do desenvolvimento depende de profundas transformações que permeiam desde a política e a economia internacional até a mudança interna no âmbito do próprio indivíduo. Não é possível desejar mudar a sociedade (com a

finalidade de construir uma nova ordem) e manter no plano individual as velhas práticas que, no fundo, reforçam a ordem dominante. Tal contradição inviabiliza qualquer perspectiva de revolução.

O desejo de mudança para uma nova ordem, na qual o desenvolvimento seja uma realidade para a humanidade, tem de partir, concomitantemente, do indivíduo e da ação coletiva. O indivíduo muda a si mesmo, e a ação coletiva revoluciona as diretrizes estabelecidas. No entanto, os caminhos escolhidos pelos que controlam o capital têm seguido outros planos:

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas [...] (BAUMAN, 2001, p. 12).

Na modernidade, a ruptura dos laços entre as escolhas individuais e os projetos coletivos imobilizaram, de certa forma, as práticas efetivas capazes de promover o desenvolvimento. Articular as duas ações é, a nosso ver, um dos possíveis caminhos para promover um novo desenvolvimento. Os sólidos que estão derretendo com a modernidade líquida preservaram, ainda que minimamente, as responsabilidades sociais e ambientais. Essas responsabilidades precisam ser urgentemente resgatadas.

Um novo paradigma de desenvolvimento precisa: 1) envolver e priorizar as questões ambientais e sociais; 2) valorizar a educação escolar de qualidade e oferecida para todos; 3) considerar o papel da economia e da política a serviço das pessoas e não do capital; 4) utilizar das normas jurídicas para impor limites e restrições à ação do capital; 5) promover a inovação tecnológica a favor de todos; 6) defender a justiça social, o direito à cidade, a moradia e o direito ao

espaço rural para a produção saudável de alimentos para a população; 7) ressaltar a qualidade de vida e a oportunidade para que as pessoas possam realizar as suas escolhas profissionais e pessoais. No final das contas: “O interesse geral deve sobrepujar o particular, a justa divisão das riquezas criadas pelo mundo do trabalho deve primar sobre o poder do dinheiro” (HESSEL, 2011, p. 13).

Ser feliz, ser solidário, cooperar e viver em um mundo no qual as pessoas são mais felizes e solidárias é o caminho a ser seguido, tendo como orientação a qualidade de vida e a justiça social – isso para nós é um dos princípios basilares do novo desenvolvimento.

## Referências

- ADORNO, T. W. Progresso. **Lua Nova**: Revista de cultura e política, n. 27, São Paulo, 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451992000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000300011)>. Acesso em: 31 de jul. 2019.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Caderno de Estudos Africanos**. N. 4, 2003.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-Envolvimento e ... Noflay. **Cadernos de Estudos Africanos**. N. 34, 2017.
- AMIN, S. O **desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- ANDRADE, M. C. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, G. Globalização e macrossociologia histórica. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, p. 13-23, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a3.pdf>>. Acesso em: 21 de nov. 2019.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 1, p. 63-76, set., 2000.
- AZEVEDO, P. F. **Ecocivilização**: ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEKERMAN, N.; DULCICH, F.; MONCAUT, N. Transformações recentes da economia chinesa: impactos sobre suas relações comerciais com a América

Latina. **Revista tempo do mundo**, v. 5, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/140903\\_rtmv5\\_n1\\_port\\_cap1.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/140903_rtmv5_n1_port_cap1.pdf)>. Acesso em: 22 de out. 2019.

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

BELLUZZO, L. G. O “paraíso” em chamas. In: **Carta Capital**. Editora Confiança, ano 25, n. 1078, 30 de outubro de 2019.

BELLUZZO, L. G.; LIRIO, S. Os 99% tomaram as ruas lá fora. . In: **Carta Capital**. Editora Confiança, ano 25, n. 1078, 30 de outubro de 2019.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERNARDINO, V. M. P. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR-Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência do setor no contexto do capitalismo global**. (Tese de doutorado), Maringá: UEM, 2015.

BOAHEN, A. A. **História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2 ed., VII. Brasília: Unesco, 2010.

BOEING. Boeing Brasil. Disponível em: <<https://www.boeing.com.br/a-boeing-no-brasil/pesquisa-tecnologia.page?>>. Acesso em: 22 de out. 2019.

BUARQUE, C. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BUZAI, G. D. Geografía y tecnologías digitales del siglo XXI: una aproximación a las nuevas visiones del mundo y sus impactos científico-tecnológicos. **Scripta Nova**, v. VIII, n. 170, 1. Ago. 2004.

CAMPANELLA, M. A. T. As causas da crise ambiental. In: SILVA, C. E. L. (org.) **Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Loyola, 1978.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.

CARLOS, A. F. A. O lugar: modernidade e fragmentação. In: SANTOS, M. et. al. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

## A IRRACIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO .....

CARTA CAPITAL. **O dia seguinte**. Editora Confiança, ano 25, n. 1078, 30 de outubro de 2019.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2019** (LC/PUB.2019/22-P), Santiago, 2019.

CHINA HOJE. **O 19º Congresso Nacional do PCCh apresenta seu projeto para a China**. Ano 2, n. 16, dez. 17/jan. 18.

COMTE, A. **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CONDORCET, J. A. N. C. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. 2 ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2013.

COSTA, F. R. **Condições periféricas: desenvolvimento geográfico desigual no Paraná**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2016.

CRUZ, M. H. S. Empoderamento das mulheres. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.101-114, jan./jun. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/4248-12581-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2019.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. XI, n, 245 (20), 2007, p. 1-16.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DAMIANI, A. **População e geografia**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DUSSEL, H. Eurocentrism and modernity. In: Oviedo, J. B. **The Postmodernism Debate in Latin America**, Duke University Press, Vol. 20-3, Durham, 1993, pp. 65-76; 2a. ed. 1995, pp. 65-76.

DUPAS, G. **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

EL PAÍS. **Pobreza na Argentina sobe oito pontos em um ano e atinge 35,4% da população**. 01 de out. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/30/internacional/](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/30/internacional/1569863901_164114.html)

1569863901\_164114.html>. Acesso em: 17 de out. 2019.

ENDLICH, Â. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **'Vingadores: Ultimato' se torna maior bilheteria do mundo ultrapassando 'Avatar'**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/vingadores-ultimato-se-torna-maior-bilheteria-do-mundo-ultrapassando-avatar.shtml>>. Acesso em: 26 de out. 2019.

FRANK, A. G. **Do subdesenvolvimento capitalista**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5º. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 3º. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

G1. **CEOs dos EUA ganham 278 vezes mais que seus empregados, diz estudo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/08/14/ceos-dos-eua-ganham-278-vezes-mais-que-seus-empregados-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em 14 de ago. 2019.

G1. **PIB da Argentina recua 0,3% no segundo trimestre, e desemprego sobe**. 19 de set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/19/pib-da-argentina-recua-03percent-no-segundo-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 17 de out. 2019.

G1. **Sindicatos iniciam greve geral no Chile apesar da tentativa de conciliação do governo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/23/sindicatos-iniciam-greve-geral-no-chile-apesar-da-tentativa-de-conciliacao-do-governo.ghtml>>. Acesso em: 23 de out. 2019.

G1. **Taxa de desemprego na Argentina é a maior em 16 anos com pandemia e bloqueios**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/23/taxa-de-desemprego-da-argentina-e-a-maior-em-16-anos-com-pandemia-e-bloqueios.ghtml>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

G1. **Chile aprova plebiscite histórico**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/chile-aprova-plebiscito-historico-por-que-e-tao-polemica-a-constituicao-que-78-dos-chilenos-decidiram-trocar.ghtml>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. V. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. **The Limits to Capital**. Oxford: British Library, 1982.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HESSEL, S. **Indignai-vos!** São Paulo: Leya, 2011.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios, 1875-1914**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, O. **A sociedade global**. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

IBGEa. **PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**. Agência IBGE notícias em 16/10/2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em: 16 de nov. 2019.

IBGEb. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 07 de nov. 2019.

IBGEc. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 12,3% e taxa de subutilização é 25,0% no trimestre encerrado em maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa>>

-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019>. Acesso em: 12 de set. 2019.

IBGE. **Desemprego**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

KANT, I. **Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?** 5 dez. 1783. Traduzido por Luiz Paulo Rouanet.

LACOSTE, Y. **Geografia do Subdesenvolvimento**. 7 ed. refundida. São Paulo: Difel, 1985.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MALLORQUÍN, C. **Breve história del espíritu del desarrollo latinoamericano**. Ciudad de México: Colofon ediciones académicas.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32, n. 94, jun. 2017.

MOREIRA, R. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MUGGAH, R. Uma receita para salvar o planeta. **Folha de São Paulo**, ilustríssima, domingo, 4 de agosto de 2019.

MULLER, S. G.; AMARAL, F. M.; REMOR, C. A. Alimentação e cultura: preservação da gastronomia tradicional. In: 6. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. **Anais...UCF**, Caxias do Sul, RS, 2010.

NASCIMENTO, M. G. S. Apresentação. In: CONDORCET, J. A. N. C. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. 2 ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2013.

NISBET, R. **History of the idea of progress**. New York: Basic Books, 1980.

NURKSE, R. **Problems of capital formation in under develop countries**. Oxford: Blackwell, 1953.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. 1. ed. 4. Reimpresão. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OXFAM BRASIL. Crise para quem? Grandes corporações lucraram bilhões durante a pandemia. 21 de set. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/crise-para-quem-grandes-corporacoes-lucraram-bilhoes-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 12 de dez. 2020.

PAPA, Francisco. **Carta encíclica Laudato si**, sobre o cuidado da casa comum. Roma, 24 de maio de 2015.

PEET, R. Mapas do mundo no fim da História. In: SANTOS, M. et. al. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PELATIERI, P. et. al. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, A. G. (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018.

PIKETTY. T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIRES, E. L. S; MULLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro. V. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano**. ONU, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Informe sobre Desarrollo Humano 2016: Desarrollo humano para todas las personas**. Nueva York: ONU, 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Brasil mantém tendência de avanço no desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem**. 14 de set. 2018. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/>

brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano--mas.html>. Acesso em: 03 de out. 2019.

POCHMANN, M. Desestabilização do trabalho. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 67-77, nov. 2018.

POCHMANN, M. Quatro teses sobre o trabalho: como explicar o valor cada vez menor da atividade humana na globalização. In: **Carta Capital**. Ano XXV, n. 1087, 1 de jan. de 2020.

PRADO, M. L. **A formação das nações latino-americanas**. 11 ed. São Paulo: Atual, 1994.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Ano 17, nº 37, 2002, p. 4-28. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/>

veiculos\_de\_comunicacao/NOR/NORO237/NORO237\_02.PDF.> Acesso em: 12 de jun. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspetos e essência de lugar. In: MARANGOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, W. C. (org.) **COVID-19: passado, presente e futuro**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 13 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. **O retorno do território**. Observatório Social de América Latina. Debates Territorio y movimientos sociales. Ano 6, n. 16, jun., Buenos Aires, 2005.

SANTOS, T. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod\\_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf)> Acesso em 6 de set. de 2019.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** São Paulo: Zahar, 1965.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano:** investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** 6 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRANO, P. O dever político. In: **Carta Capital.** Editora Confiança, ano 25, n. 1078, 30 de outubro de 2019.

SILVA, E. L. et. al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Desenvolvimento Regional em debate.** Ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215/284>>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

SILVA, L. R. **Do senso comum à Geografia Científica.** 2.ed., São Paulo: Contexto, 2017.

SILVEIRA, M. L. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, M. et. al. **O novo mapa do mundo:** fim de século e globalização. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, A. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, F. P.; SOBRAL, F. M.; MACAMBIRO, J. Terceirização no processo de acumulação capitalista, suas imbricações com as formas de trabalho produtivo e improdutivo e manifestações. In: CAMPOS, A. G. (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil:** novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STIGLITZ, J. E. **Globalização: como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade**. Bertrand Editora, Lisboa, 2016.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Novos Cadernos NAEA**. Vol. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa: a queda do tzarismo**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

UOL. **Juro do empréstimo pessoal sobe e cheque especial segue em 357%, diz Procon**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/05/07/juro-cheque-especial-procon.htm>>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

UOL. **O que está acontecendo no Chile? Especialistas explicam**. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/21/o-que-esta-acontecendo-no-chile-especialistas-explicam.htm>>. Acesso em: 23 de out. 2019.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. **História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2 ed., VII. Brasília: Unesco, 2010.

WALLERSTEIN, I. M. **The modern world system**. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. M. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WORLD TRADE ORGANIZATION (Organização Mundial do Comércio). **World trade statistical review**, 2017.



*1ª edição*      **MAIO 2022**  
*formato do livro*      **16X23CM**  
*tipografia*      **DM SANS**  
*papel de miolo*      **PÓLEN SOFT 80G/M<sup>2</sup>**  
*papel de capa*      **CARTÃO SUPREMO 250G/M<sup>2</sup>**

@EDITORIALCASA

